



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO EXTERNA - LUTA DOS INDÍGENAS		
EVENTO: Reunião Externa	Nº: 0316/13	DATA: 16/04/2013
INÍCIO: 11h34min	TÉRMINO: 17h49min	DURAÇÃO: 06h15min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 06h15min	PÁGINAS: 113	QUARTOS: 74

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO:

OBSERVAÇÕES

TEXTO SEM REVISÃO. APENAS PARA CONSULTA.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Avisamos que o Plenário 2 também está aberto. A sessão vai ser retransmitida de lá.

O Plenário 2 vai ficar aberto e vão poder participar de lá também. Se tiver cadeiras, podem se sentar.

O Plenário 2 é aqui em frente. A porta está aberta. Ou, então, vamos colocar faixa em algum lugar, porque está aqui à frente... Vamos abrindo... Repito, o Plenário 2 também está aberto. A sala já não comporta.

*(Tumulto no plenário.)*

Lembramos que o Plenário 2 também está aberto.

*(Manifestação dos índios em plenário.)*

Esta sala já não comporta mais. O Plenário 2 está aberto também.

*(Manifestação dos índios em plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Vamos parar por um momento para a gente iniciar a sessão. Se quiserem sentar aqui à frente, podem sentar, podem agachar para a gente dar início.

Lembramos que este ato político está sendo também retransmitido no Plenário 2, aqui à frente. Vamos abaixando aqui, por favor. Podem sentar aqui à frente. Se não puder...

Podem sentar aqui. Se sentem no chão.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Bom dia a todos e todas.

*(Manifestação na plateia.)*

Em nome da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. A Frente, vocês sabem que existe a Frente de Defesa dos Direitos Humanos, que vocês sabem que a Comissão de Direitos Humanos está inviabilizada, não é? Ela está inviabilizada por causa do Pastor Marco "Infeliciano", que preside a Comissão.

*(Manifestação na plateia.)*

Em nome da Câmara dos Deputados, aqui nós temos Deputados do PT, do PSOL, do PSB, do PV, do PSDB — não sei se tem mais. Sejam todos e todas bem vindas.

E esse ato político, nós esperamos ainda que o Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, nos receba, porque até agora não veio nenhuma



sinalização da Presidência para nos receber. E esse ato é em defesa da Constituição Cidadã promulgada em 5 de outubro de 1988, que garantiu os direitos indígenas, e que agora parte do Parlamento quer tomar.

E os povos indígenas sofreram um grande golpe na semana indígena, um grande golpe, com a sinalização do Presidente da Câmara em criar a Comissão Especial sobre a PEC nº 215. E esse ato vai ser um ato de repúdio às ações do Legislativo, que tirar direitos, e o ato também é para pressionar o Parlamento para que retome a discussão do estatuto dos povos indígenas, que está parado há 20 anos nesta Casa.

*(Manifestação na plateia.)*

E nós vamos iniciar esse ato. Já está aqui o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas; convidamos aqui algum Parlamentar para vir para a Mesa, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos; pode vir o Chico, e vem uma mulher, também, a Deputada Janete Capiberibe, que representa as mulheres, porque as mulheres são 52% da Nação, e nós não temos muitas mulheres Parlamentares. Chamamos aqui para a Mesa, Raoni — vamos dar uma salva de palmas para o Raoni (*palmas*); pode sentar, Raoni. Vamos trazer mais cadeiras. Nós vamos, também, aqui está a Frente Parlamentar Ambientalista, o Deputado Federal Zequinha Sarney, que preside a Frente Parlamentar Ambientalista.

Nós vamos citar, se está aqui presente, aí não precisa vir para cá, alguém da Secretaria-Geral da Presidência da República, que pudesse ficar de pé. Alguém da Secretaria-Geral da Presidência da República? Está lá, fica de pé, representando o Secretário-Geral Gilberto Carvalho. Alguém da Advocacia-Geral da União; Casa Civil da Presidência da República, que representa a Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Justiça; Fundação Nacional do Índio — FUNAI; está a FUNAI, lá.

*(Manifestação na plateia.)*

Amanhã, às 17 horas, eu vou me encontrar com a Presidenta da FUNAI e o Deputado Eduardo Lopes, que é Relator do PL nº 1.610, da Mineração em Terras Indígenas. Nós vamos ter uma reunião, porque a Comissão encontra-se quase paralisada.



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Alguém do INCRA? Articulação dos Povos Indígenas – APIB. Nós vamos chamar aqui a Sônia Guajajara para vir para a Mesa. *(Manifestação na plateia.)* Sônia Guajajara. Vamos chamar aqui, da região Sul, o indígena Rildo Caigangue. Rildo Caigangue. *(Manifestação na plateia.)* Vamos chamar aqui na Mesa uma mulher muito de rocha, a primeira mulher a ser prefeita da maior cidade da América Latina, Luiza Erundina. *(Manifestação na plateia.)* Vamos chamar a Luiza Erundina, que é parceira na luta, que ela se junte a nós aqui na Mesa. Luiza Erundina. Representando o Centro-Oeste, vamos chamar o indígena Oriel Guarani, onde está o Oriel? Isso. Pela região Norte, vamos chamar aqui Marcos Apurinã, pelo Norte. Venha até a Mesa. Pelo Nordeste, o indígena Neguinho Truca. *(Manifestação na plateia.)*

Esse encontro aqui, essa mobilização é possível por causa de algumas entidades fortes dos indígenas. O povo tem que estar aqui dentro desta Casa, porque político é que nem feijão: só pega na pressão. *(Manifestação na plateia.)* Só foi possível a suspensão da Portaria 303 porque os índios fecharam as BRs, fizeram manifestações, e foi suspensa. Mas nós queremos o arquivamento dessa Portaria. *(Manifestação na plateia.)* Portanto, vamos saudar, e se puder se levantar e vir aqui para a Mesa, o representante do Conselho Indigenista Missionário – CIMI; *(Manifestação na plateia.)* o Instituto Sócio-Ambiental – ISA; o Instituto de Estudos Sócioeconômicos – INESC.

Dentro da nossa pauta, temos o documento dos povos indígenas, que vai ser lido e aprovado; e também hoje nós vamos aprovar o relatório da Comissão Externa da Luta dos Índios Guarani-Kaiowá, Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar a luta das comunidades indígenas Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, para permanecer às margens do rio Rovi, próximo ao território tradicional Pyelito Kue/MBarakay. *(Manifestação na plateia.)* Nesta semana da mobilização, nós temos o ato político aqui, agora. Nós estamos esperando a comunicação. Nós gostaríamos que alguns Parlamentares pudessem entrar em contato com a Presidência para que o Presidente possa receber as lideranças indígenas. Nós também estamos iniciando uma exposição, aqui na Casa, sobre os Guaranis-Kaiowás, fotos, aqui em cima. E também amanhã, dia 19, nós vamos ter vários atos na cidade, na FUNAI.... sim, não, mas vou chegar lá....dia 17, faz anos



do massacre de Eldorado dos Carajás, dos 19 sem-terra que foram assassinados lá. Vai haver atos do Movimento dos Sem Terra e atos indígenas.

Aqui também, na Capital, para se juntar aos indígenas. Nós temos um grupo de afrodescendentes — cerca de dois ônibus — que vão se juntar ao movimento indígena.

*(Manifestação na plateia.)*

Amanhã vamos ter vários atos na FUNAI, no Ministério da Justiça, no Ministério da Educação e também no Ministério da Saúde. Na sexta-feira, às 14h, haverá audiência e ato político na Procuradoria Geral da República — PGR. Um grande ato na PGR, na Procuradoria Geral da República. Tudo com a mesma pauta.

Portanto, nós vamos iniciar agora com uma breve saudação daqui, e que seja breve. Logo depois, nós vamos ter a leitura do documento dos indígenas e a apresentação do relatório. Depois, vamos ter algumas falas de lideranças indígenas — falas mais fortes de lideranças indígenas —, porque quem tem que falar hoje aqui são os índios. São vocês que têm de ter o direito de se expressar. Infelizmente...

*(Manifestação na plateia.)*

O que a gente gostaria? Gostaria de ir ao plenário, de poder se expressar no plenário.

Agradecemos a todos os meios de comunicação a visibilidade dada — televisão, rádios, jornais escritos —, aos sites que estão apoiando a luta dos indígenas pela permanência daquilo que está escrito na Constituição de 1988. O Brasil tem que ser um país sério.

Vamos passar à saudação inicial do Deputado Sarney Filho, que preside a Frente Parlamentar em defesa do meio ambiente.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos. É uma alegria estar aqui, junto às comunidades indígenas, às nações indígenas do nosso País.

Como presidente da Frente Parlamentar Ambientalista e como Deputado Líder do Partido Verde, partido historicamente ligado à causa indígena, eu tenho dedicado grande parte do meu mandato à defesa dos povos indígenas. Dessa forma, aqueles que acompanharam a discussão da PEC 215 aqui puderam observar



que o nosso partido foi um dos poucos a fazer obstrução, para que a proposta não fosse aprovada.

Também é de nossa autoria a criação da Comissão Externa da Câmara dos Deputados encarregada de fazer um relatório sobre a luta dos Guarani-Kaiwás, no Mato Grosso.

E, por último, gostaria de alertar que nós não podemos deixar, de maneira nenhuma, que essa Comissão Especial seja instalada e que seja feito parecer para ser remetido ao plenário retirando do Executivo, retirando da FUNAI as condições de criação de reservas indígenas e passando-as para a Câmara dos Deputados, o que é materialmente impossível. Na prática, isso vai significar o fim de novas reservas indígenas e a diminuição das atuais. Portanto, é uma luta nossa não deixar que essa PEC seja aprovada.

*(Manifestação na plateia.)*

Infelizmente, na semana passada foi anunciado por um Deputado representante da bancada ruralista no plenário da Câmara que o Presidente da Casa, eleito neste ano, teria cumprido o compromisso de campanha de criar a Comissão Especial. Agora, eu quero dizer a vocês: essa Comissão Especial só vai existir se os líderes dos partidos indicarem membros para ela. A responsabilidade não é só do Presidente da Casa; agora é dos líderes partidários também. Eu, como Líder do PV, já rasguei o ofício que foi para eu fazer a indicação. Nós não vamos indicar ninguém.

*(Manifestação na plateia.)*

Vamos cobrar dos Líderes, vamos a cada um dos Líderes, para que eles não indiquem ninguém para essa Comissão, porque aí ela não vai existir.

No mais, o relatório sobre a luta dos Guarani-Kaiwás já está pronto, foi disponibilizado. A maioria dos membros da Comissão Externa já está aqui.

Então, Presidente, para ganharmos tempo podíamos logo colocar em votação. Os membros da Comissão Externa que forem a favor do relatório final, já anteriormente discutido, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

*Aprovado. (Palmas). (Manifestação na plateia.)*

Quero ler só o resumo final do nosso relatório, que é amplamente favorável à luta dos guaranis-kaiowás.



A Comissão Externa agradece o apoio da FUNAI, da Polícia Federal, do comando da Aeronáutica e do Ministério Público Federal de Dourados pelo apoio prestado por esses órgãos públicos à nossa Comissão.

Por último, só para que todos tomem conhecimento bem rapidamente, porque aí já avançamos uma etapa importante. Já vamos às conclusões. Ficou claro para esta Comissão que os índios estão determinados a lutar até o fim pelos seus direitos, mesmo que isso resulte em morte. *(Manifestação na plateia.)*

Como foi visto, os guaranis-kaiowás ocupam menos que um hectare dentro dos domínios da fazenda Cambará. De acordo com o seu proprietário, a área total é de 762 hectares. A nossa posição é de que essa fazenda tem que ser desapropriada e a terra entregue aos índios. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado Sarney Filho, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente.

Está presente também o Deputado Federal do Rio de Janeiro, grande parceiro, Deputado Alessandro Molon, grande lutador contra a admissibilidade da PEC nº 215 da CCJ. Peço que o Deputado levante o braço. Uma salva de palmas para o Molon. *(Manifestação na plateia.)* Está presente também a Deputada Federal Janete Rocha Pietá, grande defensora e companheira. *(Manifestação na plateia.)*

Informo que o Líder do PT assinou o requerimento para a criação da Comissão Especial. S.Exa. mandou um ofício ontem retirando a assinatura, mas ele tem que se expressar nos meios de comunicação para explicar o porquê assinou o requerimento para se criar a Comissão Especial da PEC nº 215. A defesa que faço como petista, pedindo o apoio dos petistas que estão aqui, que os 89 Deputados Federais do PT não aceitem fazer parte desta Comissão Especial da PEC nº 215 *(Manifestação na plateia.)*, e que a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, junto com a Frente em Defesa dos Direitos Humanos, junto com a Frente Ambiental façam uma grande campanha nos gabinetes dos Líderes Partidários, a fim de que eles não indiquem Deputados para esta Comissão Especial. *(Manifestação na plateia.)*

Eu gostaria que o Deputado Ricardo Tripoli fizesse uma rápida saudação, S.Exa. que é grande parceiro do PSDB do Estado de São Paulo.



Acabou de chegar o Deputado Domingos Dutra, que nasceu no Quilombo Saco das Almas. Uma salva de palmas. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Bom dia a todos, bom dia Presidente, quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas presentes, todos os índios — eu não vou aqui denominar as origens de cada um, mas vocês têm o privilégio hoje de estarem todos juntos, o que é importante para todos nós —, e fazer uma breve intervenção.

Há pouco tempo aqui na Comissão de Constituição e Justiça tentou-se votar exatamente essa matéria, que faz com que a demarcação de terras indígenas passe para a Câmara dos Deputados, o que seria, na verdade, entregar aos ruralistas aquilo que não pertence a eles.

A sustentação que fiz na época é que antes de demarcar a terra indígena, porque os índios chegaram antes de os brancos aqui no Brasil, pois os índios já estavam aqui, é demarcar terra de branco, ver se os fazendeiros aceitam fazer demarcação de terra de branco. *(Manifestação na plateia.)*

O Brasil precisa, antes de discutir terra indígena, fazer regularização fundiária e descobrir onde estavam os índios, eles têm que permanecer lá, a terra é devida a eles. *(Manifestação na plateia.)*

Esse, tenho certeza, é o entendimento de todos os Deputados que estão aqui e de alguns que não puderam vir mas que estão solidários com a causa indígena aqui no Brasil. Boa sorte para todos nós. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado Tripoli, do PSDB de São Paulo.

Agora vamos ouvir uma mulher, aqui na ponta, a Deputada Federal Luiza Erundina, do PSB de São Paulo.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Sejam bem-vindos e bem-vindas a Casa do povo! *(Manifestação na plateia.)*

Nós precisamos da presença e da força de vocês para continuarmos lutando e perseverando na defesa dos direitos humanos no Brasil! *(Manifestação na plateia.)*

Minha palavra aqui é de renovação do nosso compromisso, do meu compromisso, do compromisso desses companheiros e companheiras da Frente Parlamentar pelos Direitos Humanos! *(Manifestação na plateia.)*



E os direitos dos povos indígenas são direitos humanos: direito à vida, direito à terra, direito à dignidade, direito à cidadania. Viva o povo indígena do Brasil!  
*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputada Luiza Erundina.

Gostaria que aumentassem o som do microfone, parece que está muito baixo.

Temos também a Vice-Prefeita de uma cidade de Roraima, uma indígena da terra indígena Raposa Terra do Sol. Fique de pé. *(Manifestação na plateia.)*

Este deveria ser um grande momento da presença e do trabalho da Comissão de Direitos Humanos. E eu gostaria, porque tem os Deputados que são membros da Comissão de Meio Ambiente da Câmara que pudesse aprovar um requerimento, Deputado Zequinha Sarney, para que uma comissão de Deputados possa ir à Raposa Serra do Sol para contrapor esses Deputados ruralistas que foram a Roraima produzir um relatório para dizer que os indígenas de Raposa Serra do Sol são incapazes. *(Manifestação na plateia.)*

Os indígenas da Raposa Serra do Sol encontraram as suas terras destruídas pelos fazendeiros na saída. Fiquem de pé os 20 indígenas que vieram da Raposa Serra do Sol. *(Palmas.)*

Os indígenas elegeram Prefeitos, Vereadores, Vice-Prefeitos, e estão produzindo muito, tiveram uma produção recorde de melancias, mas isso não se fala dentro da Câmara, dizem que os indígenas são incapazes, estão doentes, estão com beribéri, e que a terra deve ser devolvidas para eles.

Portanto, vamos aprovar por uma das outras comissões, já que nós não podemos, já que estamos exilados da Comissão de Direitos Humanos, pedimos que outra comissão, como a de Meio Ambiente, possa aprovar esse requerimento e que um grupo de Deputados Federais vá até Roraima. *(Manifestação na plateia.)*

Passamos a saudação para o Deputado Penna, que é Presidente da Comissão, para a sua saudação aos indígenas.

**O SR. DEPUTADO PENNA** - Em primeiro lugar, quero dizer que nós vamos encaminhar para a votação imediata de uma comissão externa para observar as conquistas dos índios na Raposa Serra do Sol. Os arroteiros que saíram de lá se



instalaram de maneira agressiva na Ilha do Marajó, um ecossistema que talvez não aguentasse essa cultura tão ampla, tão doida como é a cultura do arroz.

Agora, já que estou com a palavra, quero dizer da minha, da minha emoção de estar com toda essa turma, vários povos indígenas aqui representados, mas eu quero cumprimentar, com muito carinho, o meu querido amigo Raoni Txucarramãe. *(Manifestação na plateia.)*

Raoni, como esta é uma celebração, nós poderíamos — passem esse outro microfone para o Raoni —, como nos velhos tempos:

*(É entoada uma canção indígena.)*

**O SR. DEPUTADO PENNA** - Viva o povo indígena do Brasil!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado e Penna.

E, do lado do Deputado Penna, para uma saudação rápida, representando a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, o Deputado Federal Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Vocês enchem de Brasil esta Câmara dos Deputados, de onde o Brasil, muitas vezes, fica ausente.

Eu tive o privilégio de estudar em uma faculdade pública e de me formar em História. Eu tive uma sensação e uma emoção enorme quando, ao recebê-los ali fora, viemos entrando e vocês cantando os seus cantos, a sua cultura, a sua saga, a sua história. Eu tive a sensação de que a gente estava redescobrimo este País. Porque o 22 de abril é a data do início do extermínio do que há de mais autêntico neste Brasil. *(Manifestação na plateia.)*

E o Dia do Índio não é só o 19, não. E nem a gente vai se contentar com um Abril Indígena. É pela luta que a gente tem que abrir a República brasileira para que o genocídio não continue.

Por isso, a presença de vocês aqui nos enche de cor, de ânimo, de esperança, de Brasil profundo. Isso é maravilhoso! E eu quero agradecer a todos os Deputados.

Alguns, representando o interesse dos que querem exterminá-los, dos que não os consideram gente, têm que saber deste ato aqui. Muitos negam a boa nova do Evangelho para, em nome de uma catequização falsa, tomar terra e destruir cultura! *(Manifestação na plateia.)*



Outros trazem os arcabuzes, o fogo, a destruição das malocas, agora, sob outros nomes, de projetos legislativos, como a maldita PEC 215, que não passará! *(Manifestação na plateia.)*

A Frente Parlamentar pelos Direitos Humanos, que está aqui, todos os Parlamentares fazem parte dela, e a omissão de direitos humanos que só é permanente no desprezo às culturas originárias, que não está aqui; essas simbolizam um grande embate no Parlamento, pelos direitos da diversidade cultural, étnica do povo brasileiro e contra aqueles que querem fazer um Brasil padronizado, fechado só para as elites.

Essa luta é longa, e vocês têm muito que nos ensinar. Vocês são a cara da resistência, vocês são a cara do presente, do futuro e da luta!

Muito obrigado. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Muito obrigado, Deputado Chico Alencar, representando a Frente em Defesa dos Direitos Humanos.

Está presente aqui também o Frei Volmir, um grande lutador de Rondônia, um franciscano que se embrenha nas matas em defesa dos povos indígenas. Levante o braço, Frei Volmir. É um irmão franciscano. *(Palmas) (Manifestação na plateia.)*

Também está presente o Bispo Atílio, que é Vereador de São Paulo. Cadê o Bispo Atílio, que é Vereador de São Paulo? *(Manifestação na plateia.)* Seja bem-vindo! Junte-se a nós!

Chegaram também aqui os Parlamentares Roberto de Lucena, do PV de São Paulo, e a Deputada Federal Erika Kokay, do PT do Distrito Federal.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, só para registrar também a presença do Cacique Damião, xavante, lutador. Solidariedade pela perda dos netos. Ele perdeu 3 netos nesses últimos 2 meses.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Aqui estão presentes os xavantes. Por isso, nós temos que comemorar a reconquista da terra pelos xavantes. Estão presentes os xavantes. Levantem o braço lá atrás. Os xavantes chegaram bem cedo aqui e estão lá. Uma salva de palmas para eles. *(Palmas.) (Manifestação na plateia.)* E o Cacique Damião que os liberou.

Vamos ouvir rapidamente a Deputada Federal do Amapá Janete Capiberibe.



**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** - Meu bom dia a todos e a todas. Bom dia. Este é um momento muito importante para a população indígena do nosso País e para nós, Parlamentares que aqui estamos e fazemos parte da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, de segmentos como os indígenas, que não têm os seus direitos assegurados.

Eu quero dizer a vocês que a primeira faixa que eu visualizei, quando vocês vinham chegando à Câmara, foi uma pedindo a demarcação de suas terras. (*Manifestação na plateia.*) E isso se explica por que, no início do século XVI, os povos originários em nosso País eram 5 milhões de indígenas aqui no Brasil e em 2010, de acordo com o censo feito pelo IBGE, 897 mil brasileiros somente se declararam indígenas, índios. Então, essa é uma razão muito forte para vocês estarem nesta semana, neste mês do índio, com as faixas, pedindo a demarcação das suas terras, além das 505 que foram demarcadas até dezembro de 2010 aqui em nosso País.

Gente, vocês de todo o nosso País, desde os kaingangs, no Rio Grande do Sul, até os karipunas, galibi-marworno, galibi do Oaipoque, que aqui estão presentes, são os indígenas do Amapá, meu Estado, podem contar com esta Deputada do Estado do Amapá para lutar pelo arquivamento da PEC 215, de 2000 (*Manifestação na plateia.*), para revogar o PL 1.610, de 1996, para exploração de mineral nas terras de vocês, para anular essa Portaria 303 da AGU (*Manifestação na plateia.*), para revogar esse último decreto de 2013 que cria o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente.

Olhem só: não é a proteção dos índios que estão aí nesses espaços onde estão construídas as grandes hidrelétricas em nosso País, o que esse decreto garante é a presença dos soldados da Força Nacional para retirarem os indígenas dali, para que acabem a sua terra, a sua floresta, a sua água.

E vocês contam também com a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, que nós tentamos aprovar no ano passado, junto com o Padre Ton, mas era perigoso botá-lo na mesa para votar. Ele está pronto para ir para a mesa e ser votado, mas o Padre Ton se preocupa com que ele seja colocado em votação e os fazendeiros, grileiros, madeireiros não o aprovem. Seria muito ruim não se



aprovarem o Estatuto do Índio, que vocês conhecem muito bem, e ainda a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista.

Gente querida, um grande abraço. Vocês são bem-vindos. A Câmara fica linda, colorida, com a presença de vocês aqui. (*Manifestação indígena no plenário.*)

E vocês contam conosco. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputada Janete Capiberibe.

Chegou agora um comunicado da Presidência. O Presidente vai recebê-los. O Paulo, da Polícia Legislativa, veio dar o recado. Vocês precisam escolher dez lideranças, e os Deputados vão acompanhá-los. Nós vamos continuar aqui... Sim. De cada etnia, lideranças, porque um documento vai ser lido aqui, e os indígenas vão ter que falar. Vocês já podem se organizar para escolher.

Nós temos aqui os Deputados Alessandro Molon, Domingos Dutra, Roberto de Lucena, Erika Kokay, Janete Rocha Pietá e Amauri Teixeira. Só que nós temos os indígenas que vão falar. Nós temos que ler o documento. Precisamos ler esse documento, e se um indígena pudesse...

Vocês querem que eles deem uma saudação rápida? Sim. Vão dar uma saudação rápida. Nós temos que entrar no documento, aprová-lo e, depois, entregá-lo ao Deputado Henrique Eduardo Alves. Vão falar o cacique Raoni e as quatro lideranças indígenas das quatro regiões do Brasil. Essas lideranças precisam se expressar.

Portanto, passamos agora a palavra à Deputada Erika Kokay, que vai fazer a sua saudação. Ela é membro da Comissão...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Deixe os indígenas falarem primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Quer que eles falem primeiro? Pois, então, vão falar os indígenas primeiro.

Quem dos indígenas vai ler o documento? Enquanto a Sônia se prepara, o cacique Raoni vai fazer a sua saudação. O senhor quer usar o outro microfone? O outro microfone é melhor. Pode ficar de pé, cacique. Se quiser ficar de pé...

Aumente o som desse microfone. Vamos ouvir com atenção o pai Raoni. Precisa traduzir?



**O SR. CACIQUE RAONI** - (*Exposição na língua indígena gê. Tradução simultânea.*) - Bom dia a todos e a todas. É uma satisfação, é um prazer estar aqui junto com meus parentes e parentas.

Nós vamos ter que ser firmes, enfrentar e agir contra os desmatamentos. Eu não aceito que grileiros, garimpeiros invadam a nossa terra. Eu não aceito. Nós temos que... Eu sou contra invasores, garimpeiros, grileiros.

Nós, povos indígenas, temos que elaborar algum documento aqui na Câmara dos Deputados para que Deputados e demais lideranças respeitem os povos indígenas.

Naquela época em que vieram portugueses. Quem são primeiros habitantes são nós. Então, agora, os brancos não está mais respeitando nós, o branco está matando nós, povos indígenas. Isso que não gostei. E, onde o Cláudio e irmãos dele, o Rondon, orientaram para que eles está sempre defendendo qualquer um de nós e até hoje ele está sempre defendendo, sempre, assim, falando contra os garimpeiros e fazendeiros. (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. RAONI** - (*Exposição em língua indígena. Tradução simultânea.*)

**INTÉRPRETE** - Nós tem que elaborar um documento para que eu possa entregar na mão da Presidenta Dilma, pra que ela possa estar respeitando qualquer um de nós, qualquer um de nós. Isso que eu deixo bem claro para vocês, parentes. (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Cacique Raoni. Nós vamos ter que apressar com o documento, porque o Presidente está esperando. Vamos passar para Sonia Guajajara, que ficou responsável de apresentar o documento para vocês. O Presidente pode esperar um pouco.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Sim, porque tem muitos índios aqui fora também, há uns 300 índios aí fora. Vamos passar para Sônia Guajajara da APIB.

**A SRA. SÔNIA GUAJAJARA** - Uma saudação especial a todos meus parentes e parentas que estão aqui, povos dos indígenas do Brasil. (*Manifestação na plateia*) Saúdo aqui a Mesa, os Deputados que aqui estão nos recebendo, agradecemos pela disponibilidades de estarem aqui. Mas não posso dizer o mesmo



desta Casa. Não podemos agradecer, e, sim, repudiar a falta de respeito, a forma como esta Casa está nos recebendo, em não disponibilizar um local adequado onde nós possamos acomodar todos os nossos povos, que, com muitas dificuldade, conseguiram chegar aqui até Brasília. *(Manifestação na plateia.)*

Quero dizer que esta Casa é nossa. Estamos aqui para reafirmar isso. Esta Casa é a casa do povo. E nós podemos entrar aqui e sair a hora que nós bem precisarmos ou entendemos de chegar. *(Manifestação na plateia.)*

Quero dizer, gente, que nós não vamos aceitar aqui interferências externas, que seja de Governo, que seja de empresários, ou que seja de próprios indígenas que não estão vinculados ao movimento indígena, que não estão participando da discussão, que vêm aqui com interesse de desmobilizar o nosso movimento, de dividir a nossa articulação para defender interesses pessoais. Não vamos permitir que este momento seja um momento de divisão dos nossos povos. E, sim, estamos aqui para lutar pelos nossos direitos, pelo nosso povo, em prol dos nossos territórios. *(Manifestação na plateia.)*

Quero agora reafirma que nós, povos indígenas, nós não somos bobos, não somos ingênuos em dizer que apenas o Congresso Nacional é que está atacando os nossos direitos, mas quero reafirmar que isso faz alguma parte de uma orquestra de todo o Governo Federal, junto com os três Poderes — o Executivo, o Judiciário e o Legislativo —, porque, se isso está acontecendo, é com a conivência, com a permissão da Presidência da República. Com todo Poder Executivo é que se alia a bancada ruralista, se alia ao Congresso, fazem as mais horríveis alianças para poder defender os seus interesses, defender o capital, defender o interesse econômico em detrimento dos nossos novos povos, das nossas terras, com o sofrimento de todos os nossos povos. E nós estamos aqui para reafirmar isto, que estamos aqui pedindo ao Executivo para revogar todas as portarias e decretos que afetam, que impactam, que matam os povos indígenas do Brasil, seja nossa cultura ou tirando nossos territórios. *(Manifestação na plateia.)*

Não vamos permitir mais essas ameaças aos direitos originários dos povos indígenas.



Não podemos mais ficar calados, não podemos ver nossos parentes continuar morrendo — morrendo lá —, vendo a usurpação, vendo a violência praticada contra nossos povos, nossas crianças, nossos jovens.

Este Brasil é nosso, esta Casa é nossa e é por isso que, neste momento aqui, nós instalamos a revolução indígena. É por isso que nós estamos aqui. *(Manifestação na plateia.)*

Ao Legislativo quero dizer que nós não estamos com muita pressa de entregar o documento para ele não. Esse tempo aqui, o dia de hoje é nosso. Nós estamos aqui para conversar. *(Manifestação na plateia.)* Nós estamos aqui para apresentar nossas reivindicações e, se ele não veio aqui para nos receber, nós estamos dentro da Casa, não é? Por que ele não está aqui nesta bancada, para estar junto, para receber todo mundo? *(Manifestação na plateia.)* O que o Deputado, Presidente da Câmara, precisa fazer é suspender, arquivar imediatamente essa decisão de constituir a Comissão para votar a PEC 215. É isto que ele precisa ter pressa. *(Manifestação na plateia.)* Essa PEC que, nós entendemos, afronta a autonomia dos poderes e submete todo o nosso destino à vontade do poder econômico, à vontade dos empresários, que hoje dominam aqui o Congresso Nacional. É isto que ele precisa observar: pedir para que acelere toda a revogação dessas PECs que aí estão, que matam os povos indígenas. *(Manifestação na plateia.)*

Nós exigimos ainda aqui o engavetamento de todas as iniciativas que buscam legalizar a violência contra nossos povos. Nós temos aí o decreto de repressão que foi criado agora, recentemente, este ano, o Decreto nº 7.957, que diz que é para fazer estudo em terras indígenas, mas é apenas para reprimir, para oprimir e para evitar que os nossos povos se manifestem, evitar nossos protestos contra a instalação de obras e de grandes empreendimentos em nossos territórios. *(Manifestação na plateia.)*

Ao Judiciário nós pedimos agilidade no julgamento dos casos que retardam a demarcação de nossas terras, submetendo nossos povos e comunidade a situações de usurpação jurídica e social.

Por fim, quero dizer aqui que nós conhecemos nossos direitos, mais uma vez não somos ingênuos, e é em nome desse conhecimento que nós temos, de tudo que



nós vivemos, é que nós temos aqui esta pauta de reivindicações que é tudo que está acontecendo hoje, na realidade, com todas as aldeias, com todos os povos indígenas do Brasil.

Este documento aqui é fruto dessa articulação, da mobilização que está acontecendo durante toda essa semana, quando os indígenas do Brasil estão discutindo lá na chácara, em Luziânia, a articulação dos povos indígenas do Brasil e organizações regionais, povos e lideranças, comunidades de todas essas terras e de todas os Estados do Brasil.

É em nome de todos esses povos que vamos, aqui e agora, apresentar a nossa pauta.

*(Pausa.)*

Temos aqui um encaminhamento da mobilização, um encaminhamento da nossa articulação. O nosso documento não vai ser lido aqui neste momento. Nós vamos entregar aos Srs. Deputados... vai ser entregue ao Presidente da Câmara. Eles que vão ler e vão nos dar a resposta, porque nós, indígenas, já conhecemos tudo o que aqui apresentamos. *(Manifestação na plateia.)* Nós já sabemos tudo o que aqui trazemos... *(manifestação na plateia)* pelas nossas reivindicações. *(Manifestação na plateia.)*

Todos os Deputados já estão com o documento nas mãos... *(Manifestação na plateia.)* Então, não vamos neste momento fazer a leitura, porque todos os povos indígenas estão cientes e sabem do que se trata. Nós sabemos o que nos trouxe aqui em Brasília durante toda essa semana de mobilização e luta, e no momento é isto.

Passo a palavra aos demais companheiros.

Muito obrigada. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Sônia Guajajara.

Nós agora vamos ouvir o Rildo Kaingang , a saudação do Rildo Kaingang. *(Manifestação na plateia.)* Está aqui também presente o Deputado Paulo Teixeira *(manifestação na plateia)*, ex-Líder do PT e companheiro nosso de luta e caminhada.

Com a palavra Rildo Kaingang.



**O SR. RILDO KAINGANG** - Boa tarde a todos. Já passa de meio dia. Cumprimento a Mesa e os demais parentes que estão presentes aqui. Queria fazer uma referência à palavra do companheiro Chico Alencar, do Rio de Janeiro, que lembrou 1500, quando começou o seu massacre, na grande invasão do Brasil. Mas eu vou um pouquinho mais além, companheiro Chico: o massacre continua. E esse Governo está nos dando um recado: não há espaço para os povos indígenas dentro deste Governo. Dentro desse projeto de Nação do Estado brasileiro, não há espaço para os povos indígenas. Está bem claro para nós que o que está acontecendo neste momento é uma sentença de morte. Portaria nº 303, PEC 215, tudo isso vai refletir no futuro dos nossos povos.

Vejam que estamos com um time aqui que está dentro do Congresso. Certamente, vocês serão nossas vozes lá dentro. Aqueles que têm lealdade ao movimento indígena nos defenderão; aqueles que não têm correrão no primeiro embate. Isso nós veremos no longo jogo que se está começando.

Este Governo, esta Presidente Dilma, demonstrou para nós a verdadeira face e de que lado que ela está. Até o presente momento, ela não teve coragem de receber o movimento indígena. E nem vai receber, porque ela está do lado de lá, do lado do agronegócio, do lado dos grandes empresários. *(Manifestação na plateia.)*

Acredito que eu sonhei o mesmo sonho que muitos companheiros do PT sonharam, aquele partido que foi criado em 1980 e lutou pela igualdade social, pelas minorias, pelas classes sociais. E, hoje, quando assumiu o poder, esqueceu, esqueceu esse sonho. Sonhei um grande sonho em vão. E espero, companheiros, que vocês que são do PT... Sei que não vão poder mudar o curso dessa história, mas poderão construir junto conosco a resistência que vai fazer diferença para nós no futuro.

Obrigado. *(Palmas.) (Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Rildo Kaingang. Acabou de chegar aqui o Senador da República, ex-Governador do Piauí e também Membro da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, o Senador indígena Wellington Dias, o Índio, o Índio do PT do Piauí. *(Palmas.) (Manifestação na plateia.)* Quero saudar também as lideranças do Partido Nacional Indígena, que recebi ontem no meu gabinete. Quero saudar vocês que estão aqui presentes



também. Estão colhendo assinaturas. Precisam de 500 mil assinaturas para poder participar do pleito como partido político no ano que vem.

Vamos ouvir o Oriel Guarani-Kaiowá. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. ORIEL GUARANI-KAIOWÁ** - Saúdo todos os Deputados aqui presentes, Senadores e o meu povo, povos indígenas. Em nome do povo Kaiowá e guarani e os demais parentes do Estado de Mato Grosso do Sul, venho aqui dizer a todos companheiros e companheiros que estão solidários ao nosso caso, principalmente do povo Kaiowá e Guarani, que nós temos um foco principal de estar aqui. Primeiro, é pedir a todos Deputados e Senadores que acelerem essa revogação da nossa portaria e da PEC 215. Esse é o principal foco que nos faz estarmos presentes aqui na Casa, porque, como todos companheiros e companheiras já falaram, nós já havíamos sendo maltratados há 513 anos. E até hoje existem ainda povos indígenas. Éramos mais de 1 milhão os povos indígenas, e hoje estamos um pouco menos de 1 milhão. Mas estamos resistindo. Estamos enfrentando cada desafio que estamos encontrando pela frente. E nós não queremos mais sofrer. Nós não queremos mais morrer. Vocês sabem, todos os Deputados, Senadores desta Casa, muito bem a situação dos povos indígenas do Brasil e do povo indígena Kaiowá-Guarani do Estado do Mato Grosso do Sul.

A situação dos povos indígenas Kaiowá-Guarani, não só o povo que sofre, mas, sim, todos os povos do Brasil estão na mesma situação.

*(Manifestação da plateia.)*

E nós não queremos mais sofrer. Nós estamos aqui exigindo, exigindo que sejam revogados todos esses projetos de lei, todas as PEC 215 que estão... Realmente é um trabalho assassino. É um trabalho que mata os povos indígenas.

*(Manifestação da plateia.)*

É um trabalho que não foi feito com bom coração. É um trabalho que não foi feito para defender a vida do ser humano. Realmente, é um trabalho que é para acabar, de uma certa forma, com os povos indígenas do Brasil.

E nós aqui... para terminar, eu quero dizer: será que é tão difícil o Governo entender, o Poder Legislativo entender, o Poder Executivo entender, o Poder Judiciário entender que aquela terra onde nós nascemos, onde nós crescemos,



onde nós nos criamos, nós não vamos deixar porque uma parte do espírito do nosso povo indígena está lá?

*(Manifestação da plateia.)*

Porque nós dialogávamos com espíritos do lugar, com espíritos do mato, com espíritos da água, com espíritos das plantas medicinais. Aquele lugar jamais vamos deixar porque, naquele pedacinho, está lá derramado o sangue dos povos indígenas Kaiowá-Guarani e o sangue dos povos indígenas de todo Brasil. E nós exigimos a revogação da portaria.

*(Manifestação da plateia.)*

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Oriel Guarani.

Gostaria que se aproximasse aqui, pelo Nordeste — gostaria de saudar o Amauri, que é Pataxó da Bahia, Deputado Federal, grande parceiro nosso que está aqui —, o Neguinho Trucá; e o Marcos Apurinã, pelo Norte.

*(Manifestação da plateia.)*

Você é de qual Estado? Pernambucano aí. O Fernando Ferro passou aqui cedo. A palavra está contigo.

**O SR. NEGUINHO TRUCÁ** - Quero saudar a Mesa, na pessoa do Padre Tom. Bom dia, meus parentes e minhas parentas.

Dizer que temos nos sentido, nos últimos anos, nos últimos dois governos do PT, vamos ser sinceros, como os inimigos nº 1 do País. O governo Lula foi o governo no qual mais morreram lideranças indígenas, que menos demarcou terra indígena e que mais criminalizou lideranças. E o Governo Dilma sequer teve agora o respeito de se sentar com os povos indígenas do Brasil para discutir.

*(Manifestação da plateia.)*

E esta Casa, ela está passando por falta de ética e de moral. Os interesses colocados aqui têm sido resultado dos assassinatos e invasões de terra lá dentro dos nossos territórios. É inaceitável que a bancada ruralista continue mandando no Brasil, continue conduzindo os rumos do País.

*(Manifestação da plateia.)*

É inaceitável que a bancada evangélica, em nome de um Deus, massacre todo mundo...



(*Manifestação da plateia.*)

... e não faça aqui, nesta Casa, o papel primordial dos Deputados de defender o interesse do povo.

O agronegócio gera riqueza para alguns, e não para o País. Os grandes empreendimentos geram riqueza para alguns, e não para o restante do País. E não se tira ninguém da classe de miserável ou de pobre detectando o que as pessoas têm.

O nosso País chegou à sétima economia do mundo na maior mentira. Nós temos sofrido com a falta de terra. Nós temos sofrido com a falta de terra, nós temos sofrido com a falta de saúde, falta de educação e de estrutura para criar nossos filhos e, mesmo assim, somos tido como classe média, Padre Ton. É louvável a coragem que vocês, Deputados, têm de receber a gente aqui e de se colocar contra o que o capital e o que alguns estão querendo. Mas esta Casa tem que passar pelo início do que foi criado. Ela foi criada para propor melhorias para todo o Brasil e não para alguns. Nós não podemos aceitar um pastor conduzindo uma Comissão de Direitos Humanos que todo o País não quer, e o Presidente desta Casa não se manifesta. Como é que se discute direitos humanos de portas trancadas? É inaceitável que uma audiência pública deste porte com todos os povos do Brasil seja num plenário deste tamanho porque a bancada ruralista tomou o plenário grande para conduzir um ato em nosso nome, que não vai defender nossos interesses.

Nós viemos aqui, Padre Ton, para dizer: “*Chega.*” Estamos aqui no Legislativo, iremos para o Executivo e para o Judiciário. Chega de indicações de Ministros e de se fazer leis por conta dos cotovelos. Nós temos vivido num país de faz de conta. Infelizmente não são somente os partidos que a gente já conhece que não gostam de indígenas; os que gostam é que estão minando a gente aqui, estão propondo e aprovando as PECs e requerimentos colocados aqui contra nosso povo. E nós viemos aqui para dizer: “*Chega.*” E, mais ainda, pedir aos senhores, para finalizar, que, lá na condução com o Presidente, nos acompanhem. Nós não queremos ir dez entregar o documento, não. Se possível, só os dez irão falar. Mas nós queremos que a nossa gente vá conosco. Nós não viemos aqui de forma nenhuma para bagunçar, para agredir. Viemos defender nossos direitos de forma



democrática, ensinando para alguns que ocupam a cadeira de Deputado qual é o princípio da democracia, que é o de discutir com todo mundo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Muito obrigado, Neguinho Trucá.

Agora, Marcos Apurinã, que está ali na ponta, Presidente da COIAB. Vamos ouvi-lo com atenção.

**O SR. MARCOS APURINÃ** - Bom dia, meus irmãos, minhas irmãs.

Padre Ton, eu queria me referir a sua pessoa e, em seu nome, gostaria de agradecer a todos os Parlamentares aqui presentes, mulheres e homens.

Eu queria dizer ao senhor, Padre Ton, que estou muito triste neste momento pelo processo que este País vem tratando o nosso direito. Eu não gostaria de falar mais aqui sobre as PECs, porque nós estamos trabalhando dia e noite para que se reverta o que o País tem feito conosco, mas vou falar de uma ação específica que está acontecendo com o nosso povo na base.

A Polícia Federal, a Força Nacional, através do Ministério da Justiça, que é para fazer leis de defesa dos nossos direitos, estão nos assassinando. Não podemos aceitar. (*Manifestação na plateia.*) Isso aconteceu com o povo Cinta Larga, em Rondônia, aconteceu com o povo Xavante, no Mato Grosso, acontece em outras regiões do País, na Amazônia, e em outras regiões, como em Mato Grosso do Sul e no Nordeste do País.

Nós não podemos, Deputado, de maneira alguma, continuar com esses assassinatos. Recentemente, meu parente irmão munduruku foi assassinado pelo Delegado da Polícia Federal e, no entanto, está solto, não está preso. Se fosse um índio estava preso.

Eu perguntei ao Ministro que lei é essa que em vez de proteger, assassina. Nós temos ética, nós indígenas temos ética e respeito. Esta Casa deveria respeitar a gente, porque, como disse o nosso líder Raoni, nós somos os primeiros nativos deste território e exigimos respeito. E queria dizer aos senhores, que têm defendido nossa causa, que nós vamos até o último índio, como disseram nossos líderes de Roraima. Nós não vamos desistir nunca. (*Manifestação na plateia.*) Por que estão discutindo mineração — e lá no garimpo nas terras indígenas, ilegal — que este



País não determinou antes? O Rio Teles Pires, o Rio Tapajós, todos os rios da Amazônia estão sofrendo um processo de derrame cerebral em função das grandes obras hoje no País.

As 14 dragas de garimpo estavam no Rio Teles Pires, desde a década de 80, Deputado. Esse garimpo funciona. Se assim o Governo Federal quisesse já tirar ou legalizar, ele deveria ter ouvido a gente. Nem sequer a lei que é constituída por este País é respeitada. Ela, pelo contrário, é estuprada pelos próprios Deputados que criam essa lei. *(Manifestação na plateia.)* É inaceitável esse tipo de atitude.

No entanto, eu quero finalizar e pedir a esse Ministro que assassina índio: se quer destruir minério, vá lá e destrua minério, e não mata os nossos irmãos, porque nós vamos pagar por um preço que nós não fizemos. Quem fez o preço foram eles, portanto, eles têm que pagar.

Por isso, meus irmãos, vamos à luta. *(Manifestação na plateia.)* E eu confesso: eu estou de acordo com Neguinho Trucá. Nós somos irmãos, vamos todos lá para a plenária do Presidente. Nós não vamos só levar os dez, Deputado. Queria que o senhor intervisse nisso. Vamos todos nós. Nossos irmãos estão juntos e, se for para a briga, vai todos; se não for, vamos embora. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Marcos Apurinã.

Mas eu conversei aqui com o Deputado Ricardo Tripoli, e talvez tenha uma saída: todo mundo se deslocar para o Salão Verde da Câmara, porque, ali perto do plenário, a gente tem que fazer... Por exemplo, uma coisa positiva: vocês sabem que está esse conflito danado com o Pastor Marco Feliciano. A Segurança aqui fecha os corredores para dar segurança para ela. Aí a gente tem que demonstrar que nós somos pessoas do bem, educadas, nós não precisamos de segurança, nós não vamos quebrar nada aqui dentro da Casa.

**(Não identificado)** - É melhor que o Presidente venha aqui.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Se o Presidente vier aqui, está bom. Se o Presidente...

**(Não identificado)** - Tem que trazer para cá. É melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Pois então, vamos continuar as falas.



*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Não, eu já fui lá e já fiz o ofício há uma semana, pela Comissão. Aí, se o Presidente vier aqui, é melhor; se Maomé não vem aqui, nós vamos lá. *(Manifestação na plateia.)* Isso.

**O SR. MARCOS APURINÃ** - Por favor, Padre, aqui o senhor está vendo a situação como está.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Sim.

**O SR. MARCOS APURINÃ** - O ar-condicionado não está funcionando. Então, nós teremos que ir lá. A nossa proposta é lá. É mais amplo, é mais espaço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Sim, mas o espaço lá é menor ainda. É menor porque é o Salão Verde, é lá em cima. Aí o quê? Eles estão negociando a vinda do Presidente aqui. Se o Presidente vem, é melhor.

Agora, vamos continuar as falas, porque o Domingos Dutra aqui está doído para falar.

E essa reunião, gente, está sendo transmitida para o País inteiro, pela *TV Câmara*, pela Internet, pelos meios de comunicação, pelos jornais. Há jornalistas aqui dentro, de jornais importantes, de meios de comunicação importantes.

Aí, vamos passar a palavra para o Deputado... Tem a Deputada que chegou primeiro aqui, a Deputada Janete Rocha Pietá, para fazer a sua saudação. E tem o Deputado Alessandro Molon também. Depois o Molon.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Está bom. Ela não quer falar não.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Eu queria, como vários Parlamentares aqui já disseram, em primeiro lugar, dar as boas-vindas a todos à Casa que é de vocês. Esta Casa aqui é de vocês.

Eu queria dizer para vocês, além de dar as boas-vindas, que, durante 2 dias, alguns dos Parlamentares que estão aqui, que são membros da Comissão de Constituição e Justiça, lutaram nesta sala, por quase 10 horas, para evitar que a PEC 215 fosse aprovada e pudesse ir para uma comissão estadual. Vários Deputados que estão aqui, dentre eles eu, lutamos com todas as forças e não



conseguimos impedir a passagem da PEC pela CCJ, apesar das 10 horas de luta, que foi o máximo que conseguimos estender.

Portanto, só tenho uma esperança para barrar a PEC 215: é que vocês, como fizeram hoje, venham a esta Casa dizer a esta Casa que vocês não aceitam a instalação da Comissão Especial da PEC 215. (*Palmas.*) Se a Comissão for instalada, podem ter certeza, ela será aprovada na Comissão Especial contra todo o nosso esforço. Daí a importância de nós resistirmos com todas as forças.

Cada etnia deve dizer ao Presidente desta Casa que nós não queremos que esta Comissão especial seja instalada, porque, depois de quase 500 anos, os índios conseguiram, na Constituição de 1988, ter o direito às suas terras reconhecido, e, no fundo, é esse direito de vocês, pelos quais vocês lutaram por 500 anos, que estão querendo arrancar de vocês, violentando a Constituição Federal.

É contra isso que nós vamos resistir ao lado de vocês até o fim. Não à PEC 215! Viva as etnias indígenas! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) – Obrigado, Deputado. Eu gostaria de fazer uma correção. Chegou-nos a informação de que não se está transmitindo. Optou-se por veicular, ao vivo, um seminário e a fala do Secretário de Assuntos Estratégicos, como se índios não fossem assunto estratégico. (*Apupos nas galerias.*)

Também o Presidente da Câmara está vindo aqui. Estão pedindo para abrir essa porta lateral.

Kalpalu. Presidente Nacional do Movimento Indígena em Ação, convocada ao Prêmio Nobel da Paz no ano de 2013. A menina da Kalpalu está lá atrás. Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Agora, a Deputada Janete Pietá.

**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** – Eu quero fazer a saudação às minhas parentes e aos meus parentes, porque, na Conferência da Mulher, nós, mulheres negras, brancas, quilombolas, assinamos um pacto de parentesco. Onde estiver um negro, um índio nos apoiará. A destruição da terra indígena é inaceitável, e também a destruição das terras quilombolas, que não têm o mesmo tempo que a indígena, mas que também querem destruir.



Por isso, eu não vou mentir, eu sinto vergonha, mas eu não criei o PT para causar genocídio indígena e nem também para destruir a terra do nosso povo. (Palmas.)

Somos resistentes na Comissão de Direitos Humanos e na Frente Parlamentar de Direitos Humanos, da qual participo na defesa e na coordenação das mulheres de todo o nosso País.

Por isso eu quero dizer que a presença de vocês nos dá força, porque aqui nós somos minoria, e esta Casa é do povo, que é a maioria explorada, perseguida, assassinada, como também são assassinados os jovens negros, como é perseguida a religião dos nossos povos tradicionais negros.

Então, eu não só presto solidariedade, mas eu estou aqui porque eu sou parente, porque eu sou uma de vocês, e a força e a energia de vocês é que nos dá força de continuar em uma Casa que, na semana passada, disse claramente, ao final da sessão, que iria instalar a Comissão da PEC 215. Vamos aos Líderes. Não vamos deixar que se instale... E todo dia é dia nosso. Temos que resistir, como muito bem disse a indígena Sandra... Tonha. Nós temos que fazer a revolução — a revolução dos direitos humanos, a revolução dos nossos parentes indígenas.

Muito obrigada! (Manifestação na plateia.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputada Janete Pietá, do PT de São Paulo.

**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** - E vamos pedir para ligar o som e também gravar, porque nós temos direitos. Que o Brasil saiba o que está ocorrendo aqui. (Manifestação na plateia.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Isso!

Está aqui Ysani Kalapalo — chegue aqui próximo —, esta moça que é candidata ao Prêmio Nobel da Paz de 2013 — fique aqui à frente, perto do Raoni.

Agora, chamamos aqui o Cleber Busato — também para chegar mais perto —, que é Secretário Executivo do CIMI. O CIMI foi muito importante para mobilizar tantos indígenas do País inteiro. Ele vai falar.

Mas vamos dar a palavra, primeiro, a este quilombola, aqui, o Domingos Dutra, do Maranhão, parceiro. Ele faz parte da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e à frente dos negros.



Lembrando que o EDUCAFRO mandou um abraço. Eles estão com um ônibus de estudantes negros, aqui em Brasília, em apoio ao movimento indígena. Um abraço do Frei Davi, que encontrei ontem, à noite, aqui. (*Manifestação na plateia.*)

Domingos Dutra; e, logo após, o Cleber; depois, a Kalapalo. E ao Cleber Busato, porque...

Eu peço perdão ao CIMI, porque ele até já deveria ter falado antes, porque é um movimento, é uma entidade... São 40 anos de CIMI, que é uma entidade católica missionária. Eu vou visitar Belo Monte, num requerimento aprovado pela Comissão de Legislação Participativa de 1º de maio a 6 de maio; e, aí, visitar também o Presidente do CIMI, que é o Dom Erwin, que anda com seguranças. Ele está ameaçado de morte, como muitos indígenas do Brasil.

Domingos Dutra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Companheiros e companheiras, bom dia! (*Manifestação na plateia.*) Eu vou fazer o possível para não discursar, vou falar de forma diferente das vezes que sempre falo.

Quero cumprimentar toda a Mesa, todos os Parlamentares, na pessoa de todas as nações indígenas.

Eu estou aqui há 6 anos e nunca tinha vista um clima tão negativo, no Congresso Nacional, como este. Querem tirar o poder do Ministério Público de investigar corrupção; querem prender promotor porque investiga; mineração em terras indígenas; massacres aos quilombolas, e assim por diante.

Eu quero aqui dar quatro sugestões. A primeira, daqui a 1 ano e 8 meses vai haver eleição. Eu acho que as nações indígenas, os camponeses e os negros têm que olhar a eleição como questão de vida ou morte. Não dá para receber candidato a Presidente que nos faz promessa e faz acordo com as elites. (*Manifestação na plateia.*) Vocês têm que ter acordo filmado, fotografado, testemunhado até pelo Papa! (*Manifestação na plateia.*) Porque durante as campanhas eleitorais fazem promessa para os pobres e acordo com os ricos.

Segundo, em 2014, nós aqui somos minoria dos 513 Deputados e dos 81 Senadores. Então, gente, vamos ter responsabilidade na hora de escolher. Mato Grosso do Sul tem condições de eleger índio para ser Deputado Federal.



*(Manifestação na plateia.)* Onde não tiver indígena, escolha um Deputado Federal, um Deputado Estadual que os represente. Porque a gente passa 3 anos e meio lutando, morrendo, matando, e na hora da eleição, que é a hora de construir poder de um lado e enfraquecer poder de outro, fortalece-se o poder do cão, do Satanás, e enfraquece a gente. *(Manifestação na plateia.)*

Vamos ter responsabilidade! Eu sinto que há um casamento, uma aliança, uma orquestração entre os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo contra os povos indígenas e, principalmente, os negros.

Talvez esta seja a maior manifestação indígena que já vi nesses 6 anos. Por isso, nós temos que gritar bem alto para o Poder Judiciário mandar prender os fazendeiros que mataram os índios, para suspender as liminares que impedem que a FUNAI aprove os seus laudos. Temos que acordar a Presidenta Dilma para que S.Exa. revogue esse decreto que bota polícia em área ambiental e área indígena! *(Manifestação na plateia.)* Nós temos que acordar a Presidenta Dilma para mandar revogar a Portaria nº 303. E eu digo para vocês que a Presidenta concorda. Nós vivemos numa democracia, se dermos força para S.Exa., S.Exa. vai peitar os filhos do cão, que a estão atentando todos os dias contra o pobre. *(Manifestação na plateia.)*

Pressionar a Presidenta Dilma não é ser contra S.Exa., e, sim, dar força a S.Exa., para poder revogar esses atos imorais que foi pressionar a assinar.

Por último, nós temos que pressionar este Poder onde estamos. E eu quero sugerir que seja votada uma proposta, se for o caso — a Câmara Federal está ocupada pelos indígenas nesta Comissão. *(Manifestação na plateia.)* E foi esta Comissão que aprovou a PEC —, para que só saíamos daqui quando o Presidente disser que não vai instalar a Comissão e depois que tirarmos o Deputado Pastor Marco Feliciano da Comissão de Direitos Humanos. *(Manifestação na plateia.)*

E, para encerrar, esta proposta não é contra o Presidente, inclusive, contra a Liderança do PT, que assinou este requerimento! É contra todos! *(Manifestação na plateia.)*

Que fiquemos aqui! porque se não tivermos coragem, com esta multidão, de ficar aqui pacificamente e desafiar a eles, pedir à Polícia Federal para entrar aqui,



nós vamos morrer na bala do latifúndio, como está acontecendo até hoje!  
(*Manifestação na plateia.*)

Por isso, a minha proposta é a de que seja declarada, a partir de agora, a ocupação da Comissão de Constituição e Justiça, a ocupação indefinidamente, até que seja revogada essa portaria e o Deputado Marcos Feliciano saia da Comissão de Direitos Humanos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado Domingos Dutra.

O Presidente da Câmara está chegando. Quando S.Exa. chegar, as lideranças indígenas vão falar: a Sonia, o Rildo, o Oriel, o Neguinho.

Passamos a fala para o Cleber, Secretário-Executivo do CIMI. Depois vamos consultar a proposta do Deputado Domingos Dutra

**O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO** - Obrigado, Deputado Padre Ton. Quero apenas cumprimentar a Mesa pelo espaço e também os Deputados e as Deputadas que estão aqui apoiando a movimentação dos povos indígenas.

Quero manifestar, mais uma vez, em nome do Conselho Indigenista Missionário, a preocupação que temos diante dessa onda de ataque aos povos indígenas e aos seus direitos. E também, mais do que a preocupação, queremos reafirmar a confiança que o CIMI tem no potencial e no poder de mobilização dos povos que vão sim superar, mais uma vez, essa onda de ataque, como aconteceu em outras ocasiões, na década de 70, com o governo militar. E, agora, parece meio que se repete essa grande estratégia.

Então, eu vou pedir a permissão para a passar para o Neguinho Truká, que, em nome do movimento dos povos indígenas que estão reunidos durante essa semana, também fará uma orientação política aqui.

**O SR. NEGUINHO TRUCÁ** - Parentes, quando a gente saiu da nossa casa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Só um intervalozinho, e eu passo a palavra para você.

Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar Indígena. Nós Parlamentares não nos sentimos autorizados a atender a proposta do Deputado Domingos Dutra.

Quem tem que conduzir é vocês, as lideranças, porque nós somos Parlamentares e nós da Frente nos juntamos ao movimento.



Portanto, Neguinho vai falar e a direção do movimento é que tem que conduzir as propostas. *(Manifestação no plenário.)*

Obrigado.

**O SR. NEGUINHO TRUCÁ** - Quando a gente saiu da nossa casa, saímos com um propósito: a revogação da Portaria 215, da 038, do Senado, e da 303.

E a gente logo ao chegar aqui... Na verdade, a gente não quer nem que se crie a Comissão Especial, não. A gente quer que se tire isso de pauta. *(Manifestação no plenário)* A gente não veio aqui simplesmente... Num ato... E nas nossas costas fazerem a mesma coisa que fizeram, de forma pensada e monitorada. Botaram em votação semana passada porque sabiam que nessa semana não conseguiriam colocar porque a gente estaria aqui em Brasília.

E, quando a gente saiu de lá, foi com esse propósito. Nós não saímos com o propósito... E aí os demais vão me perdoar, o Padre Ton, também, para discutir FUNAI, para discutir Nobel da Paz, para discutir isso ou aquilo, não. A gente veio até aqui para discutir o que foi colocado aqui.

De forma que eu quero colocar no plenário... Se a proposta do Deputado que falou é aceita por todos nós. *(Manifestação no plenário)* Se for, a gente estará aqui. Quem determina é o Plenário. A gente permanece até que se tire a matéria de uma vez por todas. *(Manifestação no plenário)*

Então, Padre Ton, a gente quer agradecer ao senhor pelo espaço e dizer ao senhor e ao Presidente desta Casa que, primeiro, a segurança dele chegou empurrando a gente: *“Será que o Presidente vai passar?”*

A gente não veio aqui para tocar em ninguém. Acho que esculhambação maior do que essa é vocês estarem dando proteção a Pastor Marco Feliciano. *(Manifestação no plenário)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - O Presidente já está vindo.

**O SR. NEGUINHO TRUCÁ** - Nós indígenas não viemos aqui com propósito de bagunçar, de quebrar, de ofender ou de agredir ninguém, não.

Então, a gente chegou aqui com respeito e queremos ser tratados da mesma forma. *(Manifestação no plenário)* Se tem alguém aqui que tem que ser retirado, é quem está propondo os projetos assassinos contra a gente e o Sr. Marco Feliciano. *(Manifestação no plenário)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - É isso aí.

Obrigado.

O Presidente já está se deslocando para cá.

São vocês, as lideranças, que vão falar, questionar, perguntar.

Foi feito um encaminhamento do Neguinho Trucá, liderança do Nordeste, liderança indígena do Estado de Pernambuco. O Presidente vai sentar aqui e, chegando o Presidente, primeiro falam as lideranças. Vocês vão apresentar os seus questionamentos e, enquanto isso, eu passo...

**(Não identificado)** - *(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Não. O movimento... Ela já foi anunciada. Eu acho que não é bom ela falar porque não está na pauta o tema do Prêmio Nobel da Paz. *(Manifestação no plenário)*

Vamos passar a fala para o Deputado Federal Amauri Teixeira enquanto o Presidente da Câmara se desloca para cá.

Deputado Amauri Teixeira.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Vamos passar a palavra.

Há alguma liderança indígena para falar?

**(Não identificado)** - *(Manifestação fora do microfone.)* Tem ela, a menina...

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Pode passar para a liderança. A gente espera.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Você fala a Erika... Você vai...

**A SRA. SANY KALAPALO** - Para quem não me conhece, sou Sany Kalapalo, do Movimento Indígenas em Ação. Fundei este movimento para exatamente lutar por direitos indígenas. A gente está em todos os movimentos sociais dos ignorados, aqueles que não são partidários, aqueles que estão nas ruas gritando para serem ouvidos por direito ambiental, direito animal e direito dos povos indígenas, principalmente.

A semana retrasada, fomos tratados de uma forma truculenta na aldeia maracanã. Os nossos direitos estão sendo pisados. A gente fala de direitos aqui, mas poucos políticos se interessam pela nossa causa, porque estamos sendo massacrados, pisados, tratados pior do que qualquer animal. Para os não indígenas, políticos principalmente, a maioria deles, a gente é apenas um indígena que deve



ser pisado, uma coisa exótica, diferente. Quando se trata dos nossos direitos, eles pisam e riem de nós. Então, estamos aqui para gritar os nossos direitos e para representar aqueles que aqui não estão hoje, uma força de resistência.

O que temos de fazer para que sejamos ouvidos? União, força e coragem. São essas três palavras que temos de adotar em nossos dias. (*Palmas.*) Se tivermos união, força e coragem, com certeza, iremos para a frente.

Essas são as minhas palavras. Gratidão por esse espaço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) – Obrigado Yzani Kalapalo.

Passamos a palavra para a Deputada Erika Kokay, enquanto se desloca o Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Faço uma saudação muito especial a cada um e a cada uma de vocês que vieram aqui para encher de justiça essa Comissão que cometeu uma profunda injustiça contra os povos indígenas e contra o Brasil, porque quando se fere a população indígena, se fere o Brasil, se fere cada um e cada uma de nós. (*Palmas.*) Cada um e cada uma de nós.

A Constituição de 1988 faz justiça a vocês que foram arrancados de sua própria terra. E arrancar um indígena de sua terra é tirar dele a possibilidade de vida plena. Lembro-me da fala de um cacique indígena que esteve aqui nesta Casa e disse: “Será que eles acreditam que podemos viver sem estar pisando no nosso chão, sem estar conversando com os nossos espíritos, sem estar respeitando os nossos antepassados”. Por isso arrancar a comunidade indígena da sua terra é impedir que ela possa existir. É um etnocídio. Este País não pode mais permitir que tenhamos o assassinato em vida e o assassinato real, literal do povo indígena, porque senão vamos dizer que aqui não a democracia. (*Manifestação indígena nas galerias.*)

A PEC 215 é rasgar a Constituição brasileira. (*Manifestação indígena nas galerias.*) É rasgar a Constituição. Este Congresso tem de dizer de forma clara se vai pisotear em cima da Constituição, se vai rasgar a Constituição ou se vai respeitá-la, porque instalar a Comissão Especial é rasgar aquela Constituição que foi construída com a dor, mas também com a fé e com a esperança do povo brasileiro.

Nós estamos aqui — e em encerro com isso — para dizer para cada um e cada uma de vocês que a resistência de vocês é a nossa resistência, que o grito de



vocês é o nosso grito. (*Manifestação indígena nas galerias.*) Que o maracá, que o tambor e o cocá são o maracá, o tambor e o cocá do povo brasileiro. Por isso, não à PEC 215. Por isso, nós estamos aqui dizendo: Presidenta Dilma, rasgue a Portaria 303, porque o povo deste País e o povo indígena já não suportam mais tanto massacre. Nós queremos construir a liberdade. E a liberdade não será construída pelos ruralistas, não será construída para o agronegócio. Será construída pelo povo brasileiro que é indígena, que é negro, que é um povo guerreiro e que vai, enfim, vencer e construir a democracia.

Parabéns para vocês.

(*Manifestação indígena nas galerias.*)

Está vindo, né? Esta reunião já está sendo transmitida, voltou a ser transmitida. Você quer entregar o relatório da viagem da equipe do CIMI ao Alto Rio Envira, né? Estão pedindo para ligar o ar condicionado também. Está ligado, mas tem muita gente. Pode falar. Seu nome e de onde você veio.

**O SR. JOÃO KAMPA** - Nós estamos aqui, sou Ashaninka, do Alto Rio Envira, Município de Feijó. Eu sou Ashaninka, meu nome é (*ininteligível*) Kampa Ashaninka. O nome, mesmo, em português, é João Kampa. Minha aldeia é Coco Açú. Tem 2 meses que eu estou em Brasília, porque estou aqui lutando, nossa comunidade também, porque a gente precisa também falar uma coisa aqui, que é o que está acontecendo na minha aldeia, também, né, porque nós estamos batalhando esse negócio também, esse negócio da... Às vezes, a gente vem de muito alto, né, muito longe, nós gastamos doze dias pra cá, pra chegar em Feijó. Por isso que nós estamos por aqui, porque nós estamos batalhando... Às vezes, acontece muita doença. A gente precisa ter uma ajuda pra gente, o que nós vamos fazer, o que nós estamos fazendo aqui dentro, sabe? Porque eu quero levar também a mensagem, também, que nós estamos falando aqui, na nossa aldeia o que acontece. Então, essa é... Uma palavra que eu vou lhe dizer, uma coisa, é uma coisa que aparecem muito essas coisas assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Muito obrigado. Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Nós vamos agora passar para o Amauri. Mas hoje aqui, olhem,, nós temos um grupo pequeno, mas temos um grupo de Deputados comprometidos. Estiveram



aqui, ou estão ainda, também, Luiza Erundina, Penna, Tripoli, Paulo Teixeira passou por aqui, Janete Capiberibe, Chico Alencar, Zequinha Sarney, Janete Rocha Pietá, Molon, Dutra, Roberto de Lucena, Erika Kokay, Padre Ton. E agora vamos ouvir o Deputado Amauri Teixeira, que passou aqui bem cedo, já estava aqui bem cedo.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Passei e voltei. Boa tarde a todos. Quero dizer a vocês que nós estamos em um momento muito delicado, não só no Brasil como na América Latina. As forças conservadoras ousam, como nunca, avançar. E tentam, como nunca, golpear, golpear a democracia, golpear os movimentos sociais, golpear os direitos dos povos tradicionais. E é claro que esse golpe tenta ser dado primeiro naqueles que eles acham que é o elo mais frágil da população brasileira, que é o elo mais excluído da população brasileira, que são os indígenas e quilombolas.

Nós temos aqui uma poderosa... E, aí, eu gostaria de dialogar fraternamente com os companheiros das comunidades indígenas. Nós temos aqui uma força poderosa, dentro deste Congresso, chamada Bancada Ruralista. Eles nos atropelaram na discussão do Código Florestal. Como o Molon disse, na Comissão, eles aprovam a PEC nº 215. O foco central do movimento, a nosso ver, é derrotar os ruralistas aqui dentro, derrotar a PEC 215. (*Palmas.*) É fortalecer aqueles setores mais progressistas e de esquerda dentro do Governo Dilma, a própria Presidenta Dilma, para que enfrentem essa força.

Temos aqui, minha gente, um, dois, três, quatro, cinco, seis Deputados do PT. Tivemos oito Deputados do PT. É pouco, de uma bancada de 80. Temos mais Deputados do PT comprometidos com essa causa. Então, o PT é um partido que, historicamente... Pode ter alguns setores que estão dando preferência à aliança com os ruralistas, mas ainda é um partido que se identifica com as causas populares, que tem profundas raízes na luta dos povos indígenas. E não pode ser abandonado como aliado, assim como a Presidenta Dilma não pode ser jogada no braço da Direita. Temos que fazer uma luta para dividir a Direita, para isolar a Direita e fazer com que o País avance. Essa não é a luta do Brasil, essa é uma luta da América Latina.

Vimos a última eleição da Venezuela, estamos vendo a dificuldade que passa, na Bolívia, o companheiro Evo, vimos a dificuldade que passa o Equador,



precisamos afirmar a democracia social na América Latina. E isso passa ainda, sim, por sustentar o Governo Dilma e isolar os ruralistas no Brasil.

Estamos no caminho certo. O companheiro de Pernambuco, a liderança indígena: Neguinho Trucá, está certo: o foco é derrotar a PEC 215. E dentro do Executivo, derrotar a portaria. Dentro do Executivo, tem conflito sim de interesse, tem conflito de áreas e temos que isolar.

Primeira derrota que temos que fazer com que eles recuem, fazer com a PEC não seja votada e fazer com que a portaria seja revogada.

*(Palmas prolongadas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado Amauri Teixeira. Onde está a segurança do Presidente? Os seguranças?

**O SR. MARCOS APORINÃ** - Padre Tom, permita-me por favor, meus irmãos, minhas irmãs.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Deixa eu só saudar aqui as lideranças Macuxi, Vapixana, Taurepangue, Ingarikó, Vaivai, Yanomami, Patamona, Sapará e Equana. Estão pedindo a palavra. Vou ceder a palavra aqui para o Marcos Aporinã.

**O SR. TUPINAMBÁ** - Depois para mim, Deputado Padre Ton, antes de o Deputado chegar, eu gostaria de falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Sim, Tupinambá, vai ter tempo.

**O SR. MARCOS APORINÃ** - Quero fazer uma questão de ordem no sentido da organização nossa. Faço parte da coordenação organizadora do *(ininteligível)* indígena, eu queria aqui pedir — como nós fizemos desde o início do nosso encontro na chácara — que não saia ninguém. Tem um grupo aqui pedindo para que 20 lideranças vá para uma reunião externa. Nosso problema aqui é a PEC 215, *(ininteligível)* de mineração e *(ininteligível)*.

*(Manifestação nas galerias.)*

**O SR. MARCOS APORINÃ** - Eu queria dizer aqui à Mesa que não aceitamos. Não vamos querer intruso aqui dentro. A Sônia já falou, e eu vou repetir isso de novo. Por favor, nossa liderança tem que falar. Agora, se vem discutir essa coisa, irmão, porque índio sem terra não é índio, nós vamos discutir território aqui.

*(Manifestação nas galerias.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Segundo os encaminhamentos, é para ficar aqui. O Presidente vai vir aqui. Se o Presidente não vir, nós vamos dormir aqui. *(Palmas.)*

Por exemplo, essa não é uma decisão minha, foi o encaminhamento do Neguinho. Olha, vocês podem falar diretamente daí. Vou passar, primeiro, para Vapixana. Olha, dentro da pauta, dentro do tema, vou passar para ela, e, depois, é o Tupinambá.

**A SRA. DOENA VAPIXANA** - Bom dia, parentes. Eu queria só reforçar contra a PEC 215, porque o problema de um é o problema de todos. O que atinge Roraima atinge o Brasil, e o que atinge o Brasil, atinge Roraima.

Venho lembrar a esses Deputados que todas as vezes encaminham requerimento contra os direitos indígenas infelizmente são do Estado de Roraima. Não temos voz. E a última Comissão que teve em Roraima só veio para discriminar uma Comissão que veio justamente para aumentar o racismo contra os povos indígenas. E essa Comissão, que é de Constituição e Justiça, tem que buscar justiça para os povos indígenas.

Somos cidadãos brasileiros, temos direitos, e esses direitos são inegociáveis. Essa PEC é anticonstitucional, é abusiva, é genocida, é contra a vida de seres humanos. E, dessa forma, ela tem que ser repudiada, tem que ser rejeitada.

Venho aqui também somar junto com a delegação indígena de Roraima, nós somos contra a PEC 215, contra a Portaria nº 303, contra as condicionantes que restringem os direitos dos povos indígenas dentro da Ação nº 3.388, que está no Supremo Tribunal Federal. Nós queremos manter o nosso repúdio contra essa Comissão de Deputados que foi em Roraima sem qualquer critério, digamos, ouvir as verdadeiras informações contra povos indígenas e viemos agradecer desde já pela comissão que vai a Roraima e pedimos aos parentes que nós aqui em Roraima, Raposa Serra do Sol e outras terras indígenas, nós apoiamos as reivindicações do movimento indígena e apoiamos todas as reivindicações pelas terras indígenas, porque nós sabemos onde que dói, onde que massacra e a violência com tudo.

Temos aqui para o Presidente também provas de confissões dos Deputados que assumem em reportagem a questão de violência dentro da Raposa Serra do



Sol, Deputados hoje que estão dentro dessa Câmara que nunca foram punidos pelos crimes há 5 anos atrás, há 8 anos atrás, há 10 anos atrás e que permanecem impunes. Chega de impunidade, basta de violência. Nós, justamente, desta Comissão, pedimos que a comissão aqui da Frente Parlamentar em Defesa dos Indígenas dê uma olhada especial para esses casos, para que não venha a ocorrer imprescritibilidade, como ocorreu no mês passado, um caso que investigava o Deputado Paulo Cesar Quartiero por uma série de atentados contra as comunidades indígenas Raposa Serra do Sol serem prescritos. Significa o quê? Que não houve uma investigação, significa dizer que a justiça não foi aplicada. Acabou no esquecimento. Acabou na impunidade. Basta de violência até o último índio. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Joênia Vapichana, e que essas gravações que vocês têm contra... sobre o ... Declarações sobre o Deputado Paulo Cesar Quartiero, que seja entregue aqui, para que seja encaminhado ao Conselho de Ética desta Casa e à Comissão de Direitos Humanos... à Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos. E aqui temos a Comissão de Meio Ambiente também, que seja encaminhado. Infelizmente, estávamos programados para passar, mas não deu tempo.

Agora, vamos ouvir o Tupinambá. O Presidente veio perguntar, os seguranças, se tinha algum perigo de o Presidente vir aqui. Eu disse que não.

**O SR. TUPINAMBÁ** - Diga a ele que os Tupinambás não vão comer ele hoje não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Ele está vindo. Vamos ouvir o Tupinambá.

**O SR. TUPINAMBÁ** - Antes de eu começar minha fala, eu gostaria que uma vez que decretamos, nós, povos indígenas, que ocupamos este plenário, tirar um grupo de pessoas para encaminhar as pessoas que precisarem ir ao banheiro, voltarem, para não ter desordem aí na nossa casa, pois temos que zelar bem pela nossa casa.

Bom, obrigado, Srs. Parlamentares. Conhecemos vários, que vêm na nossa luta aí, Domingos Dutra e outros, na minha prisão ou prisões, que já foram três que sofri pela democracia neste País. O tratamento que é dado pelos usurpadores do



nosso País, que usurpam tudo, inclusive as nossas vidas, a vida de nossas crianças, de nossas famílias, e tentam nos amedrontar de diversas formas, quando percebem que o povo indígena não recua diante da morte, eles tentam espancá-los, deixar com fome, tentam isolar, tentam botar em presídio de todos os tipos. Sofremos todos os tipos de violência, mas queremos dizer que nós não recuaremos diante de nada. Nós, povo Tupinambá, que temos 523 anos de resistência, sofrendo massacre e reagindo a todos eles, e sobrevivendo a todos eles, estamos aqui para dizer que o Ministério da Justiça vem sacaneando com a cara dos Tupinambás e nós não aceitamos mais a enrolação que está lá seguro na mão dele, a portaria declaratória do povo tupinambá há quase 2 anos e eles não publicam. Vai dizer o seguinte, Sr. Ministro, se ou senhor se aliou ao agronegócio ou seja lá a quem for, ao turismo, ao que for, quando os Tupinambás voltarem para casa, nós não iremos ocupar a terra declarada só não. Vamos ocupar o hotel, que está na orla de Ilhéus, dentro da nossa terra. Vamos ocupar todos.

E estamos avisando, pois nós temos um território demarcado de 50 léguas em quadro, que foi demarcado em 1933, para o povo tupinambá, o povo pataxó e outros povos que ocupavam aquela região. Só que esse mesmo, que agora tem nome de agronegócio, de primeiro era coronéis, tinha outro nome, cancelou junto ao Governo da Bahia a nossa demarcação, deixou o povo tupinambá fora do sistema. Hoje nós pedimos apenas 47 mil hectares de terra, que não é suficiente, essa cachorrada em cima do povo tupinambá. Isso nós não aceitamos!

*(Manifestação da plateia.)*

E vou além: essa proposta de ficarmos aqui, Domingos — você parece que está adivinhando —, nós já vínhamos pensando nisso: de permanecer.

*(Manifestação da plateia.)*

Mas como tupinambá... Cada nação do País está aqui sendo representada. Aqui não têm simplesmente algumas pessoas indígenas; aqui têm dezenas de povos indígenas; aqui, a cada duas pessoas, uma está representando um povo diferente.

Então, diante disso, a gente tem que assumir uma questão: se o agronegócio continuar fazendo o que está fazendo pra cima de nós, povos indígenas, nós não vamos morrer no isolamento ou ficarmos nos repetindo, virmos aqui ocupar esta



Casa; nós vamos, no País, entrar nas terras deles, em todas elas, porque todas nos pertencem.

Obrigado.

*(Manifestação da plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado.

O Presidente está se deslocando já para cá.

Uma notícia: o Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília determinou a suspensão da Operação Tapajós.

*(Manifestação da plateia.)*

Operação militar de policial, promovida a mando do Governo Federal, na região da terra indígena Munduruku, onde está planejada a Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no oeste do Pará.

*(Manifestação da plateia.)*

O Ministério Público Federal, que pediu ao TRF1 a suspensão, foi comunicado da decisão nesta terça-feira, 16 de abril. Uma vitória.

*(Palmas. Manifestação da plateia.)*

**O SR. NINAUÁ** - Deputado, Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Cadê.

**O SR. NINAUÁ** - Aqui do lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Você se identifica e diz de onde veio.

**O SR. NINAUÁ** - Eu sou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Ninaua, do Acre.

**O SR. NINAUÁ** - Isso. Ninauá, do povo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Ninauá.

É interessante que tínhamos uma reunião da Comissão Especial do PL 1.610, do Acre, o Governador pediu para suspender e nós suspendemos.

**(Não identificado)** - O império vianista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Isso. Você vai falar agora sobre isso também. Comenta sobre isso.

Pode falar.

**O SR. NINAUÁ** - Bom, sou Ninauá, sou do Estado do Acre.



Nós estamos aqui numa delegação de 31 lideranças indígenas, viemos apoiar essa mobilização dos povos indígenas a nível de País, que está composta aqui por Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia.

Eu queria dizer aos parentes que o Presidente vai vir. Esse mesmo recado tem que ser entregue nas mãos do Presidente. E, na oportunidade, a Frente Parlamentar Indígena está dando essa atenção para a população indígena do Brasil.

Transmitam esse recado para a Casa toda, para todos os Deputados Federais aqui desta Casa: que esse grito, inicialmente, de socorro dos povos indígenas do Brasil é para trazer uma mensagem de fortalecimento para que os senhores, que estão aqui presentes, possam ter orgulho futuramente dos povos indígenas, que os seus filhos e netos também tenham.

Esses projetos de morte, de assassinar a população indígena, vergonhosamente, dentro deste País, que foi nos tomado, também podem ser o contrário. Se esta Casa continuar aprovando esses projetos criminosos, contra os povos indígenas, se os senhores não conversarem com os companheiros de vocês, os senhores vão estar sendo coniventes, e os netos de vocês, os filhos de vocês vão se envergonhar de vocês futuramente, porque vão acabar a história do Brasil, acabando a população indígena brasileira.

Eu queria deixar essa mensagem e dizer, parente, que nós só temos que sair daqui quando nós tivermos uma resposta concreta, porque foi para isso que nós viemos.

E nós queremos a revogação desta Comissão que foi criada. Estive há três semanas, Padre Ton, Domingos Dutra... Estivemos conversando aqui, fomos lá ao representante do Governo, pedimos que articulasse junto aos Deputados do PT ou da Frente, que articulasse para que não fosse criada esta Comissão Especial para analisar a PEC 215. E o mesmo representante do Governo assinou também. Mas o senhor já falou que já retirou, tudo bem.

Então, eu queria deixar um pouco dessa mensagem. Nós vamos voltar, Srs. Deputados. Se não for tomada uma providência por esta Casa, nós, população indígena, vamos começar a tomar as nossas providências.

Obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado. Quem nos recebeu naquele dia com os povos tradicionais foi o Líder do Governo, o Deputado Chinaglia. O Líder do Governo não assinou o requerimento. Quem assinou foi o Líder do PT, o Líder do PSDB, o Líder do PSD, o Líder do PMDB, do DEM.

Eu tinha o papel, mas alguém pediu aqui. Aí, não pude ver.

**(Não identificado)** - Olha, já está veiculado na imprensa que este movimento estava negociando com Dilma. Não é verdade. Se Dilma estiver negociando é com outra situação que não é a nossa. A imprensa está mentindo! O movimento está todo aqui e ninguém negociou nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Não. O Líder do Governo não assinou o documento, o Líder do Governo. O Líder do PT fez um documento ontem e me mandou, para a Frente Parlamentar, comunicando a retirada.

No entanto, a bancada do PT tem o compromisso de se reunir e vai deliberar sobre essa questão.

**(Não identificado)** - Isso. Vamos ouvir o Presidente cobrar isso, que a Comissão está criada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - O Presidente vai sentar aqui no meio, o Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, já está aqui presente. E aí, Presidente, vamos iniciar uma saudação do Cacique Raoni, que vai ser traduzida, e, logo depois, uma liderança indígena, a Sônia Guajajara, vai entregar um documento, fazer a sua fala e ter a resposta do Presidente. E aí, acreditamos que encerramos o movimento.

Microfone sem fio para traduzir a fala do Cacique Raoni. Façam silêncio, por favor.

**O SR. CACIQUE RAONI** - *(Exposição em língua indígena.) (Tradução simultânea)*

Primeiramente eu quero cumprimentar V.Exa., Presidente da Câmara. Estou aqui mais uma vez. Eu quero deixar o meu recado com V.Exa., Presidente. V.Exa. está vendo meus povos. V.Exa. tem que conversar com os seus Parlamentares para que eles possam nos respeitar, povos indígenas, Presidente.

*(Exposição em língua indígena.)*



Sr. Presidente, por exemplo, eu sou líder indígena também da nação dos caiapós, e você, Presidente da Câmara dos Deputados. Então, você tem que falar com os seus Parlamentares para que eles possam respeitar nós povos indígenas. Eu pediria para meus parentes para que eles possam respeitar vocês também. Peço, assim, Sr. Presidente: *(Exposição em língua indígena.)*

Sr. Presidente, queria pedir aqui para V.Exa. revogar a portaria o mais rápido possível e também a PEC 215.

*(Manifestação na plateia.)*

*(Exposição em língua indígena.)*

Sr. Presidente, era isso que tinha para falar, porque a PEC e a Portaria 313 está causando a nós povos indígenas...

Sr. Presidente, queria falar para V.Exa. que eu tenho que ter essa conversa com a Sra. Presidenta Dilma. É isso que eu tenho para falar. Em todo momento, queria pedir aqui para V.Exa., Presidente: revoga a Portaria 313 e a PEC 215, por favor, Sr. Presidente.

*(Palmas.)*

*(Exposição em língua indígena.)*

Sr. Presidente, eu que estou pedindo para V.Exa., nunca vou aceitar desmatamento nas terras indígenas, nunca vou aceitar construção de usinas na área indígena.

*(Manifestação na plateia.)*

Sr. Presidente, pediria para V.Exa., pois nunca vou aceitar desmatamento, mineração dentro da reserva indígena.

É isso que eu tenho para falar, Presidente.

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Cacique Raoni.

Agora, passamos a palavra à Sônia Guajajara, para fazer os questionamentos e entregar o documento ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves. *(Pausa.)*

*(Manifestação fora do microfone em língua indígena.)*



**A SRA. SÔNIA GUAJAJARA** - Mais uma vez, bom dia a todos, bom dia a todas. (*Manifestação na plateia.*) Boa tarde, já, é, gente? Daqui a pouco vamos dar boa noite, não é?

Boa tarde ao Sr. Henrique Alves, Presidente da Câmara dos Deputados.

Para iniciar, eu só quero dizer aqui que a lista inicial está mantida, tá? E eu vou fazer aqui a entrega, mas as regiões que aqui se manifestaram no início, elas todas vão se pronunciar também.

Bem, Sr. Henrique Alves, este momento aqui é dedicado especialmente ao senhor. Quando nós, povos indígenas de todo o Brasil, chegamos aqui, em Brasília, conseguimos chegar aqui, nesta Casa, é porque nós estamos muito confiantes na sua sensibilidade de escutar e de responder à altura do que nós viemos aqui buscar. E o que nós aqui buscamos é a anulação do Ato da Presidência desta Câmara que criou a Comissão Especial para emitir o parecer relacionado à PEC 215. Essa é a nossa primeira reivindicação. Que se revogue imediatamente essa Comissão que já foi instalada justamente próxima à nossa vinda aqui, porque vocês já sabiam que esta semana nós, indígenas, estaríamos aqui e não permitiríamos a instalação dessa Comissão, porque viemos aqui pedir a revogação da PEC 215. (*Manifestação na plateia.*)

Pedimos ainda aqui a revogação da 237, que já foi também instalada este ano, que trata do arrendamento das terras indígenas para grandes produtores, dizendo que o Brasil precisa crescer; o Brasil precisa produzir. E, com isso, estão querendo continuar roubando e explorando os nossos territórios, porque, se não fossem as terras indígenas no Brasil, o Brasil já seria um deserto. E agora querem se aproveitar disso para poder acabar com os territórios e acabar com os povos indígenas. E pedimos ainda aqui o arquivamento imediato do PL 1.610, esse PL que trata da exploração mineral nas terras indígenas. Nós não estamos aqui para pedir ouro; não estamos aqui para pedir minérios; estamos aqui para pedir o cumprimento da Constituição Federal, e que essa Constituição seja respeitada. (*Manifestação na plateia.*)

Nós sabemos que o senhor está numa situação difícil, porque, de um lado, estamos nós, aqui, e, de outro, está a pressão da bancada ruralista, aliada à



bancada evangélica, porque, como foi uma promessa de campanha sua para com eles, então, neste momento eles estão cobrando isso. (*Manifestação na plateia.*)

E nós queremos aqui reafirmar que nós, povos indígenas, não vamos permitir que uma minoria da sociedade brasileira, que esses ruralistas, que esses grandes empresários, sejam maiores do que nossos povos, sejam maiores do que nossos territórios. Nós vamos lutar até o fim. Enquanto essas portarias, essa PEC, não forem revogadas, nós não vamos nos retirar desta Casa, que é a Casa do povo, e é aqui nós vamos permanecer.

Nós já dissemos lá, e dissemos aqui: os Três Poderes do Brasil, os Três Poderes da União, estão orquestrados para matar, para excluir e para exterminar os povos indígenas, porque todos os interesses econômicos estão passando por cima de todos os direitos humanos. E nós, aqui, povos indígenas, estamos aqui, buscando esse respeito, buscando nossas reivindicações.

E quero deixar aqui, claro agora para a imprensa: talvez, a imprensa formal desta Casa não vá dizer, mas quero dizer às alternativas que estão aqui que este movimento que está aqui não é um movimento que está aqui em diálogo com o Governo. Nós estamos aqui defendendo nossos direitos, e com a nossa pauta de reivindicação, com autonomia, com independência. Porque nós já ficamos sabendo aqui, agora, que há pessoa da Secretaria-Geral da Presidência que está ligando para a imprensa para dizer que este é um movimento que está dialogando com o Governo e que nós estamos aqui com tranquilidade, que nós estamos aqui para fazer apresentação cultural, que nesta semana há uma agenda marcada com todo o Governo. E nós não temos nada disso agendado. Nós estamos aqui como um movimento autônomo, independente, com nossa pauta de reivindicação muito bem definida, que é a revogação dessas PECs. (*Manifestação no plenário. Palmas.*)

E eu quero concluir aqui minha fala dizendo: Sr. Henrique Alves, se essa portaria, se essa PEC 215, a PEC 237, o PL 1.610 não forem imediatamente revogados, o senhor nunca mais terá um sono em paz. O senhor nunca mais colocará sua cabeça no travesseiro... (*Manifestação no plenário. Palmas.*) Nunca mais o senhor vai conseguir colocar a cabeça no travesseiro e dormir em paz — nunca mais! —, porque a força de nossos povos, a força de nossos ancestrais (*manifestação no plenário*) está conosco e não vai nos abandonar.



Nós não estamos aqui em nome de um povo, em nome de uma terra, em nome de um Estado; nós estamos aqui orientados por nossos ancestrais, por nossos encantados, que nos trouxeram aqui para lutar pela reivindicação e pela permanência dos direitos constitucionais — arts. 231 e 232, que garantem o nosso direito ao território. E lutar pelos direitos indígenas hoje não é somente lutar por nossos direitos, é lutar pelo respeito à Constituição Federal do País. *(Manifestação no plenário. Palmas.)*

Aqui está o documento. Já dissemos no início que nós não vamos fazer a leitura pública, porque nós povos indígenas que aqui estamos já temos ciência de tudo que aqui está.

Então, o senhor vai ler, vai dar o “recebido” para a gente e depois vai dar uma resposta. *(Manifestação no plenário. Palmas.)* E aqui vamos ficar aguardando. Enquanto não tivermos essa resposta, aqui permaneceremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Neguinho Truká. *(Pausa).*

Rapidamente, passe o microfone.

**O SR. NEGUINHO TRUKÁ** - Boa tarde, parentes, Sr. Presidente.

Na verdade, a Soninha já externou tudo o que a gente veio aqui fazer. Só quero dizer a V.Exa. que hoje a comunicação chega às áreas indígenas. Atrevidamente, em janeiro, a bancada ruralista anunciou esse ato da PEC 215, e isso agora está se materializando. Sem estender muito, eu só vou lhe dizer o seguinte: ou o senhor revoga isso hoje ou nós não desocuparemos o local. *(Manifestação no plenário.)* Nós vamos permanecer dentro desta Casa — é um direito constitucional, nós vamos permanecer. Se é promessa de campanha de V.Exa., então prometa em campanha para nós também o ato de revogação. *(Manifestação no plenário.)*

É inaceitável que, para se chegar à Presidência da Casa do povo, tenha-se que vender o sangue do povo, a vida do povo e a história do nosso povo. *(Manifestação no plenário.)*

Então, o que eu tinha a dizer ao senhor é só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Neguinho Truká.

O Presidente vai falar, porque ele tem uma agenda, e um Governador está o esperando no seu gabinete.



**(Não identificado)** - Há mais gente para falar. *(Pausa)*

Há mais indígena para falar.

**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS** (Henrique Eduardo Alves) - Bem, em respeito aos povos indígenas, vou até me levantar, como sinal de respeito, para falar a todos vocês aqui.

Eu quero dizer, logo de chegada, que esta é uma cena tipicamente do nosso País. Aqui estão nossas origens, aqui está nossa história. É com muita honra que a Câmara dos Deputados recebe todas as tribos que aqui estão representadas.

Portanto, de forma democrática e respeitosa, aqui compareço, ao lado de companheiros Deputados Federais, que sabem que esta é a Casa do povo brasileiro. Não há, na configuração democrática do nosso País, um poder mais democrático que o desta Casa. Enquanto outros Poderes têm um ou outro representante eleito pelo voto popular — e outros nem sequer nem um nem outro —, esta Casa tem os seus 513 Deputados eleitos pelo voto popular, o que, portanto, dá a ela essa autoridade, mas dá também a obrigação de abrir as portas de maneira generosa e franca para receber todos aqueles que, de maneira também respeitosa, venham aqui tratar dos seus interesses, sobretudo das suas causas mais nobres.

Eu quero esclarecer de maneira muito transparente que para todas as PECs — todas que aqui já chegaram, estão chegando e chegam todos os dias — nós temos o dever de instalar as Comissões Especiais para apreciá-las. Elas têm toda uma tramitação que o Regimento da Casa obriga o Presidente da Casa, os membros da Mesa e os Líderes e Parlamentares a obedecer.

Eu não sou ditador nesta Casa; sou seu Presidente, a quem cabe disciplinar, organizar os seus trabalhos e assegurar a participação popular em todos os momentos, em todas as circunstâncias, em todas as crises que por acaso esta Casa já enfrentou, enfrenta e terá que enfrentar.

Antes de falar da Comissão Especial, não há bancada nenhuma nesta Casa, por mais numericamente forte que ela possa parecer — ruralista, evangélica, nenhuma delas ou qualquer outra —, que imponha a esta Casa nenhuma de suas vontades nem dos seus caprichos nem de suas ordens. Esta Casa não é manietada nem manipulada nem oprimida por nenhuma bancada que venha de forma autoritária aqui impor a sua vontade.



Esta Casa é a Casa do debate, da discussão. Os Deputados que aqui estão se elegeram com o compromisso de defender as ideias daqueles eleitores — são todos iguais! — que os escolheram para representar aqui os seus segmentos, mais simples, mais humildes, mais abastados, mais importantes — não importa! Mas todos aqui, volto a dizer, foram eleitos pelo voto popular, têm, portanto, legitimidade, direito e autoridade de aqui interpretar o que os seus representados querem que ele faça.

Entretanto, isso não dá a nenhuma bancada o direito de impor aqui a sua vontade. Nem a bancada ruralista nem a bancada católica nem a bancada evangélica, ninguém pode ter aqui — nem pensar que pode ter aqui — o poder de impor as suas ideias. Elas têm o direito de expor as suas ideias, mas são os Deputados que estão aqui e outros que, de forma soberana, democrática e respeitosa, na hora do voto e da opinião, vão decidir.

A Comissão criada será instalada a partir do momento em que os Líderes indicarem seus representantes. Eu vou fazer um apelo aos Líderes partidários, numa reunião que nós teremos mais tarde, no sentido de que não indiquem os seus representantes até a hora em que se possa construir um entendimento — é a marca desta Casa buscar o entendimento. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE EDUARDO ALVES** - Jamais esta Casa poderia pensar em construir algo que viesse a esmagar, como foi dito aqui, que viesse a expulsar, como foi dito aqui, que viesse a agredir aqui aqueles que fazem parte da nossa história, da nossa vida e que começaram a fazer, lá atrás, o Brasil que nós somos hoje.

Eu posso, como Presidente desta Casa, cumprindo meu dever regimental — porque eu não sou um ditador, eu sou um representante eleito para cumprir as regras desta Casa. Às vezes se tem ônus quando se agrada; tem-se bônus quando se desagrade. Às vezes se é aplaudido quando se agrada; às vezes não se é quando se desagrade. Mas eu não posso, como Presidente da Casa, ficar à mercê de agradar a uns ou desagradar a outros. Há uma regra! Há um regimento! Há uma lei! E qualquer país só pode pensar em crescer se tiver ordem, tiver respeito por qualquer cidadão, portanto, brasileiro, não importa a sua origem, mais próxima, mais distante, menor ou maior.



Então, o que eu posso fazer em respeito a essa multidão, muito bem recebido nesta Casa. Sintam-se, nesta Casa, à vontade como a Casa do povo brasileiro, sobretudo com o compromisso, volto a dizer, da história que temos com as tribos indígenas.

O que posso fazer é logo mais, daqui a 10 minutos, me reunir com os Líderes de todos os partidos, Deputados que aqui estão. Vou lhes pedir que não designem ainda os seus representantes para compor enquanto não construirmos um acordo respeitoso em que as teses possam ser debatidas com respeito e se assegure a plena manifestação de todos, para que, afinal, Deus possa nos abençoar na escolha do melhor caminho.

Deixo aqui essa palavra. Vou me reunir agora com os Líderes de todos os partidos. Aqui há vários Deputados que representam seus partidos. Já peço a S.Exas. que digam a seus Líderes que aguardem, que não indiquem agora os seus representantes para que a Comissão não se constitua ainda até que possamos construir uma pauta com respeito, uma norma que assegure a todos aqueles a manifestação livre das suas ideias e que não haja de maneira alguma, nem direta nem indireta, nenhuma pressão descabida de nenhuma bancada que possa oprimir direitos e conquistas do povo brasileiro.

Essa palavra que devo aqui de respeito. E digo aos senhores e as senhoras que nesse retrato que vejo aqui de forma emocionante do que é a pluralidade deste País. Deixo aqui essa palavra de maneira respeitosa, como aqui eu cheguei, de maneira respeitosa daqui eu me retiro na certeza de que V.Exas. vão nos ajudar a construir esse clima de respeito para que a Casa do povo possa assim prosseguir os seus trabalhos.

Agradeço a maneira respeitosa com que todos nos receberam. E esse respeito, podem ficar certos, de que será recíproco.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Presidente.

**(Não identificado)** - Nós não queremos por uma semana. A gente quer que suspenda, que engavete.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Presidente. Nós vamos esperar... *(Pausa.)* Silêncio.



**(Não identificado)** - Silêncio, nada. Nós viemos falar aqui sobre o nosso sentimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Silêncio. Vai ter a reunião dos Líderes, esse é o acordo.

O Presidente vai sair. Obrigado, Presidente.

**(Não identificado)** - Você vai ser o responsável por tudo o que houver.

**(Não identificado)** - Porque tem uns Deputados também que vieram, que são criminosos. Hoje, querem ficar aqui no comando, não têm vergonha, chamando os índios de preguiçosos, que estão no lixão, passando fome. Isso é mentira! Nós somos trabalhadores, nós temos braço e muita terra para trabalhar junto com nossos jovens, crianças, as mães e os pais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado.

Agora vamos passar a palavra à Coordenação do movimento para dar encaminhamento do movimento aqui hoje.

O encaminhamento do Presidente: reunião com os Líderes, S.Exa. vai pedir que as Lideranças dos partidos não indiquem Deputados para essa Comissão. Temos aqui do PT, do PSOL, do PSB, já tínhamos garantidos que os nossos partidos não indicariam membros para essa Comissão Especial.

Passaremos agora a fala para a Coordenação do movimento, Sônia Guajajara. Vamos abrir a palavra.

*(Tumulto no plenário.)*

**(Não identificado)** - É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Os coordenadores estão reunidos para voltar... Vamos abrir a palavra para vocês do plenário. Quem quiser falar levante e o braço e se identifique, enquanto a liderança está reunida aqui.

*(Pausa.)*

Já decidi, a liderança já decidiu.

Vamos passar a palavra para...

**O SR. MARCOS XUCURU** - Cacique Marcos Xucuru, de Pernambuco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Marcos Xucuru, de Pernambuco, vai fazer um comunicado da decisão do grupo da liderança.



**O SR. MARCOS XUCURU** - O comunicado da coordenação do nosso movimento é de ficar e permanecer aqui. Vamos aguardar a conversa que o Presidente vai ter com os Líderes. E muito mais: eu acho que nós precisamos desses Líderes aqui conversando conosco, que chamem esses Líderes de partido e que venham para cá também conversar com a gente aqui.

*(Manifestações nas galerias.)*

**(Não identificado)** - Marquinho, Marquinho.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - O encaminhamento da coordenação é ficar aqui? *(Pausa.)* Ficar aqui, isso.

**(Não identificado)** - Eu gostaria de pedir a coordenação aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Há um encaminhamento da Deputada Janete Rocha Pietá, para que os Deputados que estão aqui participem da reunião com os Líderes partidários.

V.Exa. quer falar?

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Deputado Padre Ton, inclusive para transmitir aos Líderes partidários que...

**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** - Claro, era isso que eu ia falar, Deputado Chico Alencar.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - ...que o movimento quer que eles venham aqui.

**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** - Não. Espere um instantinho, Deputado Chico Alencar.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Não é isso?

**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** - A reunião de Líderes ocorre toda terça-feira e cada partido tem direito a um representante. O Presidente primeiro se comprometeu a não constituir a Comissão. E ele deu também a possibilidade de todos os Deputados e Deputadas que estão aqui irem para essa reunião, que é fechada. Independente disso, vocês continuam aqui. Fica alguém da Comissão aqui, mas nós iremos para lá para dizer o que vocês estão reivindicando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Eu pediria que uma das lideranças viesse à Mesa para ajudar a coordenar, que um dos líderes viesse para



cá. Já foi uma vitória o Presidente vir aqui, ele veio aqui. Ele não garantiu não criar a Comissão Especial, mas garantiu negociar com os Líderes para que estes não indiquem Deputados. Ele não garantiu não criar a Comissão Especial. Aí, é importante que numa Comissão Especial...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Gente, silêncio! Silêncio!

Eu vou explicar: numa Comissão Especial são 20 Deputados, respeitando a proporcionalidade dos partidos. O nosso partido, que é grande e tem 89 Deputados, tem que indicar 4 Deputados. Aí, o que ocorre? Nós temos que garantir... Por isso trazer os Líderes aqui não vai ser possível, mas é possível a coordenação do movimento ir até às Lideranças dos partidos para também clamar a esses Líderes que não indiquem Deputados. E por quê? Porque nós já passamos pela experiência negativa na Comissão de Direitos Humanos. Se os partidos antes da votação tivessem retirado os seus Deputados, isso mexeria com a proporcionalidade. Por exemplo, ele não vai poder criar a Comissão Especial se nós tivermos um número de 5 ou 6 partidos que não indiquem membros. E o nosso partido não indica. Aí, é preciso que, durante esse momento, um grupo seja escolhido para poder ir até os Líderes e conversar com eles.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, qual é o prazo? Qual é o prazo para indicação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Espere, deixe-me concluir. Mas aí é bom vir alguém para a Mesa para coordenar, porque o movimento quer a revogação do Ato da Presidência. Eles só saem daqui se o Presidente, por um ato, revogar e desistir da criação da Comissão Especial. Esse é o encaminhamento.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Deputado Padre Ton, eu só queria dizer a V.Exa. que todos os Líderes nós não temos condição de trazer, mas nós temos que insistir com o Líder do PT, o Líder do PDT, o do PV, o do PSB, o do PSDB, que tinha o Tripoli. Se trouxermos aqui o maior número de Líderes...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Do PCdoB, que assinou para criar a Comissão. Vamos falar claro.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sim, do PCdoB. Então, se eles vêm aqui e não indicam, esse ato do Presidente praticamente não terá validade. Portanto, vamos tentar trazer o maior número de Líderes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Olha, tem a comida do pessoal que está lá fora, senão a comida vai estragar; está nas quentinhas.

*(Conversas paralelas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - É muito difícil, teria que haver uma negociação com a segurança. Tem que haver uma negociação com a segurança ou fazer um revezamento: um grupo de pessoas vai comer e outro grupo fica aqui. Aí, se pudesse, a segurança seria chamada para fazermos a negociação com a segurança.

Tem alguém inscrito para falar?

**(Não identificado)** - Quantos seguranças tem? Quantos seguranças tem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Aqui tem seguranças, rapaz! Tem muito segurança aqui dentro.

Olhem, eu acho que é melhor organizarem-se em grupo e vai um grupo lá fora e come e o outro grupo fica aqui dentro falando, conversando. Senão, a comida vai estragar e vai-se perder a negociação e a comida. Daqui que se negocie, já passou de uma hora, já são 14 horas e 10 minutos, duas horas e dez minutos.

*(Conversas paralelas.)*

**(Não identificado)** - Nesse instante, a Casa era nossa, agora, não podemos mais mandar, não podemos nem comer onde a gente quer.

*(Apupos. Tumultos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Vamos formar um grupo de Deputados que podem ir, com lideranças, negociar a entrada da comida com a segurança.

Quem pode acompanhar? A Janete Pietá, e vão junto lideranças do movimento para negociar com a segurança a entrada da comida.

Vamos, agora, enquanto eles estão negociando a comida, abrir a fala para a Plenária. Houve um encaminhamento de se criar um outro grupo para negociar com os Líderes, conversar com os Líderes. A proposta principal é a revogação do ato da



Mesa, para que os Líderes dos partidos que assinaram o documento se manifestem. Os Líderes dos partidos que assinaram têm que se manifestar.

Chegou também aqui a Deputada Benedita da Silva, que apoia o movimento.  
(Palmas.)

Você se identifica e diz de onde veio.

**O SR. JÚLIO MARCOS** - Nós temos aqui 600 e poucas lideranças, que decidiram uma pauta de encaminhamento. Não adianta tirar a liderança daqui para ir de gabinete em gabinete. Nós queremos uma decisão aqui, porque nós estamos com crianças, com anciões, e nós precisamos de respeito. Não vai sair ninguém daqui para ir a gabinete, nós só vamos sair daqui com uma decisão, que já foi colocada aqui na Plenária.

(Aplausos. Tumultos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Você se identifique.

**SR. JÚLIO MARCOS** - Júlio Marcos, de Roraima.

Não tem negociação. É a revogação da PEC nº 215 e ponto final.

Esse prazo (*ininteligível*) na unificação de Deputado, isso para nós não vai funcionar. Vão querer enrolar: “*ah, vai um de cá, deixa o outro de lá*”. Amanhã, desmobiliza e indica.

Então, você, Deputado Presidente, tem uma missão árdua, mas, com coragem, vai presidir. Eles querem a revogação, junto com os líderes, fim de papo.

Essa é uma demonstração do Congresso com os povos indígenas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado.

**A SRA. SÔNIA GUAJAJARA** - Gente, a palavra agora está aberta para a Plenária, para quem quiser fazer algum manifesto, falar alguma coisa. E aí nós vamos ficar aqui.

Então, a Deputada Benedita da Silva também está aqui agora na mesa conosco. Vamos também passar a palavra para ela.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Boa tarde a todos e a todas. Nós estamos aqui apenas para dizer que estamos apoiando esse movimento. Já temos uma luta histórica nesta Casa. Estávamos juntos aqui para escrever na Constituição brasileira os direitos, as demarcações das terras, e agora é só dar continuidade a isso.



Também estamos pedindo aos nossos Líderes que venham para conversar com vocês. E o que eu posso dizer, enquanto uma Parlamentar do Partido dos Trabalhadores que ajudou a escrever a Constituição, uma Parlamentar que está nesta Casa também com o compromisso de votar com os direitos dos indígenas e como Vice-Líder da Bancada, é me comprometer e solicitar a nossa bancada que não vote esta matéria e que o nosso Líder não indique para que nós possamos fazer parte desta Comissão. Peço também à Liderança da Casa, que é o Presidente da Casa, que tire de pauta e que possamos mais uma vez sermos vitoriosos, se Deus quiser.

Um abraço a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva.

Eu gostaria de chamar para fazer parte da Mesa o Simi(?)... Chamar as lideranças, porque vocês viram aqui que os Parlamentares saíram e eu estou sozinho. Agora chegou o Deputado Sarney Filho, tem a Deputada Benedita da Silva.

Nós temos que ter responsabilidade para conduzir o movimento. E o movimento é de vocês. A ideia principal de radicalizar o movimento partiu de Parlamentares. Aí eu preciso das lideranças, que o Simi sente à Mesa, outras lideranças, para estar assumindo. Se a gente assumir, teremos que ir até o final. A gente precisa ir até o final.

A Deputada Janete Rocha Pietá está negociando...

**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** - Já negocieei, Deputado Padre Ton, com o Guedes, que é o responsável pela segurança. Está saindo uma Comissão que vai buscar a comida e trazer também sacos plásticos, para que todos que acabarem de comer coloquem o resto neles. *(Palmas.)*

E vocês continuam aqui. *(Palmas.)*

Agora, eu só peço uma coisa... Nós vamos pedir um espaço maior. Vamos pedir que seja respeitada essa permanência dos povos indígenas. A gente vai mostrar que nós respeitamos todos os espaços da floresta e daqui.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputada Janete Rocha Pietá.



Antes do Deputado Zequinha, que é Líder do PV, nós vamos passar a palavra ao Líder Xavante Artur, Artur Xavante. Pode ficar de pé, se quiser.

**O SR. ARTUR XAVANTE** - Boa tarde, meu pessoal, toda a Nação. Nós viemos atrás... a nossa... muito grave... todos noite e dia. É a primeira vez para me conhecerem vocês também, porque atrás... Então, aí eu fui sair lá fora porque ... escuta... Portaria já está aprovada... É para você... É para (*ininteligível*)... É para todos nós, Nação. Eu sou líder. Eu não quero aceitar portaria... Pode fechar... Eu quero portaria... Pode fechar... Nem só portaria... E saúde... E Presidente da FUNAI... Cadê a FUNAI? E também coordenação é para toda a FUNAI sem fazer nada em saúde... É para tudo... Barragem, hidrovía, eucalipto... Nós não aceitamos. E comissão indígena também entrega escondida, sentada, junto cabeça grande. Então, aí estou colocando para vocês... Não é moleza, não. Eu não vou cair, não. Eu quero para todos. Este dia é de vocês. Nós vamos assegurar resultado para sair agora, para nós, nossa (*Ininteligível.*). Então, isso é importante.

Então, é só isso. Estou falando quantas vezes. E nós, tudo mundo não quer, aceita, né? Nós vamos resolver aqui. Para nós (*Ininteligível.*), não pode discriminar, discriminação. Para nós, advogado. E hoje não ter autoridade da FUNAI para ajudar dos povos, nós, o indígena. É só isso o que estou colocando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Artur. Artur, obrigado.

Aqui está chegando também o Deputado Federal padre Luiz Couto, da Paraíba, que é da CCJ. (*Palmas.*) E vai falar o Líder, Vice-Líder do PV, Líder do PV, que vai participar dessa reunião dos Líderes e que pode nos representar. Também estão indo alguns Parlamentares, a Janete Pietá irá participar.

No acordo, Deputado Zequinha, daqui os indígenas só saem depois de um ato da Presidência revogando a criação da Comissão Especial. O encaminhamento que o Presidente fez era que na reunião dos Líderes ele vai pedir aos Líderes que não indiquem ninguém até que se construa um diálogo. Aí, a gente pede que o Deputado Domingos Dutra venha também para a Mesa. Passamos a palavra ao Deputado Zequinha Sarney.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Meus amigos, minhas amigas, hoje pela manhã já tive oportunidade de me dirigir a vocês. Inclusive, naquela ocasião, votamos o relatório da Comissão Especial encarregada de emitir parecer sobre a



questão dos guaranis-kaiowás no Mato Grosso do Sul. Foi aprovado aqui na nossa reunião em conjunto esse relatório.

Também naquela oportunidade eu disse a vocês que a responsabilidade pela criação dessa Comissão Especial, além do ato do Presidente, tinha também em cima dos Líderes. E eu, como Líder do PV, naquela oportunidade, hoje mais cedo, disse que, quando chegou o pedido de indicação para que eu fizesse a indicação, rasguei o papel. O PV não vai indicar, o Partido Verde não vai indicar. *(Palmas.)* Temos uma história de lutas a favor da causa indígena. O Partido Verde tem identidade. O nosso Presidente Penna é um militante da causa. Aqui, na Câmara, sempre nos posicionamos a favor da causa indígena. Na votação aqui na Comissão de Constituição e Justiça, neste mesmo espaço, foi o PV, o Partido Verde, que liderou a obstrução, e conseguimos atrasar um mês. Somos parceiros e queremos que os outros partidos assumam também, claramente, através de seus Líderes, essa posição que o Partido Verde assumiu hoje aqui. Muito obrigado a vocês. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado Zequinha Sarney, que também preside a Frente Parlamentar do Meio Ambiente, que vai lá para participar da reunião e levar o nosso recado, que daqui a gente não sai. Não é? Daqui a gente não sai.

Chegou o padre Luiz Couto, Deputado Federal padre Luiz Couto, que é um grande parceiro na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça.

Enquanto vem o padre, vamos passar a palavra para Wagner Krahô. Aí, você se identifica, diga o nome e de qual Estado você é. Pode falar daí, pode apertar no verde.

**O SR. WAGNER** - Boa tarde. Meu nome é Wagner, sou do povo krahô-canela, Estado do Tocantins.

Estamos numa delegação de 47 pessoas do Estado do Tocantins. Mas o que quero dizer é que estamos juntos aqui em uma só luta. Não só nós, do Tocantins, mas todos os indígenas do Brasil inteiro. Quero dizer...

**(Não identificado)** - Pessoal, pessoal. Só um momentinho aí, Wagner. Vamos fazer silêncio, por gentileza...

**O SR. PRESIDENTE** (Padre Ton) - Vamos garantir, a comida chegou...



**(Não identificado)** - Garantir a fala, está chegando a comida, vai de um em um... Os coordenadores ficavam responsáveis de fazer essa parte. Vamos respeitar a fala do companheiro, vamos fazer silêncio, certo, para a gente conduzir os nossos trabalhos, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Padre Ton) - Isso, vamos garantir a fala do companheiro Wagner. Vamos comer devagarzinho e garantir a fala do companheiro. Vai lá, Wagner.

**O SR. WAGNER** - Sim, só continuando, dizer que a gente, nós, indígenas, não queremos só a paralização de uma semana da situação da Portaria nº 215. Nós queremos que ela seja acabada, paralisada totalmente. E o que nós precisamos não é da PEC 215, nem da 038 e nem da Portaria nº 303. O que nós precisamos é de nossas demarcadas; o que nós precisamos é que a Constituição Federal de 1988 seja respeitada nos arts. 231 e 232.

Aqui eu quero citar a situação dos nossos parentes indígenas, lá do Tocantins, Avá-Canoeiro. É um povo que, no passado, foi quase acabado e hoje apenas tem 20 pessoas. E estarei lutando pela demarcação do seu território.

Queremos aqui dizer que estamos juntos na luta com eles. Queremos pedir força também para todos os parentes e da Comissão aqui, onde estamos, da Câmara dos Deputados.

Agradecer também o Sr. Padre Ton por nos receber, por estar nos respeitando neste momento. E dizer que nós não queremos a PEC 215 e que ela seja realmente acabada.

**O SR. PRESIDENTE** (Padre Ton) - Obrigado, Wagner.

Vamos comendo aí. Depois que terminar, tem que colocar num saco, tem um saco de plástico, para a gente mostrar que nós somos pessoas dignas e educadas.

Semana passada, aqui, na quarta-feira, foram fechados todos os corredores só por causa de um pastor: Pastor Marco Feliciano. E nós vamos demonstrar organização, educação. Comeu, aí vai ter um vasilhame para colocar o lixo e tirar para fora.

Continuando dentro da mesma tônica, enquanto os Deputados já se deslocaram para a reunião de lideranças, nós temos lá representantes, pessoas que



vão nos informar se a Comissão Especial da PEC 215 não for revogada, nós fazer uma grande pajelança aqui dentro para tirar as coisas ruins de dentro desta Casa.

Aí quem quiser falar, gente, tem que se inscrever, levantar o braço. Tem a companheira de Rondônia, Hosana, Puruborá, coitados, que estão na beira na BR-429, em Rondônia, esperando uma decisão para reconquistar suas terras.

Como já falou muito homem, vamos dar o espaço para ela, e depois eu abro para mais homens.

Ah, Terera! Mas deixa falar a Puruborá, aí eu escrevo seu nome aqui. Fala Hosana, Puruborá. É só apertar no botão verde, vai aparecer vermelho e começa a falar.

**A SRA. HOSANA** - Olha para cá! E tem mais mulheres para falar. Mas, então, boa tarde!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Vamos garantir a fala da companheira, gente. Quando a gente está comendo, a gente tem que ficar em silêncio e tem que rezar antes, porque senão come igual um jumento, tá? Aí tem que rezar, fazer silêncio, aí vamos garantir a palavra da companheira.

Hosana.

**A SRA. HOSANA** - Padre Ton, eu só queria dizer a vocês, porque todo mundo já falou desta PEC, destas leis que estão aí nos violentando, e eu quero dizer para o senhor e para todos que os nossos anciões estão se acabando... *(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Meus irmãos, não podemos estar falando que vamos fazer silêncio. Vamos comer quietinhos, a companheira está falando. Por favor, vamos dar voz para cada um, com todo respeito.

Minha companheira, manda ver.

**A SRA. HOSANA** - Pois é, Padre Ton, como eu perdi, né, agora está com 12 dias hoje que eu perdi a minha mãe, minha mãe se foi. Só que a luta não para. Eu já ouvi por bocas de alguém, lá na nossa cidadezinha, que agora a luta dos Puruborás se acabou, porque a única indígena que tinha lá se foi. Muito pelo contrário, a luta começou. A minha mãe se foi, mas nós estamos lá com mais força ainda, porque onde ela está, ela está me dando força, me dando luz, que é a luz dos encantados. A luz dos nossos encantados é que nos dá força.



E por isso eu estou aqui hoje, ajudando os meus companheiros, sentindo dor. Porque a dor mais forte do mundo é quando a gente perde um ente querido da gente. E eu perdi a minha mãe. Mas estou aqui para lutar, junto com meus companheiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Osânia Puruborá.

Saúdo o pajé Cacauerá.

O pessoal está comendo, está fazendo silêncio.

A companheira Flaviana Kinikinawa, do Mato Grosso do Sul, vai falar neste momento.

**A SRA. FLAVIANA KINIKINAWA** - Boa tarde a todos e a todas. Com muito prazer eu me apresento aqui. Meu nome é Flaviana. Sou Kinikinawa, de Mato Grosso do Sul.

Eu quero conquistar a minha terra. Eu quero conquistar a minha terra, porque a gente vem sofrendo. A gente mora junto com os Terena e o restante dos meus parentes mora com os Kadiweu. A gente está sem terra, e essa terra está com fazendeiros. Então, eu quero de volta a minha terra, para eu morar juntamente com as minhas famílias, o meu povo Kinikinawa, que está todo espalhado no Mato Grosso do Sul.

Eu peço uma ajuda para o povo do Brasil inteiro, que ajude as nossas lideranças, os parentes, que venha me ajudar nesse momento em que a gente mais sofre, morando num barraco, saindo. Não temos nada assim, vamos falar: se nós não temos a nossa terra, é difícil vivermos na terra alheia, que é de outro patricio. Nós queremos a nossa terra de Kinikinawa, a nossa terra de origem.

Eu fico muito feliz de vir aqui no gabinete do Presidente da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Silêncio, silêncio! Tem gente falando. Vamos respeitar.

**A SRA. FLAVIANA KINIKINAWA** - Que venham ajudar a nós. Nós somos um povo muito sofrido porque nós temos os nossos parentes Guarani, que já morreram bastante.

Então, a gente sofre com essa morte deles. A gente não quer viver sofrendo assim, a gente quer a terra de volta, morando juntamente com a minha família, com minha etnia Kinikinawa.



Muito obrigada. É só isso que eu peço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Flaviana Kinikinawa, do Mato Grosso do Sul, que é um povo sem terra, que perdeu a terra. É um povo sem terra.

Temos ainda as índias de Roraima. O Marcos Apurinã, depois que acabar de comer, vai ensinar um grito de guerra indígena, porque índio não faz guerra.

**O SR. CABRAN** - Padre, Deputado Federal, eu estava só dando um exemplo.

Eu queria que alguém daí fizesse esse ritual, enquanto estão comendo. Isso o nosso Deputado Padre Ton está pedindo, e não sou eu que vou fazer isso aqui, gente, pelo amor de Deus. Maindê do noroeste de Mato Grosso, venha cá, meu cacique, e quem quiser mais. Venha aqui na frente.

Agora, Padre, eu acho que era importante a gente suspender um pouquinho, enquanto o pessoal come. E a gente vai fazendo os rituais, as cantorias. Concorda, Plenário? (*Pausa.*) O.k. Vamos começar pelo parente nambikwára, do Cerrado. Quem já comeu e quiser vir fazer a sua cantoria, fazer seu verso dentro da nossa harmonia está liberado.

**A SRA. LIMA** - Eu vou falar aqui primeiro. Depois nós vamos cantar.

Bom dia, parentes. Vamos prestar atenção. A gente ouviu os Deputados falarem. Agora vocês também têm que ouvir parente falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Isso. Pode...

**A SRA. LIMA** - Meu nome é (*ininteligível*) de Lima. Sou de Roraima, Macuxi.

Ouvimos sobre todo o nosso sofrimento na nossa terra indígena no Estado. O que está acontecendo até hoje? Onde foi demarcado, homologado, registrado, ainda continua invasão, entrada de invasores. E estão aqui os Deputados Federais aqui da Câmara.

Mataram nossos irmãos, poluíram nossa terra, mataram nossos peixes e pássaros. As nossas águas estão contaminadas, e as nossas florestas, e vemos que estão todos em liberdade, não foram presos. Eles têm que ir presos.

Estão chamando a gente de preguiçosos e dizendo que estamos passando fome — eles, que dão migalha de arroz para os parentes. Mas isso é mentira. Em Roraima, ninguém nunca passou fome nem vamos passar. Eu vejo, em todo o País,



onde vivem os indígenas, que eles não passam fome, são trabalhadores. Nós temos nossa natureza, nosso peixe, nosso alimento natural.

Quero dizer também que quem fez crime contra os indígenas — mataram nosso irmão Galdino, Aldo Mota e os demais — vai ter que pagar. Uma gota de sangue vale muito mais do que a nossa terra. Isso é para o nosso jovem que está vivendo na nossa terra, para nossas crianças, para que melhore educação, saúde e estradas para todos os indígenas, para que eles tenham boa saúde.

Queremos que respeitem os nossos direitos. Não queremos revisão da demarcação da Raposa Serra do Sol, onde eles colocaram muito. Querem revisar a Raposa Serra do Sol, e não aceitamos revisão de nenhuma terra indígena que já foi homologada, demarcada e registrada. Queremos mais é a ampliação das terras que estão pequenas, porque todo dia está nascendo índio, e cada um quer seu terreno para poder sobreviver, para trabalhar junto com sua família.

E não queremos PEC. Essa PEC é uma porcaria. São 19 condicionantes que estão nos atrapalhando. Nós queremos viver em paz, junto com nossa família e nossos filhos.

Aqui eu tenho um tema, para terminar. Mataram nossos irmãos, queimaram nossas roupas, queimaram nossas roupas! Queimaram nossas casas! Destruíram tudo o que nós temos! Mas não queimaram nossos sonhos, não queimaram nossa esperança! E aqui não tem moleza, na nossa natureza, da terra indígena. Vivemos da beleza da nossa natureza. A luta continua até o último índio. Aqui é vai ou racha, onde nós estamos até agora!

O meu muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Padre Ton) - Obrigado à liderança de Roraima.

Aqui conosco está o Deputado Vieira da Cunha, do PDT/RS, membro da CCJ. Pelo o que se vê, a CCJ não vai poder se reunir, porque os indígenas só vão sair daqui depois que vier um comunicado da Mesa sobre a revogação da criação da Comissão Especial da PEC nº 215.

Vamos passar a palavra ao Deputado Vieira da Cunha, para que faça uma saudação às lideranças indígenas que representam o Brasil como um todo.

**O SR. DEPUTADO VIEIRA DA CUNHA** - A minha saudação a todos os participantes desta nossa reunião. Quero dizer a vocês que não se preocupem se a



Comissão de Constituição e Justiça não se reunir hoje, porque se isso acontecer é por uma boa causa. É pela luta de vocês. E eu quero aqui cumprimentá-los por estarem mobilizados, lutando pelos seus direitos.

Eu me filiei ao PDT, Partido Democrático Trabalhista, como já foi dito, em 1981. Portanto, há mais de 30 anos. E me filiei porque me identifiquei com uma liderança chamada Leonel de Moura Brizola, que faleceu no ano de 2004.

E eu tenho muita honra de dizer que foi pelo o meu partido que pela primeira vez um índio teve assento aqui na Câmara dos Deputados. As nações indígenas tiveram o seu representante quando, pelo nosso partido, na época da redemocratização do País, houve essa eleição. Ele estava aqui exatamente representando essa luta que vocês hoje aqui se mobilizam para fazer.

Então, como Vice-Presidente Nacional do PDT, eu quero dizer que nós estamos ao lado de vocês. O nosso partido está mais do que solidário à luta. Está apoiando essa luta. *(Palmas.)*

Nós temos uma bancada modesta, como em geral são as bancadas dos partidos populares, ligados aos interesses dos povos indígenas, dos trabalhadores, do povo mais sofrido. Somos 26 Deputados Federais e 5 Senadores. Mas, acima das posições individuais de cada um dos nossos Parlamentares, está o programa do nosso partido. E nos nossos compromissos prioritários desde 1981, quando o nosso partido foi fundado, o nosso Líder Leonel Brizola colocou como um dos compromissos principais, fundamentais, prioritários, a defesa da causa dos povos indígenas.

Então, estou aqui para dizer a vocês todos que contem conosco. Nós estaremos juntos nessa luta para que os direitos de vocês sejam respeitados, para que não haja nenhum retrocesso. E, se essa PEC prosperar, será a ameaça, o risco de um retrocesso aos direitos que vocês conquistaram e que estão previstos na Constituição, lei maior do País, que tem que ser respeitada.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Muito obrigado, Deputado Vieira da Cunha do PDT, membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.



Há uma companheira, parente do Roraima, que pediu para falar. Por favor, se identifique, dizendo seu nome, Estado e etnia.

**A SRA. ERNESTINA MACUXI** - Boa tarde a todos. Eu sou Ernestina Macuxi, de Roraima, da terra indígena Raposa Serra do Sol.

Vim aqui me somar aos companheiros de luta que há 513 anos sofrem. Sabemos que, em 1500, começamos a sofrer, começou a invasão. E hoje estamos aqui junto com os companheiros para somar. Quero dizer, assim, que nós povos indígenas do Brasil e de outros países somos muito perseguidos, mas nós temos capacidade e autonomia de sair dessa opressão.

Nós não vemos desistir da nossa luta. Nós somos resistentes. A nossa luta continua até o último índio macunaíma vivo, até o último índio. O sangue derrubado dos nossos parentes, a vida que foi tirada dos nossos parentes não vai ser de graça. Nós temos que lutar. Isso fortalece a nossa luta. Quando é tirada uma vida, fortalece a nossa luta, nos encoraja, dá mais força, é a razão de nós lutarmos por nossos direitos.

Nós conseguimos a Raposa Serra do Sol com muitas lutas, 21 lideranças indígenas foram assassinadas. E agora os Deputados e os Parlamentares que foram eleitos estão colocando projetos de lei para, de volta, de novo, através de grandes projetos, invadir a nossa terra, trazer mais crimes, mais violências contra nossa mãe Terra, que hoje sofre. Nossos rios estão poluídos.

Os sangues que foram derramados correm no Rio Tacutu, correm no Rio Maú, correm no Rio Cotingo, no Rio Branco, até chegar ao Rio Negro, formando a grande Bacia Amazônica. No rio o sangue está correndo, gritando, clamando pela justiça. E os nossos Parlamentares, que foram eleitos por nós, estão denegrindo a nossa imagem, fazendo projetos de lei contra nós, indígenas.

Onde está a lei que garante os direitos dos nossos povos indígenas, respeitando a nossa diversidade, respeitando os nossos costumes? Os Deputados têm que ler. Os Parlamentares que estão fazendo projetos de lei têm que ler bastante a Constituição, a Carta Magna, que foi construída em 1988. Por que isso? Será que vão fazer outra Constituição, colocando essas PECs, esses projetos de lei?



Então, quero pedir aqui que esses Deputados que foram eleitos, então não conhecem a Carta Magna... É rasgar essa vitória que nós temos. Eles mesmos fazem a lei, aproveitam uma brecha e vão de novo, outra vez, invadir as nossas terras, matar os nossos parentes, através dessas leis, para acontecer, como estamos assistindo, grandes desastres, como o que está acontecendo no Rio de Janeiro, com desmoroamento de terras.

Assim que querem fazer com as nossas terras? Explorando minério? Construindo barragens? A Raposa Serra do Sol corre risco, está em risco, nossa terra, nossa mãe em perigo. Isso é o tema da nossa manifestação. Aqui estamos representando nossos estudantes, nossos jovens, nossas lideranças na Raposa Serra do Sol que estão se manifestando contra a PEC, contra a portaria. Os estudantes estão reconhecendo que estão trazendo risco essas PECs.

Por que não os Deputados Federais e Estaduais aprovar o Estatuto do Índio? Por que os Deputados estão fazendo isso? Fazem projetos de lei e dizem... Essa Comissão foi para Roraima, para a Raposa Serra do Sol, ver fez a homologação, não tem vergonha.

O Paulo Cesar Quartiero foi lá, onde ele deixou destruído, poluído, na nossa terra. Foi ver e dizer que nós estamos passando fome. Negativo. Eles não filmaram nenhum índio morto lá. Quando eles estavam lá, mataram, ameaçaram, malharam, derramaram sangue dos nossos irmãos, queimaram nossas casas. Agora estamos tentando recuperar essa nossa mãe depois dessa poluição.

Estamos reunidos em Roraima...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Isso. Para concluir, companheira.

**A SRA. ERNESTINA AFONSO DE SOUZA** - Então, quero colocar isso, trazer aqui a nossa luta. A nossa luta continua até o último índio.

*(Manifestação nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - A companheira que falou é vice-prefeita do Estado de Roraima.

**(Não identificada)** - Do Município Uiramutã...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Contamos com a presença da Sra. Deputada Keiko, do PSB, de São Paulo, que falará a partir de agora, para dar



uma saudação. S.Exa. é de descendência japonesa e é membro da Comissão de Direitos Humanos e da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos.

O Sr. Deputado Vieira da Cunha, do PDT, queria lembrar algo. O único Deputado Federal índio eleito era do PDT. Era o Cacique Mário Juruna. Mário Juruna fora o único Parlamentar Federal Eleito Índio.

Contamos com a presença aqui de um indígena Suplente de Deputado Federal, do Estado de Roraima. Não sei se ele está presente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Keiko Ota, do PSB, do Estado de São Paulo.

**A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA** - Boa tarde a todos.

Agradeço ao Presidente, o Padre Ton pela oportunidade de estar aqui expressando meu sincero carinho por todos vocês. Realmente o povo indígena tem de ter seus direitos garantidos e preservados. A origem da cultura indígena, de tanto tempo, tem de ser preservada.

Então, Sr. Presidente, conte comigo, conte com minha ajuda. Estarei junto a todos nessa luta.

Presido a Frente Parlamentar e de Defesa dos Direitos Humanos e coloco-me à disposição de todos. Estou com vocês para o que der e para o que vier.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado PadreTon) - Obrigada, Sra. Deputado Keiko pela presença.

Um companheiro quer fazer um canto. Trata-se de Ariston Krahô, a quem peço que de onde veio, o seu Estado, e sua etnia

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. ARISTON KRAU** - Boa tarde a todos os parentes e a todos os Deputados. Sou da Tribo Krahô, do Município de Itacajá, do Tocantins.

Quero propor a vocês que façam silêncio, porque estamos no Plenário da Câmara dos Deputados. Não estamos aqui brincando. Estamos fazendo coisa séria. Quero que respeitem o Plenário, os Deputados. Quero que vocês os respeitem para que eles nos respeitem e nos recebam em paz, a fim de que todos sejamos felizes, porque todos somos brasileiros.

Passo a fazer o rito do Povo Krahô. Nunca vou perder a minha cultura. Certo?

*(É executado canto indígena.)*

*(É entoada uma canção.)*



**O SR. ARISTON KRAHÔ** - Pois é, eu sou cacique da Santa Cruz e vim participar, pela primeira, neste plenário aqui, debatendo um assunto que afeta a nós. Nós não queremos esse tipo de coisa entre nós, porque nós não é um povo que fica no mato, um povo que fica sem comunicação. Nós estamos lutando pela saúde, para ter atendimento melhor para nós. Nós estamos lutando para a educação ser de qualidade para nós e para nós conhecer os direitos dos nossos irmãos brancos. Eu não vou falar que eles são de outra tribo, não. Eles são gente, e nós somos gente igual a eles também. Nós sente com o coração magoado, e eles também sentem. Nós quer parceria com eles para defender e lutar pelo nosso direito, para nós ter a força junto com eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Conclua, companheiro. Aqui na Câmara é assim! Ariston Krahô, conclua.

**O SR. ARISTON KRAHÔ** - Eu sou um jovem, mas porque eu sou jovem vocês veem que eu sou pequeno. Eu não vou crescer mais, não, porque eu abaixei. Eu sou pequenino, mas eu sou já de idade.

E nós estamos representando aqui não é para brigar, não é para empurrar, não é para fazer alguma coisa grave com eles. Nós estamos com esse entendimento. Então, eu vou encerrar a minha palavra assim mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Ariston Krahô.

O Marcos Apurinã vai fazer um comunicado. Nós já temos aqui, Deputado Vieira da Cunha, a representatividade dos povos indígenas do Brasil. São mais de 600 indígenas que representam... Aqui estão inscritos índios do Acre... Quem é do Acre levanta a mão.

*(Manifestação nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Quem veio do Estado de Rondônia, de Guajará-Mirim, de São Francisco de Guaporé? Quem veio do Estado do Amazonas? E do Estado do Mato Grosso? Isso! E do Mato Grosso do Sul? Olha aí!

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Quem veio do Amapá?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Isso! E do Estado do Pará?



*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Quem veio do Estado de Roraima? Olha aí!

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - De Tocantins?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Agora vamos partir para o Nordeste: quem veio do Estado do Maranhão?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - E do Estado do Ceará?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Isso! Do Estado da Paraíba?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Do Estado de Alagoas?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Do Estado do Rio Grande do Norte? Do Estado da Bahia?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Do Estado de Pernambuco?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Esqueci algum Estado do Nordeste? Em Piauí não há índios. Eles foram dizimados. Quem veio do Estado de Minas Gerais?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - E do Estado de Sergipe? Estado do Rio de Janeiro? São Paulo? Isso! E do Estado do Paraná? De Santa Catarina? Do Rio Grande do Sul?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Há uma lista grande inscritos. O Marcos Apurinã vai passar a informação. Depois, vamos passar a falar do Centro-Oeste.



**O SR. MARCOS APURINÃ** - Quero pedir, por determinação do nosso pessoal de logística, que está pedindo sacos plásticos para a questão da limpeza. Há uma comissão que foi eleita desde ontem e tal que precisa olhar a sujeira para que possamos deixar o nosso ambiente bem amigável com limpeza.

Portanto, o pessoal da limpeza procure o nosso pessoal, a menina do Acre que estava pedindo apoio na limpeza.

A Coordenação de Delegações. Veio aqui um parente, dizendo que o pessoal está lá fora, fazendo algo. Combinamos que estaríamos todos aqui dentro. É para reforçar a informação de que não podemos sair daqui, a alimentação veio para cá, então, vamos permanecer aqui, bebendo água no corredor, tranquilamente, e voltamos. Aqui é que é a nossa casa grande hoje.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Isso. Obrigado. Há Deputados que estão na reunião dos Líderes para trazer o resultado da reunião. Enquanto isso, vamos garantir a fala aos inscritos. Quem estiver na tribuna, é só apertar o dedo e pode falar.

Quem está inscrito agora é o Francisco Arara. Vamos fazer silêncio e garantir a fala do Franciso.

**O SR. FRANCISCO ARARA.**- Boa tarde a todos, à Mesa, principalmente aos meus parentes, grandes guerreiros que aqui estão presentes de todos os Estados.

Srs. Deputados, a nossa maior preocupação hoje é com nossa vida, com a demarcação de nossas terras, que estão travadas. Nossos territórios estão sendo invadidos pelos madeireiros, pelos fazendeiros e pelos grandes projetos do Governo. Isso é que nos traz aqui.

Enquanto os Deputados, o Congresso Nacional, poderiam estar se preocupando com o nosso País, porque o nosso País hoje é uma vergonha na criminalidade, todo dia se vê a criminalidade tomando conta do nosso País, e não se faz uma reforma na lei para mudar e colocar os criminosos na cadeia. Enquanto isso, estão fazendo leis, emendas constitucionais para acabar com o nosso direito, porque somos nós que preservamos a natureza — as terras, a floresta. nós vivemos lá cuidando dela. Não é somente para nós, índios, é também para vocês e para o futuro desta Nação, que muito pouco é visto por vocês desta Casa.



Portanto, nós gostaríamos muito que o Parlamento brasileiro tivesse cuidado, ao aprovar leis ou qualquer emenda que seja constitucional, porque muitas delas afetam diretamente o próprio País e muitas delas ainda mais é uma vergonha para o nosso País.

Enquanto isso, as coisas piores estão por vir e ninguém vê isso. Nós estamos aqui, como todos vocês podem observar, por uma causa, que é a garantia do nosso direito, porque ele está muito bem claro na Constituição de 1988, arts. 231 e 232, que hoje estão sendo violados por esses Parlamentares que poderiam estar aí impondo a lei, impondo a justiça, não a injustiça.

Portanto, estamos aqui, viemos para cá e só vamos sair com uma decisão, que são as PECs que aí estão serem revogadas.

Muito obrigado. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Francisco.

Vamos falar por no máximo 3 minutos. Segundo informações que recebemos, não existe reunião ainda começada. O recado que se passa da Presidência, os índios só saem daqui se a Mesa decidir revogar a decisão da criação da Comissão Especial da PEC 215.

*(Manifestações no plenário.)*

Agora vamos tentar falar por 3 minutos, porque há uma lista extensa.

Com a palavra o Sr. Ninauá, do Acre.

**O SR. NINAUÁ** - Boa tarde aos parentes, boa tarde ao Sr. Presidente desta Comissão, que tem uma grande responsabilidade para com os povos indígenas. Eu queria, Sr. Presidente, abordar alguns pontos que nos deixam preocupados no Estado do Acre. Ainda há tempo de se tomar uma providência, ainda há tempo de se evitar que coisas piores aconteçam, como têm acontecido no Brasil. Uma delas é a prospecção de petróleo.

Como o senhor mencionou momentos há pouco, inclusive no comunicado do Governador do seu Estado, que suspendeu a reunião que ia acontecer, se o senhor fez parte dessa tomada de decisão, o senhor fez a coisa mais certa que o senhor pode ter imaginado. Quando o Governador do senhor disse que haveria problemas naquele momento, de fato, haveria problemas; agora não há porque foi suspensa a reunião. Mas, se vier a trazer essa discussão, o problema vem junto, ele acompanha



essa discussão. Se houver a intenção de novamente trazer à discussão a prospecção de petróleo para o Estado do Acre, vocês terão, de fato, concretizado a problemática.

Outra coisa é que o senhor, como Presidente da Comissão, para fazer essa discussão sobre a população indígena, esse relatório que foi entregue anteriormente pelos parentes ashaninka, eles vivem hoje em um dos locais do Estado do Acre mais isolado que existe, vivem com os parentes sem contato, os quais eles chamam de isolados.

Esse relatório retrata um pouquinho a vida dessa população, do povo ashaninka e maderá, que vive às margens de um rio, retratando um pouco, e eu tenho certeza de que o senhor vai dar atenção a esse relatório. Dentro desse mesmo espaço, dentro do relatório também, será mencionado um pouco da situação de como está vivendo esta comunidade com os parentes que não têm contato, com os “isolados”, entre aspas, “isolados” que vivem naquela região.

A gente também preza e tem um cuidado com esses parentes sem contato para que eles não venham a viver como nós estamos vivendo hoje, aprisionados por essas leis, por essas propostas feitas aqui nesta Casa.

Outra coisa, Sr. Presidente desta Comissão, hoje eu acho que é do seu conhecimento que existe um trabalho de manejo florestal realizado no Estado do Acre que, até o presente momento, ainda não chegou às terras indígenas, e a gente tem o maior cuidado para que não chegue também esse tipo de trabalho dentro das comunidades indígenas, porque o manejo florestal que a gente acaba presenciando no nosso Estado é o manejo das árvores da floresta para as serrarias, para serem exportadas. Esse é o único manejo que nós vemos.

Outra coisa que eu faço questão de mencionar ao senhor, coisa que tem a ver com esta discussão, mas, para sua informação, por exemplo, é que recentemente foi detectada a infecção com mercúrio no sangue de um indígena, causando problemas a ele e também está causando problemas e muita preocupação para nós do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Vamos ser mais rápido, companheiro.

**O SR. NINAUÁ** - Eu queria finalizar minhas palavras, reforçando essa tomada de decisão em relação a nós, aos parentes. Nós vamos permanecer fortes. Como a



parenta falou agora há pouco, eu acho que nós estamos existindo já há 513 anos, e tudo tem sido feito aqui dentro desta Casa, mas a gente tem feito muito pouca coisa para combater isso. Este é o momento, é o momento da retomada e é o momento em que nós vamos ter um resultado positivo, vitórias positivas daqui, para que o nosso País, para que os representantes do nosso País não venham acabar conosco de uma forma cruel e bem maldosa mesmo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton ) - Obrigado, Ninauá, Acre.

Aqui chegou o Deputado Federal Fernando Ferro, de Pernambuco. Há índios de Pernambuco aqui. Vamos ouvir a saudação do Deputado do PT de Pernambuco Fernando Ferro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Boa tarde a todas e a todos. Compreendemos a luta de vocês e estamos solidários. Participamos da preocupação que o Governo e o Estado brasileiro têm que ter com a sua população original e, por isso, entendemos que a maneira que vocês usam é realmente uma resposta a uma agressão contra um direito histórico que vocês têm sobre o solo em que vocês nasceram, em que os seus antepassados viveram, que faz parte da história deste País. Portanto, aqui estou para expressar a minha solidariedade, o meu compromisso e o meu apoio à luta de vocês.

Tenho feito essa caminhada no meu Estado, em defesa dos direitos dos povos indígenas, porque reconheço que este País só será uma democracia quando respeitar o direito de todos os seus filhos. E os povos indígenas, mais do que ninguém, são os primeiros brasileiros, são os primeiros desta terra e, mais do que ninguém, têm direito à posse do seu chão.

Parabéns pela luta. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

Agora quem vai falar é o Ademir Kadiwéu. Gostaria que se ativesse ao tema da PEC 215, dos direitos indígenas.

**O SR. ADEMIR KADIWÉU** - Boa tarde à direção da Mesa e boa tarde aos meus patrícios, meus parentes.



A gente vai ser um pouco breve aqui, mas eu quero registrar a minha fala aqui. A gente também está engajado nessa luta dos nossos povos indígenas. Acho que é chegado o momento de a gente se organizar, se unir, porque cada povo, cada etnia, tem sua organização. Então, quero dizer para vocês que nós também estamos nessa luta de retomadas de terra.

Recentemente, lá na nossa aldeia, na nossa reserva indígena, a gente retomou uma área de cento e poucos mil hectares, mas, infelizmente, o poder do agronegócio, dos fazendeiros, impõe a nós, indígenas, retomar as nossas terras. E a juíza determinou que os fazendeiros retornassem à nossa terra.

Para nós, isso foi um desastre, porque deixamos a nossa comunidade em desespero. E agora, com essa nova PEC, a gente também está com muito medo, porque a nossa terra já é demarcada, homologada, mas, se isso chegar a acontecer, a gente vai perder o que ainda nos resta.

E quero dizer para vocês, meus patrícios, que a gente também está nessa luta, nesse mesmo caminho. E vocês podem contar com o povo kadiwéu. Nós também estamos nos iniciando agora, junto com vocês, nessa batalha, nessa dificuldade. E vamos em frente, porque só lutando a gente vai conseguir os nossos direitos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Muito obrigado, Ademir Kadiwéu.

Aqui está presente a Deputada Dalva, do PT do Amapá. Se quiser também se pronunciar, há muita gente do Amapá aqui. E também está aqui a Gisa, que é autora da exposição dos guaranis-kaiowás. Se puder, também chegue para cá, para poder falar.

Vou antecipar o Manoel Nambiquara. Os nambiquaras ficam bem pertinho de Vilhena, Comodoro. Os nambiquaras nos acompanham. E ali, de Vilhena, de Chupinguaia e Comodoro, na divisa com Vilhena.

Manoel, da tribo Nambiquaras.

**O SR. MANOEL** - Alô, bom dia. Eu vou fazer dança para nós, para Deputados ouvir nós.

*(Apresentação cultural.)*



Eu cantei esta música de pajé para os Deputados nos ouvir. Favor, repita, para entrar na cabeça deles, para ouvir nós. Esta portaria é para acabar com os índios.

Esta música é..., Eu vou falar um pouco de nossa comunidade(?) de Comodoro, de Vilhena, (*ininteligível*). Nós sempre sofremos com os negócios de fazendeiro, fazendeiro tratando a soja, rodovia(?), (*ininteligível*) filho, neto (*ininteligível*) passando nossa área indígena. Por isso nós ficamos preocupados, Deputado.

Um dia desses aí vocês têm que acabar com esta portaria. Esta portaria tem que fazer valer para poder marcar nossa área. Portaria não é diminuir nossa terra não. Eu queria ver, Deputado, assinando nossa vez para conseguir mais terra nossa. Indígena está precisando de mais terra. Assim que nós queremos nossa pajelança. Nosso pessoal está esperando uma resposta para levar para eles também.

Se não nem resposta nem resolver, meus parentes estão esperando para fechar a terra de novo.

É esta a minha fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Muito obrigado Manoel, da tribo Nambiquaras.

Agora, nós temos o Cacique Branco Terena. Pode chegar aqui na tribuna. Pode falar daqui. É só apertar o botão.

**O SR. MARCOS TERENA** - Boa tarde a todos. Parentes, senhoras e senhores, Deputado Padre Ton.

Bem, senhores, o nosso objetivo aqui é simples.

Deputado, a nossa vinda até esta Casa Legislativa é uma missão exposta por todos nós indígenas de todo o Brasil. Passamos por uma situação de calamidade em todas as aldeias do País, onde o nosso respeito e a nossa dignidade está sendo violados. Portanto, todos nós parentes somos contra essas PECs, portarias e condicionantes que estão saindo aí.

Deputado, nosso objetivo aqui é... Meus parentes, enquanto não tivermos uma resposta positiva do Presidente desta Casa, ninguém sai, ninguém sai desta Casa. Correto, parentes? (*Aplausos.*)



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Muito obrigado, Marcos Terena.

Recebemos a informação de que a reunião começou agora e o Presidente está colocando o assunto em pauta.

Nós temos o Deputado Domingos Dutra, a Deputada Janete Pietá, o Deputado Zequinha Sarney, a Deputada Erika Kokay. Tem um grupo de Deputados que estão lá nessa reunião, e eles vão trazer a informação. E o Deputado aqui, Vieira da Cunha, PDT do Rio Grande do Sul, está indo para lá agora, para essa reunião com os líderes partidários. E agora chegou...

**O SR. BRANCO TERENA** - Não é Marco Terena, é Branco Terena.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Ah, sim, Branco Terena. Desculpe-me. É o Branco Terena que acabou de falar.

Aqui chegou o Amauri. E aí, a Deputada Janete Capiberibe vai fazer um pronunciamento, um comunicado, e aí a gente, depois, segue aqui a lista escrita.

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** - Está bom, gente. É um comunicado que é bem rápido. Eu quero dizer a vocês que o Governador do Amapá, onde há 8 etnias, no território todo, ele anda de mãos dadas com os índios, inclusive os índios que estão numa região que 90% dela fica no Estado do Pará. Então, ele dá todo o apoio que pode dar. E ele nomeou o Secretário, na Secretaria do Índio, o índio Caripuna Ocoraci(?). Eu acho que ele é da aldeia do Cumarumã. Os meninos do Amapá que estão aí sabem exatamente de onde ele é. Então, no Amapá, os índios estão mais ou menos, para mais, tranquilos em relação à questão local. A outra, estão intranquilos com relação às PECs aí, o PL 1.610, etc. que a gente está perseguindo aqui, acompanhando, para, junto com vocês, neste momento, agora, ver se a gente consegue que sejam retirados esse projetos todos da pauta e que eles não continuem aqui em tramitação.

E eu quero dizer a vocês todos, aos caingangues principalmente, que são lá do Rio Grande do Sul, do Sul do nosso País, que eu conversei com o meu Líder, do meu partido, do PSB, ele lidera a nossa bancada de Deputados, e pedi a ele que não indique ninguém para a Comissão Especial que vai tratar da PEC 215. *(Palmas)* Viu, gente? E ele me deu a palavra dele... *(Manifestações na plateia)* E ele não vai indicar nem agora, nem depois. *(Manifestações na plateia.)* O que a gente quer...



Está certo? Eu acho que isso é uma vitória, que a presença de vocês, a presença física, aqui, em Brasília, aqui, no Congresso Nacional, está já conquistando. Será uma conquista de vocês se a gente conseguir matar essa PEC aqui antes que ela tramite. *(Palmas. Manifestações na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputada.

A próxima inscrita aqui será Marizina Caxarari. Vem para cá, para a frente. Bom dia.

Os companheiros aqui, do Mato Grosso do Sul, estão cobrando a presença dos Deputados Federais do Mato Grosso do Sul, que ainda não apareceram aqui. Os Deputados do Acre, Sibá Machado, temos também o ...

**A SRA. MARIZINA CAXARARI** - Quero agradecer, primeira coisa, a Deus, por estar aqui, reunida com parentes, e conhecendo os parentes que eu não conhecia.

Para quem não me conhece, meu nome é Marizina. Eu sou caxarari, eu sou da região de noroeste de Rondônia, Município de Extrema.

Eu quero dizer assim, para o Padre Tom: naquele dia que tu estavas lá na Extrema, eu estava lá. Então, uma das pessoas que veio aqui sentar hoje, juntamente com os parentes. Muitas vezes, eu fico pensando assim: falar da política, como foi criada agora a 215. E agora nós estamos aqui reunidos para quebrar essa barreira, e dizer para os parentes: muitas vezes nós indicamos pessoas para sentar lá na frente, para fazer as coisas de que nós não temos conhecimento. Por quê que eu digo assim? Porque nós votamos, hoje em dia nós votamos que nem cidadão brasileiro. Por isso que eu estou falando isso para nós.

Eu quero dizer assim: que falar da questão da terra nós, que é *(ininteligível)* i, estamos sendo ameaçados pelos fazendeiros, pelos caçadores, pelos madeireiros. Então não tem autoridade competente que tome providência. Até hoje. A gente já fez várias reivindicações e ninguém tomou providência. E aqui a gente, se a chave é aqui no Congresso, a gente vai resolver aqui. Eu quero resolver. A minha vinda não foi em vão. A minha vinda é levar proposta boa para a comunidade, e dizer que a gente resolveu, e dizer para eles também que a gente quebrou essa barreira que está armada sem a gente ter esse conhecimento. E dizer para nós mesmos: vamos lutar. A gente está aqui, juntos, para lutar e conseguir.



Nós estamos sofrendo também, ameaçados pelos fazendeiros porque nós estamos com a ocorrência de ampliação da nossa terra. E todos que (*ininteligível*) falaram: nós, povo kaxarabi também, não vamos admitir onde tem cemitério dos nossos parentes, onde o espírito viva, onde está a natureza que nós amamos. Muitas vezes fazendeiro fala para proteger ambiente. Eu estou falando sério. Eles estão falando de boca pra fora. Porque quem ama de verdade somos nós. Porque quem preserva é o indígena. Por que nós amamos? Porque ali é nossa vida, ali é nossa riqueza.

Eu queria dizer, encerrando, eu quero encerrar com cantoria. Porque não é toda a oportunidade que a gente está sentado, não. Não é toda a vida que a gente vai estar sentado com os parentes aqui, não. Não sei quantos anos vão passar para a gente está reunido de novo. Eu quero cantar um pouquinho e dizer ao nosso adversário que nós vamos vencer. Com certeza. Eu posso cantar? (*Manifestação na plateia.*)

**(Não identificado)** - Depois dela, Padre Ton, o povo guarani também vai dar uma rezada aqui. Pode ser?

**O SR. DEPUTADO PADRE TON** - Isso. Depois dela, os guaranis.

(*Canto indígena.*)

**A SRA. MARIZINA** - Eu quero dizer para os parentes: é assim que nós vamos vencer: mostrar para eles que nosso espírito está vivo.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Só antes dos guaranis, eu também quero informar que o PT, na reunião do Colégio de Líderes decidiu que é totalmente contrária à PEC 215. (*Manifestação na plateia.*) Não indicou, nem vai indicar membros. Na verdade, o Presidente pode até não revogar essa PEC, mas se nenhum partido indicar membros, nós matamos a PEC definitivamente. Não matamos, mas congelamos, pelo menos. Os guaranis agora. Só para saudar aqui também o companheiro Roni, Vereador do PT, lá do Junco, de Jacobina, que também apoia a luta dos povos indígenas.

**O SR. GUARANI** - Agora, povo Guarani Kaiowá, vamos fazer uma reza, e bem forte, uma reza bem forte para que dê tudo certo e nós alcançamos nosso objetivo. E como diz o (*ininteligível*) e a Sônia naquela hora: se não der certo, o



Presidente da Câmara estará muito incomodado até no sonho, porque essa é a reza que vamos fazer aqui.

*(É executada música indígena.)*

Nós somos pássaros. Nós somos " gûyrá". Então, nós somos gûyrá. Aqui é o lugar dos pássaros.

Nós, os Guarani-Kaiowá, e mais o povo que está aqui presente vamos chamar, deixar o nome, batizar esta Casa de "Gûyranhengatuambá". Vamos deixar aqui o nome: "Gûyranhngatuambá!" É o lugar dos pássaros, onde cantam os pássaros e onde sempre vamos nos encontrar. "Gûyranhengatuambá!"

Para vocês a para os nossos Deputados também. "Gûyránhengatuambá!"

Obrigado.

Vamos cantar mais uma música e depois terminar.

*(É executada música indígena.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Amauri Teixeira) - O canto indígena certamente nos sensibiliza mais do que qualquer palavra branca. E a designação desse ambiente como lugar dos pássaros... É isso? E me perdoem a ignorância por não saber pronunciar na língua guarani-kaiowá.

Nós, que aprendemos inglês, aprendemos espanhol, deveríamos aprender pelo menos alguns idiomas dos povos originários do Brasil. Nunca nos ensinaram, e vocês estão nos ensinando.

Casa dos pássaros é muito mais brasileiro e tem muito mais a ver com a nossa realidade do que Comissão de Justiça e Cidadania. Aqui tem sido negada a cidadania e aqui tem sido cometida muita injustiça. Vocês estão recuperando um pouco do papel desta Comissão.

Vou passar a Presidência ao Padre Ton novamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado Amauri.

Estamos ainda na espera de uma decisão lá da reunião dos Líderes de Rondônia, que vieram...

Nós temos aqui os povos Puroborá, Kaxarari, Oro, Oro Waran, Karitiana, Arara, Gavião, Wayoro, Zoró, Kassupa e Mamaindê.



Vamos continuar as inscrições. Quem estiver aí fala daí mesmo. Vamos dar atenção. Quem tiver um canto para fazer, um grito de guerra indígena para poder gritar aqui...

Conseguindo essa vitória aí, nós vamos ter que fazer uma grande pajelança ao redor desta Casa aqui para tirar os maus agouros e os maus espíritos.

Agora vem falar o Jauáruá Wajapi, do Amapá. É assim que fala? Eu escrevi aqui eu não estou... Jauáruá Wajapi.

**O SR. JAUÁRUÁ WAJAPI** - Boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Boa tarde. Vamos responder? Vocês estão muito desanimados. Tem um dizer...

**O SR. JAUÁRUÁ WAJAPI** - Para quem não me conhece, meu nome é Jauáruá Wajapi. Eu sou do Estado do Amapá, da etnia Wajapi.

É primeira vez que entro aqui no Congresso Nacional em minha vida. Este momento é muito importante para nós na luta dos povos do Brasil, para a defesa dos seus direitos.

Só quero lembrar que o Brasil assinou também a Convenção 169, da OIT, Organização Internacional do Trabalho, que está garantindo que antes de tomar as decisões administrativas e legislativas, tanto do Governo Federal, Estadual, deve consultar as comunidades indígenas, porque as ações, os projetos, como projetos de leis, e outras coisas que o Estado pensa, decide...

Então, para isso, deve ouvir as comunidades indígenas. Não pode impor as coisas sem consultar, sem ouvir as comunidades indígenas. Então, os Estados do Brasil têm que relembrar isso, que é muito importante. Isso é a base de todas as políticas voltadas às comunidades indígenas.

Existe também um grupo de trabalho para fazer essa regulamentação. Então, eu gostaria que o Estado relembrasse isso também. Isso é a base de todas as políticas voltadas às comunidades indígenas, que pode afetar diretamente as terras e as comunidades indígenas.

Eu queira deixar para vocês lembrarem também que isso não pode ser esquecido. Nós temos que continuar falando isso junto com as comunidades indígenas, junto com o Estado. Isso deve ser diálogo permanente para sempre. Era só.



Muito obrigado e boa sorte pra nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) – Muito obrigado ao indígena do Amapá. Agora temos aqui uma índia bonita, da Bahia: Euclênia Tuxá, que vai cantar.

A Deputada Dalva Figueiredo também daqui a pouco vai cantar.

**A SRA. EUCLÊNIA TUXÁ** – Boa tarde a todos. Sou Euclênia Tuxá. Sou do povo Tuxá da Bahia, que já teve o território inundado. Toda a história do meu povo está embaixo d'água. O meu povo está todo espalhado pela Bahia e, se essa PEC não for extinta, quem será extinto é o meu povo, que ficou dividido em vários pequenos territórios, mas que não são suficientes para o meu povo. E se essa PEC não for extinta, quem será extinto é o meu povo.

Eu vou fazer uma oração tuxá também.

*(É entoada uma oração.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) – Muito obrigado, Euclênia Tuxá, da Bahia.

Vamos ouvir a saudação da Deputada Dalva Figueiredo, do PT/AP.

Logo depois virá Francisco Oro Waran, de Guajará-Mirim, Rondônia, fronteira com a Bolívia.

**A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO** – Boa tarde a todos. É com uma imensa satisfação que eu compartilho esta Mesa com todas as lideranças indígenas, com a minha companheira de Estado e de Parlamento, Deputada Janete Capiberibe, e com o Deputado Padre Ton.

Eu e Janete, sendo que a Janete bem há mais tempo, porque teve mandatos como Deputada Estadual e Vereadora, mas nós já atuamos muitas vezes juntas e somos parceiras nas lutas dos povos indígenas.

Eu, em particular, nasci no Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, no Estado do Amapá. Fui Vice-Governadora.

**(Não identificado)** – Somos parentes.

**A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO** – É. Somos parentes. Fui Vice-Governadora do Amapá, na época do Amapá, quando Capi, companheiro da Janete foi Governador, nesse período aprendi muito mais do que na minha vida de escola a conhecer os problemas, os desafios e o quanto é importante termos políticas públicas que incluam as reivindicações e os direitos dos povos indígenas.



Então, quero dizer que o nosso mandato, além de ser absolutamente comprometido, pela nossa história de vida, pela nossa atuação e pela nossa origem, é também comprometido pela consciência do quanto é importante garantirmos aos povos indígenas que tenham políticas públicas e que possam usufruir daquilo que historicamente adquiriram e que, de forma cidadã, tenham o direito de conviver e de ter acesso.

Portanto, todo o meu apoio e todo o meu envolvimento na luta de todos os povos indígenas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) – Muito obrigado Deputada Federal Dalva, do Estado Amapá, PT, que foi vice-governadora e é contra a PEC 215 e apoia a criação da Comissão Especial que irá analisar essa PEC. Ainda estamos esperando a decisão. Estão reunidos os líderes. E os índios só saem daqui se a PEC for enterrada. Não é? (*Manifestação no plenário.*)

Vamos intercalar uma fala. Temos a Mariana Macuxi e o grupo de dança macuxi. Se puderem dançar mais para frente para vocês aparecerem... Dá um espaço para elas. Vão lá para frente. Ali é mais bonito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Depois do canto vamos treinar um grito de guerra para animar a todos aqui dentro.

**A SRA. MARIANA MACUXI** - Boa tarde (*expressões indígenas.*) Eu estou dizendo, meu irmão, que eu sou da Raposa Serra do Sol, de Roraima, sou pajé de lá e vou apresentar. Nós pajés vamos tirar a maldição daqui de dentro para nós sair decidido, para voltar para a nossa comunidade, levando para o nosso povo que está lá em Roraima. Nós viemos de longe, para chegar até aqui, para dar apoio para o nosso povo. Então, por isso vou cantar a minha pajelança.

(*Canto indígena.*)

**A SRA. MARIZINA** – Como deixamos as nossas família, agora vou cantar um canto assim para nós... Não sei se eu vou conseguir cantar, porque a gente lembra e se emociona, um canto da luta. Como nós estamos aqui, deixamos as nossas famílias em casa, as nossas crianças, então, um canto também que fez parte da nossa luta.



*(Execução de música.)*

**A SRA. MARIANA MACUXI** - Então, esse canto foi da luta de 1988, quando a nossa comunidade foi massacrada, a Comunidade Santa Cruz.

Vamos fazer um grito de guerra para fortalecer a nossa luta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Vamos ficar de pé?

**A SRA. MARIANA MACUXI** - Eu vou dizer: a luta continua. Na minha esquerda, o pessoal vai dizer: unidos venceremos. Três vezes.

A luta continua!

*(Unidos venceremos!)*

**A SRA. MARIANA MACUXI** - A luta continua!

*(Unidos venceremos!)*

**A SRA. MARIANA MACUXI** - A luta continua!

*(Unidos venceremos!)*

**A SRA. MARIANA MACUXI** - *(saudação em língua indígena.)*

Obrigada.

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Muito obrigado aos índios macuxi e às índias macuxi do Estado de Roraima.

Tenho um comunicado: o povo Tuxá, da Bahia, denuncia a Companhia Hidroelétrica do São Francisco — CHESF, que abandonou os índios, alagou suas terras e estão morrendo de fome.

É uma denúncia dos índios Tuxá, da Bahia. É isso?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Os índios estão varrendo as ruas de Ibotirama — já passei por essa cidade — para poderem sobreviver, porque foram abandonados pela hidroelétrica. Foi construída uma usina hidrelétrica e abandonados pela hidroelétrica do São Francisco.

**O SR. CACIQUE VALTER** - Pedindo inscrição, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Ele está pedindo que os parentes não deixem fazer barragem em suas terras. Há a usina Belo Monte, em Rondônia há a usina hidrelétrica de Ribeirão, é a próxima, está construindo Madeira e Santo Antônio. Ribeirão é a próxima.



Quem quiser fazer suas denúncias pode falar em voz alta e denunciar.

Bem rápido, companheiro. Diga o nome e diga de onde você veio.

**O SR. CACIQUE VALTER PIRAMBA** - Eu sou o cacique Valter Piramba de Olivença, de Ilhéus da Bahia. Eu sou um dos caciques que ocupou o Hotel Fazenda da Lagoa, da revista *O Globo*.

Quero dizer que a gente foi para denunciar a dívida tributária desse grande empreendedor internacional, no Município de Iúna. A dívida e o interdito que tem do IBAMA e da Secretaria do Meio Ambiente do Município que também interditou o hotel. Está interditado há 3 meses. E não por reforma, como a mídia colocou.

Em nenhum momento houve depredação do que tem lá. Aliás, denunciemos também que as áreas de manguezais, que se encontram dentro do território indígena, vem sendo desmatado e derrubado, dizendo que causa invisibilidade para esses empreendimentos.

E a outra coisa é dizer que antes da minha saída, estiveram dois carros com pessoas fortemente armadas que fazem serviço de pistolagem para esse empreendedor. E ontem, novamente, esteve esse carro parado na frente da minha casa à minha procura e à procura das lideranças que estavam me acompanhando nesse movimento.

Então, eu quero pedir, Sr. Presidente, também que faça algo, porque já tem a denúncia feita na FUNAI, na própria Polícia Federal, na Comissão de Direitos Humanos, na Secretaria de Justiça da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Isso também pode ser encaminhado para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a Ministra Maria do Rosário. Antes de você voltar na sexta-feira, poderíamos ter uma audiência com a Ministra, para levar os nomes e as etnias daqueles indígenas que estão ameaçados, para que o Governo brasileiro seja responsabilizado e dê a segurança necessária, que vocês merecem e que a Constituição Federal, como está escrito aqui, assegura.

**O SR. VALTER PIRAMBA**- Está o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Agora, vamos ouvir o Francisco Oro Waram, que é de Guajará-Mirim, Rondônia, meu conterrâneo, do Estado que represento aqui. Vamos ouvi-lo com atenção. Peço para que fale no máximo por 3



minutos, porque a lista aqui está grande, companheiro. E ainda estamos esperando da Presidência da República o comunicado sobre a suspensão da criação da Comissão Especial da PEC 215.

A Presidência da Casa, e não da República. O cacique falava da portaria. A Portaria nº 303 foi a Dilma que escreveu e está suspensa. Aqui da Câmara dos Deputados é a emenda. Eles estão tentando emendar a Constituição. País sério não pode mudar a Constituição na calada da noite, não é? Porque a Constituição brasileira é muito nova. Ela é muito nova, e o Brasil desde a sua independência já teve umas 7 Constituições. E o Brasil tem que aprender: o que escreve tem que cumprir, não é?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Na cultura de vocês não é assim?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Vocês são tão sérios que nem é preciso escrever no livro. Vocês escrevem no livro da vida, não é?

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - E o homem branco é tão desconfiado que escreve no livro, que é a Constituição. Mas a Constituição não pode ser emendada na calada da noite. Só se muda no momento... E para mudar, tem que chamar o povo para poder discutir.

Por isso é que nós somos contra a PEC 215, por quê? Porque ela é inconstitucional. Por que ela é inconstitucional? Porque ela tira do Poder Executivo o dever de fazer. Ela quer mexer com uma cláusula pétrea. Pétrea vem de pedra. Na Constituição, há normas que são pétreas, que não podem ser mudadas. E o dever de fazer é do Executivo. E quando os Constituintes promulgaram a Carta Magna em 5 de outubro de 1988, eles garantiram que até 1993 todas as terras indígenas seriam demarcadas, e isso não foi cumprido. Por que querem mudar agora? Por que querem mudar agora? E a Constituição diz que os indígenas são imprescindíveis para a preservação do meio ambiente. E também o art. 231 da Constituição diz que qualquer mudança que for feita, qualquer exploração mineral que for feita, qualquer construção de usinas hidrelétricas que for feita, qualquer estrada que for feita,



qualquer linha de transmissão que for feita, passando pelas terras indígenas, os indígenas têm que ser consultados. Isso está escrito na Carta Magna. Por isso, essa Carta tem que ser respeitada.

*(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Aí, nós estamos aqui para denunciar a pauta negativa. Qual é a pauta negativa? A PEC 215. A pauta negativa é uma PEC que está nascendo aqui dentro desta sala que é a 237, que quer alugar as terras indígenas para os ruralistas. Ela é inconstitucional porque as terras indígenas são da União, são terras da União, são terras públicas da União, e os índios têm o direito sobre elas, o direito eterno sobre elas.

Também nós queremos relevar aqui a pauta positiva. Por que esconderam por 20 anos e não querem discutir o Estatuto dos Povos Indígenas, que está escondido, dentro das gavetas do Congresso Nacional, desde 1991? Por isso, nós estamos aqui para pressionar o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, o Senado, para pautar o Estatuto. Na Constituição há muita coisa para ser regulamentada que foi deixada pelo Constituinte.

É injusto querer decidir sobre os indígenas que são pouco mais de 800 mil brasileiros, antes eram 5 milhões ou mais, mas que foram dizimados. É injusto querer decidir sobre vocês, sem escutá-los, se vocês não têm dentro desta Casa, esta Casa branca, esta Casa burguesa, esta Casa preconceituosa, nenhum representante. Nesta estrutura política, na qual vivemos, nós nunca teremos um representante indígena porque, para a minoria indígena, não há espaço dentro desta Casa.

A pauta principal aqui hoje: só vamos sair quando vier da Mesa do Presidente o comunicado de que foi revogada a decisão dele de criar a Comissão Especial da PEC 215.

Passamos agora a fala para Francisco Uruarã, de Guajará-Mirim, Rondônia, para expressar o seu sentimento e a sua visão.

**O SR. FRANCISCO URUARÃ** - Boa tarde, mais uma vez, parentes. A nossa vinda aqui, Padre Ton, de Rondônia...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Só comunicando que a BR 364 está sendo fechada. *(Pausa.)* De Roraima?



**(Não identificado.)** - O Júlio vai falar daqui a pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Sim. Depois, você vai falar, não é? *(Pausa.)* Fala, Francisco.

**O SR. FRANCISCO URUARÃ** - A nossa vinda aqui, Deputado Padre Ton, é um objetivo só que nós reivindicamos: permanecer nas chácaras onde nós discutimos e chegar a um objetivo só, principalmente a questão das terras indígenas do Brasil. O segundo seria a revogação da Portaria 303.

Sim, Deputado Padre Ton, eu sei que você está relatando, mas cada fala da parente, a Prefeita, lá no Município dela... Fico muito feliz, né, os indígenas estarem ocupando os espaços, os Vereadores também. Esses Vereadores que ganham espaço, seja no municipal, no estadual, quero que os nossos parentes se aproximem mais na questão política, se somem junto. Não é só para ganhar o cargo do Poder Executivo, do Poder Legislativo e se afastar dos parentes. Vamos nos somar à nossa parentada para que nós possamos ter uma força a mais.

Outra coisa, Deputado: em Rondônia, em Santo Antônio, Jirau, está quase concluído o estudo, o trabalho. Então, as empresas estão saindo já. Há empreendimentos... há diagnósticos que não foram feitos ainda. Estão saindo lá. Outro projeto do Governo Federal seria o rio Ribeirão, em Rondônia, no Município de Ji-Paraná também, Tabajara.

O nosso objetivo, como eu tinha falado, é a revogação da portaria. Isso é a minha fala. Vou deixar minha fala aqui. Quero deixar uma frase aqui: Somos um povo, lutaremos por tudo.

*(Manifestação da plateia.)*

**A SRA. DALVA DO PT** - Vamos dar continuidade. Vou chamar, do Acre, Uaikiki.

É isso? *(Ininteligível.)*

**(Não identificado)** - *Huni Kuin.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Dalva Figueiredo) - Aprender, está certo.

Então, *(ininteligível)* Huni Kuin, com a palavra.

**O SR. HUNI KUIN** - Primeiramente, eu quero agradecer a Deus, criador de todo o nosso universo, de tudo o que nele existe; agradecer pela oportunidade que Ele nos concede de nós, povos indígenas, e o povo da sociedade, de a gente ter



este momento de entendimento, de diálogo, de olho a olho, de lado a lado, para discutir as nossas necessidades internas, de base, como liderança de base.

Pra nós, é gratificante estar aqui, compartilhando, porque é isto o que o povo indígena espera dos nossos representantes: as nossas discussões, os nossos projetos começarem dentro da nossa casa e chegarem aqui, nesta plenária, pra poderem ser aprovados. E não os projetos serem escritos aqui, irem para a nossa base, para nós só dizermos amém quanto ao que está indo, de qualquer forma.

O que a gente vê..., esse grande genocídio... Nossos irmãos, pregadores da palavra de Deus, filhos desta Casa aqui, para que deus eles estão pregando a palavra de exterminar os filhos do mesmo Pai, que são nossos irmãos? E dizendo que a PEC 215, a emenda parlamentar 237, não é...

A gente vem dizer não pra todo e qualquer decretos de lei que forem criados dentro desta Casa, que é nossa, porque têm de ter a participação do coletivo, como está aqui hoje, o Brasil inteiro, todos os representantes de todos os Estados.

Gostaria de perguntar aqui, neste momento: cadê os Deputados Federais do Estado do Acre, que nós ajudamos a eleger para virem defender nossos direitos aqui, nesta cadeira aqui, fazerem nossos projetos, consultando as bases?

E a uma coisa, lá no Estado do Acre. A gente vem dizer também não ao projeto Rede, ao capitalismo verde, que significa enriquecimento, acumulação de bens de poucas pessoas e a desgraça da maioria. É isso que nós não aceitamos. Porque nós estamos aqui... Não era pra nós fazermos mais isso, porque está garantido pela declaração universal, principalmente no art. 169, em que o Brasil só adaptou da declaração, que não é cumprido.

Vimos aqui determinados para resolver a nossa situação. Não foi para encaminhar outros novos projetos. Foi para decidir o que nós temos que decidir de melhoria para cada um de nós; que isso seja respeitado e que seja devolvido pra nós, nos nossos territórios, pra que nós tenhamos a segurança de que não sejam dizimadas as nossas fontes de água; que a nossa floresta não seja transformada em cinza, em fumaça, o que virá a prejudicar cada vez mais a nossa saúde. E não só a saúde dos povos indígenas, que estão aqui, brigando por isso, mas também das famílias de todos os que estão aqui: a Sra. Presidenta, os Senadores, os Deputados Federais, os Ministros.



Se a população indígena acabar, todos vão se acabar, porque vai acabar o espírito que está lá na floresta, que dá essa força para nós vivermos, dá força para a mãe-terra produzir para nós nos alimentarmos. Se nós acabarmos com a floresta, isso vai exterminar o povo indígena, e todos vão ser exterminados.

Então, o que a gente espera é isso. E a bancada de Deputados aqui da comissão de defesa dos direitos indígenas... A gente acredita, como disse a nossa irmã. Então, aqui a gente deixa essa mensagem. O que acontecer de ruim com os povos indígenas está acontecendo com a própria pessoa que está fazendo isso aqui. Então, nós temos que prestar atenção e fazer as coisas de forma correta, consultar quem realmente conhece a necessidade e as dificuldades daqueles que estão lá dentro da floresta, convivendo lá, fortalecendo cada vez mais a cultura. O que nós queremos é que a nossa cultura seja respeitada, os nossos cantos, os nossos mitos, essa coisa colorida que está aqui dentro hoje, que colore o nosso planeta, o nosso universo, a nossa visão, porque essa é a vida dos povos indígenas, que convivem na paz e na alegria.

E eu acredito que nós viemos aqui não para travar mais uma luta, como nós já passamos. Esse é o sexto momento que estamos passando, vamos dizer, de perseguições, de massacre, de uma forma diferente da que nós já passamos, através de balas de capangas, de crianças jogadas para cima e aparadas em ponta de punhal, e, hoje, através, vamos dizer, da teoria, coisa escrita no papel, que será discutida entre representantes que nós colocamos aqui sem consultar as verdadeiras lideranças, que estão protegendo a mãe natureza, e, vamos dizer, com fé no nosso Pai superior, nós estamos aqui para resolver e viemos para contribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Isso, companheiro. Vamos lá, vamos concluir.

**(Não identificado)** - Concluindo, digo mais uma vez que esperamos que sejam resolvidas as nossas reivindicações, porque, como já foi dito, só voltaremos às nossas casas quando levarmos resposta positiva.

Finalizando, vou deixar uma mensagem aqui, de reforço para o nosso trabalho, uma cantoria do meu povo, do povo Huni Kuin.

*(É entoada uma canção.)*



**(Não identificado)** - Só quero agradecer mais uma vez, dizendo ainda aos nossos Deputados que retirem as empresas de compensado (*ininteligível*), que estão sendo implantadas no nosso Estado, principalmente no entorno da área da terra indígena Huni Kuin (*ininteligível*), que é uma terra que não é demarcada. E a gente quer a solução da demarcação das nossas terras o mais rápido possível. Gratidão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado. Você é o... do Acre, né?

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Isso aí.

Onde está o Júlio Macuxi? Já pode se aproximar também a Gisa. Onde está a Gisa? Já pode vir para cá.

Júlio Macuxi, pode falar.

**O SR. JÚLIO MACUXI** - Boa tarde, parentes, boa tarde, Presidente.

*Aqui não tem moleza*

*pra nossa natureza.*

*Vivemos da beleza*

*da nossa natureza.*

*A luta continua,*

*e unidos venceremos.*

Essa é a carta dos estudantes indígenas da Raposa Serra do Sol, que escreveram aqui: Raposa Serra do Sol, de luto e luta. Presidente, eles, inclusive, já mandaram uma carta, no dia 11 de abril, para o Presidente do Supremo. Acho que esta Casa pode recorrer ao Supremo, incluir o nome dos alunos, estudantes indígenas, contra a PEC, se não for respeitada aqui, e contra todas as leis que estão contra os nossos direitos. Se aqui não resolver, nós temos que bater no Supremo. Mais do que isso, Presidente, eles estão decidindo hoje, os parentes e aqui viemos para ficar, para levar a boa notícia vou sair morto daqui. Isso já é decisão e eles hoje estão se mobilizando, (*manifestação na plateia*), os estudantes, 7 mil estudantes, eles estão se mobilizando e a partir de amanhã, vamos fechar a estrada. Dependendo da decisão do que está sendo discutido agora, o senhor pode até dizer isso lá, vai repercutir lá.



Nós estamos organizados, articulados e muito mais, nós estamos preparados inclusive para arcar com as nossas próprias consequências, mas os nossos direitos têm que ser respeitados. É assim que vai ser lá. (*Manifestação na plateia.*)

Se for uma decisão contrária aos nossos direitos do Presidente da Câmara, o parente branco dele lá vai sofrer a consequência dessa decisão que estão tomando lá. Queria que o senhor informasse isso, e a consequência já está nos limites, há mais de 500 anos sofremos, apanhamos, acho que todo mundo tem seus limites, esse limite esgota e a paciência chega ao fim.

Nós viemos 20 lideranças de Raposa Serra do Sol, Estado de Roraima, para decidir. Ontem, teve uma comissão de Deputados que não entendem nada de meio ambiente, que não entende nada de natureza, e muito menos dignidade de vida. Foi uma bancada ruralista para lá falar que tem que matar índio, tem que destruir terra para ganhar dinheiro. Esse é o debate que estão colocando lá. E eles, muito mais, dizem que a PEC 215 é o salvador da Pátria. Como é que vai salvar a Pátria? Vai matar o índio? Vai matar o índio, vai acabar com a terra para a gente ter muito dinheiro.

Esse é o tom da PEC 215. E apoiar essa PEC é acabar com mais de 200 línguas diferentes (*manifestação na plateia*), é acabar com o povo, é acabar com a vida, que não tem a relação vida-natureza não entende o que é isso. Então, esses Deputados que estão querendo a PEC estão absolutamente descredenciados a discutir o futuro de um povo que vem lutando. São os nossos estudantes indígenas que estão pedindo que coloquem para as autoridades que eles estão dispostos, estão dispostos a enfrentar a Polícia. Nós já enfrentamos a Federal, já enfrentamos o Exército, um parente quebrou um arco nas costas de um general do Exército. Se for necessário nós quebraremos 20, 100, 50, 200, contra mais quem for reprender os povos indígenas. Estamos prontos para isso, muito prontos. Esse é o recado.

E por outro lado, tem outros projetos de lei que afetam, lá tem uma proposta de uma elétrica no Rio Cotingo, que também está aqui na Câmara, nós queremos que seja enterrada esta proposta, porque nós estamos, Deputado, decididos a não aceitar, que isso custe o último sangue, não é o último índio não, é o último sangue de um índio de Roraima, mas nós estamos decididos a lutar com unhas e dentes.



Por fim, para finalizar, nós queremos que o Governo Federal acorde porque daqui a pouco nós vamos assumir, como foi dito no início aqui, a revolução, e a revolução vai começar por lá. Quem vai assinar os decretos somos nós, quem vai nomear o coronel da FUNAI somos nós.

Então, acho que está na hora de realmente tratar a situação dos povos indígenas com uma seriedade muito concreta.

Muito obrigado. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - O Deputado Sarney Filho veio da reunião e precisaria reunir a coordenação do CIMI, da PIB, o grupo coordenador, Marcos Apurinã, vocês saindo daqui podem se reunir num outro lugar para levar...

**(Não identificado)** - Para a Presidência da Comissão de Meio Ambiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Aqui em cima, podem seguir ele.

**(Não identificado)** - Podem me seguir agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Agora, porque tem que ser rápido para poder ir com uma contraproposta na reunião, se puder ir o grupo enquanto a gente continua aqui porque a gente não pode abrir a discussão agora, podem seguir a coordenação com ele para poder ir, porque eles estão reunidos e a reunião pode terminar, os Líderes e o povo continua.

Obrigado, Júlio Makaxi.

Vamos continuar, enquanto eles vão lá reunir os outros ficam aqui. Cuidado que lá não cabe muita gente, só a Coordenação, porque, senão, vai sair todo mundo daqui e, depois, vocês desocupam a sala.

Está OK.

Existe aqui dentro desta Casa uma onda... Eu estava atendo uns repórteres do Rio Grande do Sul, uma rádio do Rio do Grande do Sul, e eles pediram para falar com uma índia Macuxi, de Roraima.

Existe aqui uma proposta que parte dos ruralistas para criar a CPI da FUNAI. É uma forma de pressionar, de chantagear o Governo. Há uma outra proposta também de trazer aqui a Ministra da Casa Civil. Tudo para discutir questões indígenas. E houve a terceira proposta de criar a Comissão Especial para dar pressa à PEC 215.



O Governo precisa também abrir o diálogo conosco, porque há a pauta positiva.

Houve a entrega de terras aos índios Xavantes do Mato Grosso. Precisa-se apressar a criação de grupos de trabalho para demarcar as terras indígenas e devolver as terras aos Guaranis-Kaiowás. Nós temos que aproveitar enquanto estamos no Governo.

Portanto, a CPI da FUNAI é uma forma de paralisar todo o processo de demarcação de terras indígenas e atingir os povos indígenas. O principal intuito é atingir os povos indígenas e paralisar a demarcação de terras indígenas. Isso é importante para a gente poder perceber...

Agora, vamos chamar o Gilmar Veron Terena. Ele saiu ou está aqui? Saiu na Comissão...

O Deputado Chico Alencar estava na reunião. Existe um grupo que foi se reunir com lideranças lá em cima, na Comissão de Meio Ambiente, mas ele pode falar até o encaminhamento que se deu. Pelo encaminhamento que se deu, não é a proposta que o grupo aqui quer. Mas pode ser falado para o pessoal.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - É evidente. O Deputado Sarney Filho, Líder do PV, estava também na reunião.

O Presidente, de fato, como havia dito aqui, falou dos problemas da instalação dessa Comissão Especial, da PEC 215. Claro que só falou isso porque vocês estão mobilizados e presentes. Como disse o Deputado Padre Ton hoje cedo, nós só funcionamos como feijão bem cozinhado na panela, com muita pressão, com muito vapor. Vocês estão dando um vapor, um calor bonito aqui. Segundo o Presidente da Câmara, com a força do Brasil mais autêntico. Ele não disse isso? Ele propôs aos Líderes...

Eu imaginava sinceramente que até alguns que são convictos em relação aos seus interesses fossem reagir, mas sentiram a pressão.

Então, ele fez esse apelo e, até onde soubemos, ninguém vai indicar nomes dos seus partidos para essa Comissão de 20 membros.

A Comissão está lá instituída e só funciona efetivamente se houver os nomes indicados pelos partidos.



Pelo Regimento, também, se passar um determinado prazo — isso já aconteceu —, o Presidente teria poderes para ele próprio fazer a indicação em nome dos partidos, mas ele também... Mas está suposto que ele não o fará. Seria uma traição até ao que ele disse aqui. Então, é claro, o Deputado Sarney Filho está conversando com os Líderes sobre essas alternativas. Do ponto de vista dos Parlamentares, ainda que longe do que nós todos defendemos, que é derrotar essa PEC, fazer com que ela deixe de existir — mas ela está tramitando —, isso foi uma baita conquista hoje. Eu não imaginava. Achava até que eles iam reagir querendo indicar, mas estão ali, meio assustados com a presença do povo aqui na Câmara. Mas é evidente a decisão sobre os próximos passos. É exclusiva e soberana de todos vocês.

Mas não vamos também transformar vitória em derrota. É pequenininha, parcial, mas foi um fato novo. O Presidente cumpriu o que falou aqui. Apelou aos Líderes para ninguém indicar nenhum nome para esta Comissão e até este momento é isso o que vai acontecer. Não tem mais isso de dizer: *“Ah, eu pedi para criar a Comissão e vou retirar a assinatura.”* Isso não existe mais porque a Comissão, o Presidente, recebendo aquele apelo de Líderes na semana passada, assinado, já instituiu a Comissão. Então, não adianta mais retirar. Agora, o que todo partido tem de fazer — vocês têm de cobrar, marcar em cima — é de fato não indicar nenhum nome, deixar a Comissão vazia, ou seja, na prática inexistente.

Isso é uma pequena conquista em relação a milhares de outras que temos de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado Chico Alencar.

Segundo informação, só o PSD tinha indicado. Os outros partidos não tinham indicado. Por isso as lideranças do movimento se reuniram na Comissão de Meio Ambiente, para apresentar uma contraproposta. A proposta de vocês é permanecer aqui até que, em ato da Mesa, suspenda-se de vez a Comissão Especial.

Estando na reunião o Gilmar Terena, convidamos o pajé Pedro Luís dos Santos, que vai fazer um canto e expulsar as coisas ruins.

**O SR. DEPUTADO CHICO VIGILANTE** - Aqui na Câmara não há pajé que dê jeito. *(Riso.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - O Pastor Marco Feliciano disse que, às terças-feiras, quando entra aqui, encontra com o cão — só se for a sombra dele.

Pajé, espante esse cão. Faça com que a PEC 215, que é um produto de Lúcifer, do diabo, vá realmente para o arquivo.

**O SR. PEDRO LUÍS DOS SANTOS** - Eu sou o pajé de Pankará, Pernambuco, Município de *Carnaubeira da Penha, Pedro Luís dos Santos*.

*Esse é um ritual sagrado dos primeiros índios. Nós somos os segundos. Eu mesmo sou o segundo. Mas eu tenho a ciência e a cultura dos primeiros índios. Está é Santa Pastorinha.*

*(É executada uma canção indígena.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - É isso aí. Uma salva de palmas para o Pedro Luiz. *(Manifestação na plateia.)*

Enquanto eles estão reunidos lá... Não foi trazida ainda a resposta da Presidência da Câmara dos Deputados, vamos chamar aqui o Cícero Xukuru-Kariri.

O Cícero está aqui e foi à reunião com as lideranças?

*(Pausa.)*

Raimundo Nonato, Cacique do Maranhão.

Vamos ouvir a fala do Raimundo Nonato.

**O SR. RAIMUNDO NONATO** - Boa tarde, meu parente.

Desta vez eu queria colocar, neste momento especial para nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Espere só um pouco, Raimundo Nonato. Está chegando aqui o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que é de Santa Catarina. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO DÉCIO LIMA** - Boa tarde, Deputado Padre Ton, boa tarde a toda a comunidade indígena que se reúne hoje aqui. Eu apenas queria dizer para vocês que eu presido a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Hoje, Deputado Padre Ton, íamos realizar uma reunião ordinária que reúne 110 Deputados todas as terças e quartas-feiras neste recinto. E eu suspendi a reunião porque hoje a Casa é do índio brasileiro, que vem debater e estabelecer uma agenda.



No mais, Deputado Padre Ton, quero aqui expressar, em meu nome e em nome dos Deputados que compõem a Comissão — o Deputado Luiz Couto está aqui me acompanhando —, que nossa posição é muito clara: estamos do lado do índio, contra a possibilidade dessa emenda constitucional que quer usurpar uma conquista já estabelecida pelos índios brasileiros.

Estamos do lado de vocês. Sintam-se em casa aqui. Enquanto vocês estiverem aqui, digo, na qualidade de Presidente desta Comissão, que este recinto está sob as mãos de todos os senhores, de todas as senhoras, do índio brasileiro.

Parabéns e um grande abraço.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. MARCOS XUCURU** - Sou Marcos Xucuru, da região de Pernambuco, Nordeste.

Nós temos a informação de que tem uma PEC tramitando aqui, acho que é a 237, que trata da questão de arrendamento de terras. Então, nós pedimos também que essa PEC seja arquivada, porque nós não admitimos que as nossas terras sejam arrendadas de forma nenhuma, porque temos o entendimento de que é inconstitucional. A própria Constituição nos garante isso. Como é que esta Casa abre um precedente como este para a questão de arrendamento das nossas terras? Nós não permitimos isso. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO DÉCIO LIMA** - Muito obrigado.

Eu queria apenas registrar minhas desculpas — também aqui estou ladeado pela Deputada Janete Capiberibe, membro desta Comissão. Todos nós, a grande maioria, Cacique, fará uma verdadeira trincheira em todas as matérias que possam alcançar qualquer prejuízo aos índios brasileiros.

**(Não identificado)** - Qual é o nome do Deputado?

**O SR. DEPUTADO DÉCIO LIMA** - O meu nome é Décio Lima, Deputado de Santa Catarina.

Tem alguém de Santa Catarina aqui? Ah, estão aqui! Vocês são de onde? *José Boatê? Lá do oeste? Chapecó? Eu fui Prefeito de Blumenau, próximo dos índios Xokleng e Guarani. Você é Xokleng ou Guarani?*

**(Não identificado)** - Xokleng.



**O SR. DEPUTADO DÉCIO LIMA** - Então, pode ter certeza, Cacique — estamos aqui irmanados — de que em relação não só a essa emenda constitucional, mas também a todas aquelas que queiram alcançar qualquer prejuízo aos índios brasileiros, de que vamos estar entrincheirados.

Sou um daqueles que se soma aos Deputados Padre Ton, Janete Capiberibe, Luiz Couto. Vocês podem ter certeza de que nós temos lado. A política tem lados. Tem aqueles que são do outro lado, mas nós podemos ter a certeza de que a grande maioria vai estar com os índios brasileiros.

Pode ficar tranquilo. Tanto essa como qualquer outra matéria que afete a vida dos índios não terá possibilidade de aprovação nesta Comissão.

Uma boa reunião! Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Aqui está o Padre Luís Couto. Nós somos quatro padres aqui. Gente, não é fácil. Nós precisamos da presença constante de vocês. Porque vocês sabem que uns nascem para ser padre, outros para padecer. Às vezes, aqui estamos padecendo. Por isso é importante a presença do povo.

O Padre Luiz Couto é da Paraíba. Quem é da Paraíba aqui? Há lideranças da Paraíba? (*Pausa.*) O Padre Luiz Couto foi uma trincheira no ano passado na CCJ. Éramos poucos para poder vencer a força ruralista que aprovou a admissibilidade da PEC 215 na CCJ.

Vamos ouvir a saudação do Padre Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** – Boa tarde, companheiros e companheiras. Primeiro, a nossa luta é para que, efetivamente, essa PEC, que deveria não ter sido aprovada aqui, mas, infelizmente, os ruralistas se juntaram a outras forças políticas e conseguiram ter maioria... Nós, enquanto conseguimos, fizemos obstrução para ela não ser votada aqui, mas infelizmente, no final, houve a aprovação. Na presidência do Deputado Marco Maia não foi constituída a Comissão Especial. Agora, num acordo feito para a eleição do atual Presidente, seria instalada essa Comissão Especial. Nós queremos que ela não seja instalada. O PT já definiu que não vai fazer a indicação dos membros para essa Comissão Especial, e vamos derrotá-la, para que efetivamente ela não venha a tirar um direito histórico dos índios neste País com relação às terras indígenas.



Vocês sabem que dentro de uma das PECs que foi aprovada tem um dispositivo que diz que mesmo aquelas terras que já foram reconhecidas... O Congresso Nacional deverá fazer uma revisão. Ou seja, estão querendo mesmo acabar com a terra dos índios, com a terra dos quilombolas e com as áreas de preservação ambiental. A nossa luta é para que essa PEC 215 vá para o cemitério e para que ela não possa continuar. Vamos enterrá-la em seu lugar. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) – Muito obrigado, Deputado Federal pela Paraíba, Luiz Couto, que permanece aqui na CCJ. Ele continua como membro, junto com a Deputada Janete Capiberibe, da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Vamos continuar com Cícero Xucuru, Cariri.

Pois não, você é o Raimundo Nonato, Canela.

**O SR. RAIMUNDO NONATO** – Bom, meus companheiros de luta, como temos propostas boas! Todos os Deputados estão repassando aqui, colocando coisas para nós, mas a conversa, para mim, é nada. Nós queremos documentos. *(Manifestação na plateia.)* Que todos os Deputados que cheguem por aqui assinem para nos garantir, porque essa conversa é nada. Como ele mesmo fala assim: que a nossa voz é nada para eles, e o que consta no papel é o que vale.

Então, eu quero que os Deputados pensem direitinho, porque a 500 anos atrás eram muitos índios, cerca de não sei quantos milhões, mas até hoje os cupins atacaram muito. Agora começaram os índios a crescer no Brasil inteiro. Por que estão criando essa lei, querendo acabar com toda a raça, no Brasil, dos índios? Nós que somos índios não aceitamos.

Eu queria que daqui para de noite essa PEC... Nós vamos enterrar, porque os Deputados vão votar para nós. *(Manifestação na plateia.)*

Então, é isso, meus parentes. Não é só a área de vocês que tem problemas. Na minha área, no Maranhão, no Município de Fernando Falcão, os fazendeiros, forasteiros, madeireiros estão querendo invadir a nossa comunidade. Mas, como quê! Eu não sou cacique mas eu ajudo o cacique dentro do respeito, dentro da ética. Minha luta não é de revólver, mas minha luta é voz, porque, tendo voz, nós temos direito para levar nosso Brasil.



Então, meu companheiros, minhas palavras, eu vou finalizar por aqui mesmo, porque muitas pessoas estão querendo falar, também colocar seu problema, porque é problema em cima de problema. Porque esse é o problema. Porque é fazendeiro querendo acabar, a Roseana querendo acabar com o Brasil inteiro. Onde mora um pedacinho de lar indígena querem acabar. Mas eu creio que Deus nos vai fortalecer nessa noite, nós vamos levar nossa bandeira para as nossas aldeias também, parentes.

Muito obrigado.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) – Obrigado, Raimundo Nonato, que é Canela, do Maranhão.

Aqui do Sul estão presentes as etnias Caingangues, Uruará, Charrua, Guarani e Xokleng.

Terminou a reunião das lideranças e voltaram para a Presidência, para ver se trazem a resposta da Presidência. Porque, se não revogar, o índio vai ficar.

*(Manifestação na plateia.)*

Eu vou falar e vocês repetem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Se não revogar,...

**PLATEIA** - ... o índio vai ficar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Se não revogar,...

**PLATEIA** - ... o índio vai ficar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Se não revogar,...

**PLATEIA** - ... o índio vai ficar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Se não revogar,...

**PLATEIA** - ... o índio vai ficar.

**(Não identificado)** - Suspensão, não; arquivamento, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Suspensão, não;

**PLATEIA** - arquivamento, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Suspensão, não;

**PLATEIA** - arquivamento, sim.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Agora vai falar o Genival Aporinã, de Boca do Acre. E já pode se preparar o João da Silva, que é Terena. Se estiver por aí perto do microfone, já fique aí.

Genival Aporinã, de Boca do Acre.

**O SR. GENIVAL APURINÃ** - (*Intervenção ininteligível.*) Boa tarde a todos e a todas. Vou ser bem objetivo na minha voz aqui perante todos, porque é uma luta idêntica a todas que até agora que nós estamos percebendo. É o “não” para essa lei e o “sim” para a nossa vitória.

Eu sou da região de Boca do Acre, Amazonas, que fica próxima à fronteira do Acre.

Então, as reivindicações que eu venho trazendo, além dos conflitos entre os fazendeiros e ribeirinhos, inclusive, os próprios agricultores, pelo fato de que, até hoje, há mais de 50 anos, não se fala mais em demarcação de terras e, principalmente, em homologação. Então, enquanto as demais instituições que vem fazer a regulação fundiária em terras que, mesmo que não estejam demarcadas, mas é uma área tradicional ocupada por nós, indígenas, da localidade e desrespeitando o nosso direito que, na verdade, é constitucional.

O INCRA, o ITEA, o próprio STU estão desrespeitando e demarcando as áreas sabendo que ali tem o nosso cemitério, os nossos antepassados, tem uma luta, uma tradição longo dos anos. E se não for a terra demarcada hoje, hoje mesmo... Como as pessoas falam, o Amazonas é o pulmão do mundo, se não tiver a regulamentação fundiária, como a gente vai poder preservar a nossa floresta? Inclusive, os filhos deles próprios querem fazer a demarcação das reservas. Ainda mais a (*ininteligível*) que está vindo aí, querendo que a gente respire pagando o que é da gente, certo?

Estou feliz, gente. Nós estamos aqui unificando essa luta. Eu já me sinto vitorioso, só em saber que nós estamos aqui unidos. Toda vez que acontecer isso e nós tivermos dado as mãos como estamos fazendo agora não, vai ter lei ou outras pessoas para contrariar o que é de direito nosso.

Obrigado. É isso.

(*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado.



Se o Presidente não revogar...

(Manifestação do Plenário): O índio vai ficar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Se o Presidente não revogar...

(Manifestação do Plenário): O índio vai ficar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Se o Presidente não revogar...

(Manifestação do Plenário): O índio vai ficar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Isso.

Obrigado.

Genival Apurinã.

João da Silva Terena, que já está aqui.

**O SR. JOÃO DA SILVA TERENA** - Boa tarde a todos os parentes. Eu sou João da Silva, sou Terena. Deputado, nós viemos aqui na mesma situação, todos estamos para impedir essa PEC. E espero que a gente saia daqui com resultado bom, que a gente leve para a nossa comunidade um resultado muito positivo. Espero muito em Deus, Deus é maior do que tudo. Então, com a nossa força e a força de Deus, venceremos. Não tem nada que nos segure. Segurando na mão de Deus não tem nada que segure. Vamos levar uma boa resposta para nossa comunidade.

Meu muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Muito obrigado, João da Silva Terena.

Agora, Sônia Guajajara vai explicar para vocês o que aconteceu na reunião. Eles já acabaram a reunião e voltaram para a Presidência da Câmara. Enquanto isso, já se prepara para vir para cá Elpídio Pires, Guarani Kaiowá, de Mato Grosso do Sul.

**A SRA. SÔNIA GUAJAJARA** - Bom, gente, a coordenação geral da mobilização, todo esse grupo que está aqui e mais alguns, a gente se reuniu agora com o Deputado Sarney Filho, o Zequinha. O que ele trouxe de informação é que os partidos prometeram não indicar os membros para a Comissão, mas não estabeleceu prazo, em resumo, para isso. O que nós lá, juntos, decidimos é que a gente não vai concordar, que, independentemente de prazo, o que a gente pede é a revogação, é o arquivamento da PEC. E aí convidamos. Ele voltou lá para dizer a



todos os Líderes de partidos venham aqui, neste plenário, conversar com todos nós. E que, ele chegando aqui, não anuncie esse arquivamento vamos permanecer aqui, conforme já foi decidido na plenária.

A decisão é essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, companheira.

Gostaria que o Elpídio esperasse um pouco. Chegou o Deputado Federal João Paulo Lima, Prefeito duas vezes da cidade de Recife. Quem é de Pernambuco? Por favor, levante... *(Manifestação no plenário)* Muita gente de Pernambuco. O Deputado é do Partido dos Trabalhadores, é companheiro pela causa indígena e também contra a PEC 215.

Vamos passar a palavra para que o Deputado João Paulo Lima faça uma saudação aos companheiros.

Os índios só vão sair daqui depois que o Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, que já esteve aqui hoje, faça um comunicado do arquivamento da Comissão Especial que vai analisar a PEC 215.

Se a PEC não parar...

*(Manifestação do Plenário):* O índio vai ficar.

do Partido dos Trabalhadores - Parece que vocês não comeram.

*(Manifestação do Plenário):* O índio vai ficar.

do Partido dos Trabalhadores - E índio está acostumado. Até no chão a gente dorme.

**O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA** - Quero dar meu boa tarde a todos os companheiros e companheiras, falar da minha alegria de estar aqui com vocês e ver, acima de tudo, a essência da alma do povo brasileiro. Digo isso, Presidente, Deputado Padre Ton, ao tempo em que o parabenizo pelo empenho e dedicação. Quando fui Deputado Estadual fui Presidente também da Comissão de Direitos Humanos e participei de muitas lutas com o Cacique Chicão, que foi assassinado. Quero dizer a vocês: na realidade, se existe um povo neste Brasil que essencialmente... Mesmo considerando todos os avanços do Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma, nós sabemos quanto os povos indígenas no nosso Brasil vêm sofrendo ao longo da história — os verdadeiros donos do nosso Brasil. Quero me colocar à disposição de vocês e dizer que acho muito importante



essa luta. Ela faz parte de um processo da democracia. Hoje nós teríamos uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça aqui neste plenário, mas os nossos indígenas mostraram sua garra, sua determinação, eu diria, com a ocupação deste espaço aqui. Quero me colocar inteiramente à disposição e dizer que estou com vocês, tanto do ponto de vista do nosso partido... O nosso companheiro Padre Ton é membro da Comissão. Eu passei algumas vezes por ali e o vi aqui sentado. Quero dizer que nós vamos estar com vocês. Acho que a decisão de vocês foi acertada. Acredito que, com essa posição, vocês vão sair daqui com uma grande vitória, que vai ser, sem sombra de dúvidas, o arquivamento da criação dessa Comissão que iria analisar... Via de regra, essa Comissão não era nem para ser proposta aqui nesta Casa. Então, estamos com vocês, firmes na luta, até a vitória. *(Palmas e chocalhos.)*

**(Não identificado)** - Muito obrigado, Deputado João Paulo Lima. Vamos precisar do apoio de toda a bancada de Pernambuco — não somente do Deputado. Já passou aqui o Deputado Fernando Ferro e, agora, o Deputado João Paulo Lima.

O Deputado Sarney Filho chegou. Ele vai explicar para vocês a posição da Mesa, que não é a dele, pra ver se a assembleia acata ou se a assembleia não acata.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Bem, meus amigos, boa tarde mais uma vez. Eu já tive aquelas reunião prévias. Desde de manhã que estou vindo aqui. É a quarta vez que estou vindo aqui.

Estive na reunião de Líderes. Na reunião de Líderes, o Presidente da Casa falou que tinha vindo aqui, colocou a questão para os Líderes, para não mandarem as assinaturas. A maioria dos Líderes concordou em não mandar assinatura. O único partido que já tinha mandado foi o PSD. E o Líder disse que não, que mandou, mas não fazia questão.

Eu vim aqui e trouxe essa notícia para as lideranças. As lideranças ponderaram aqui para mim que essa proposta não era aceitável porque podia desmobilizar o pessoal. O pessoal ia embora. E semana que vem eles podiam voltar à mesma carga. Não aceitaram. Queriam que tivesse a revogação do ato de criação da Comissão. Eu voltei lá com essa proposta da nossa direção. Ele chamou o Consultor Jurídico da Mesa, Dr. Mozart, perguntou sobre a possibilidade legal de arquivar. O Consultor Jurídico da Mesa disse que não podia arquivar, porque já tinha



instalado. Eu voltei à carga. Eu disse: *“Como nós vamos fazer agora? Não pode arquivar.”* O pessoal, com toda razão, não confia nas palavras, porque o que se tem feito aqui nos últimos meses é justamente uma legislação que é um retrocesso tanto ambiental, quanto social. E ele fez uma última proposta, que é esta que estou trazendo.

Quero esclarecer, como já disse aqui para o Padre Ton e para as Lideranças ali, que meu papel é o de tentar encontrar o caminho, que o meu lado é o lado de vocês, porque amanhã ficarão culpando o mensageiro e não a mensagem. Então, quero logo esclarecer que o meu lado é o lado de vocês.

Então, a última proposta dele que eu trouxe aqui, já participei aqui com algumas Lideranças que estiveram na reunião lá em cima, é que ele se comprometia em até 45 dias, ou seja, até o fim do mês que vem de não tomar nenhuma providência, não instalar a Comissão e não tomar nada. Esse foi o único compromisso que ele assumiu. Segundo ele, nesse espaço de tempo abriria a possibilidade de conversações e negociações.

Então, conforme eu tinha dito lá em cima, eu trago para avaliação de vocês e é lógico que aquilo que for decidido é aquilo que nós vamos assumir. Eu peço a vocês que conversem bastante, saibam dos prós e dos contras. Padre Ton também tem uma experiência. Era importante que outros Deputados que estiveram de manhã aqui participassem também de uma conversação. Mas, vamos com calma, vamos ver o que vai ser decidido.

Eram essas as notícias que tenho a dizer a vocês. De qualquer forma, quero dizer que valeu, e valeu muito, a vinda de vocês aqui. Se essa vinda de vocês não tivesse ocorrido era capaz de nessa semana ou na semana que vem já estarem colocando essa PEC em votação, esse retrocesso na legislação ambiental.

Espero e vamos ver o que vai se fazer. Nós também vamos reunir nossa bancada de Deputados Federais e simpatizantes da causa e também vamos nos associar para encontrarmos o que podemos fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado.

As Lideranças vão falar. Vamos concentrar aqui. O Neguinho...

**O SR. NEGUINHO TRUCÁ** - Deputado Sarney, a gente agradece o empenho de V.Exa. relacionado ao caso. Agora, a nossa postura é a mesma. Primeiro, o



Presidente... além do ato de revogação, que não é inconstitucional, é uma medida entre as suas atribuições, cabe a ele instalar ou não. Então, dizer que pelo fato de ela ter sido criada não pode ser arquivada isso é uma conversa furada por parte da Presidência.

Agora, a nossa postura é a mesma. O compromisso por parte da Presidência ao nosso entender é só de ganhar tempo. Em 45 dias não tem como a gente juntar todos os povos que aqui estão para novamente virem aqui em Brasília. Cada um aqui, para os senhores terem ideia e Padre Ton que acompanha de perto o movimento indígena sabe, está aqui bancando do nosso próprio bolso. Então, uma vinda nossa aqui em 45 dias é impossível! De forma que esse compromisso não nos assegura nada. Apenas nos dá uma tranquilidade de 45 dias, e quando acabar? Nós não vamos ter como voltar aqui.

Queremos mais compromisso. Já tivemos gestões que de início começaram a pressionar para que a PEC 215 fosse para votação, passasse na CCJ e o Presidente da Casa, à época, se manteve firme e não aceitou sequer que ela passasse pela CCJ. Então, é um compromisso muito pequeno que nos dará tranquilidade somente durante 45 dias.

Gostaríamos que o plenário se manifestasse, inclusive para não dizer que é uma decisão das Lideranças que aqui estão, Dailton.

**O SR. GUARANI** - Eu gostaria de dizer que essa informação, para mim, foi uma das piores desde quando começou esse trabalho aqui. Essa foi uma das piores porque a Liderança dos partidos se negou a indicar assinaturas de membros para criação dessa liderança dos outros partidos que já tinham encaminhado ao Presidente da Câmara autorizou a retirada desse encaminhamento que fizeram ao Presidente da Câmara. Aí, agora, ficou questionando a permanência só o Consultor Jurídico. Então, o Consultor Jurídico tem poder de revogar o julgamento das terras da Raposa Serra do Sol? O Consultor Jurídico tem poder de revogar o julgamento de 2 de maio da Terra dos Pataxós (?) no sul da Bahia, porque a PEC 215 é isso que está dizendo? Tanto está extinguindo os direitos assegurados da Constituição Federal porque deixaram de ser cumpridas as demarcações com 5 anos de prazo até 1993 para serem demarcadas e legalizadas todas as áreas indígenas, que isso não se cumpriu, que já está com 25 anos de atraso para o cumprimento e, a partir



do momento em que essa PEC realmente entrar em vigor, então, tudo que o Supremo fez acabará. Estão se abrindo as portas da casa dos outros para entrada do inimigo. Chegamos de manhã aqui, batendo na porta da nossa própria casa, porque aqui é a casa do povo, esperamos uma autorização para entrada dentro desta Casa e hoje um Deputado inventa e criação de lei junto ao Executivo, à Presidenta da República, para abrir as portas da nossa casa e temos que aceitar? Nós não estamos aqui para aceitar suspensão da PEC 215 não. Nós viemos aqui para extinguir, para anular, para cancelar, para acabar. Viemos aqui para isso. Não viemos aqui para ouvir adiamento, suspensão não. Ela não serve para nós. Não tem negociação. Não tem porta aberta, diálogo aberto para conversa não. Nós viemos aqui para arquivar, para ela deixar de existir, porque ela não serve para nós e nós não a queremos. É para isso que viemos aqui. Não viemos aqui para estar vendo isso não.

Então, estamos aqui para dizer não à PEC 215, para dizer não à PEC 038, para dizer não à Portaria 303 e para dizer não a esses Deputados irresponsáveis que não respeitam a própria escrita que eles fizeram da Carta Magna, que é a Constituição Federal. *(Palmas.)*

**(Não identificado)** - Vamos para o salão verde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Foi bem explicada pelo Deputado Zequinha a decisão da Mesa que a consulta a assessor jurídico não tem nada a ver com a questão da Raposa Serra do Sol. Agora, a proposta deles é realmente provisória, pelo o que o grupo aqui aprova, aí eu passo até a condução para as lideranças, para que elas possam conduzir porque, pelo encaminhamento da fala do senhor, e pelo aplauso da maioria da assembleia, é permanecer e só sair com a revogação da criação do ato que criou a comissão especial da PEC 215.

**(Não identificado)** - Parentes, quem define é a plenária. A gente vai ou fica?

**(Não identificado)** - Fica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Só isso obrigado.

**(Não identificado)** - Se não revogar...

**(Não identificado)** - A gente fica.

**(Não identificado)** - Diga ao povo que avance.

**(Não identificado)** - Avance.



**(Não identificado)** - Diga ao povo que avance.

**(Não identificado)** - Avance.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Aí, a coordenação vai ter que se reunir a coordenação para poder mandar o recado à Mesa, mandar o recado ao Presidente, porque a decisão da Assembleia é permanecer até o Presidente fazer o ato de revogação da criação da Comissão Especial. Aí, a gente continua.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Estão presentes aqui 22 povos do Estado da Bahia: os Tupinambás, os Pataxós, os Pataxós hã-hã-hães, os Tuxá, os Truká, os Pancararés, os Kantaruré, os Kiriris, os Caimbés, os Tumbalalá — rapaz, o negócio é baiano mesmo —, os Xucurus-Kariris, os Capinauás, os Xacriabás, os Pankarús, os Tapuias, os Potiguaras, os Atikum, os Fulniôs, os Pankararus e Tuxis. Vinte e dois povos da Bahia.

Enquanto eles conversam aqui, eu vou chamar a Dejanira Atikum. Oh, espere aí, é o Elpídio. Sente-se aqui, Elpídio. Coitado, deu tudo... Pode bater ali, Elpídio Pires, que é guarani do Mato Grosso do Sul (terra do bife).

**O SR. ELPÍDIO PIRES** - É sobre isso que eu gostaria de falar. Sou de Mato Grosso do Sul, guarani andeva, moro bem na fronteira com o Paraguai.

Vocês estão sabendo que Mato Grosso do Sul é o pior Estado. Nós temos o Governador contra nós. Então, está morrendo o meu povo lá. Não tem punição, não tem nada. Tem pessoa morando na beira da estrada. Por isso, viemos aqui contra essa lei que foi feita pelo branco, não pelo índio! *(Palmas.)*

E essa decisão indígena tem que ser respeitada, porque somos donos da terra desde 1500 até hoje e permanecemos e permaneceremos unidos para vencer parentes hoje. Nós temos dois Deputados Federais do PT do nosso Estado e um Senador, que é o Senador Delcídio. Nós demos os votos, confiamos neles, confiamos na Dilma e, por isso, nós temos que aguardar. Nós temos esperança de que ela revogue, apague essa lei, porque não fui eu quem a fez. *(Palmas.)*

Nós somos muito massacrados parentes, desde a chegada do branco. Dizem que os guaranis são muito pacíficos. Pacíficos têm tempo. Tem hora que acaba esse pacífico. Os guaranis enfrentavam muitos brancos, enfrentaram muito o Exército há 500 anos. E me orgulho de você, parente, tupinambá e outras raças aqui *(Palmas.)*.



Será que desta vez ainda vamos abaixar a cabeça para eles? Não. Por isso, agradeço aqui ao Deputado. Eu sempre venho aqui, eu gosto muito dele.

Deputado Dutra, gostei muito. Confiamos e esperamos ansiosamente ainda essa decisão. Essa lei tem que ser acabada, porque desde hoje está acabando com a minha tribo, com a nossa raça, com o Brasil, que é nosso. Nós não vendemos ao branco, um dia atrás a nossa terra, ele tem que devolver de novo para nós. *(Manifestações nas galerias.)*

Nós temos nossa lei só na palavra, nós não temos no livro, no documento, nós não temos. Não fomos nós que criamos lei. Essa lei nossa, Deputado, 513 Deputados têm que ouvir.

Vou falar também, vou entrar na questão do evangélico. Tem muito, nas aldeias, evangélico, irmãozinho dos pastores que estão aqui. *(Manifestações nas galerias.)*

Ele tem que entender isso aí. Não indo nas aldeias atrás do dinheiro para alugar o índio. Tem que ser o irmão verdadeiro dos índios, e não o contrário dele.

Meu muito obrigado. Que Deus abençoe todos nós! *(Manifestações nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Padre Ton) - Muito obrigado, Eupídio Pires.

Eupídio Pires, tem algum encaminhamento? Ainda não, né? Algum encaminhamento?

Vamos chamar aqui a Dejanira, Atikum. Ela é da Bahia. Dejanira, já vem para sentar aqui, ou se tiver aí, vai falar daí.

Os povos indígenas do Estado do Acre. Tem os índios Apolima Arara, Nukuini Nawa, Yawanáwa, Jaminawa, Ashaninka, Shanenawa e **Madiha**. Uma salva de palmas para os indígenas do Acre, de tão longe, que vieram aqui. *(Manifestações nas galerias.)*

Isso... aí... daqui... se não revogar... *(Manifestações nas galerias.)* Se não revogar... *(Manifestações nas galerias.)* Isso aí. Os banheiros estão do lado aqui, tem água, só está faltando trazer café.

Dejanira, está onde? Isso, Dejanira, toma aqui o microfone e se apresenta. É da Bahia, ela é Atikum. Fala mesmo como mulher mesmo.

**A SRA. DEJANIRA** - Boa tarde, meus parentes e minhas parentes!



Estamos aqui para dar uma continuidade nesta porcaria que está acontecendo com o nosso povo. Isso não é uma coisa bonita, isso é uma porcaria que está acontecendo com a gente, querendo determinar o nosso povo.

Então, vamos, gente! Vamos lutar! Vamos nos unir e arrebentar! Nós vamos tirar essa porcaria. Mesmo que eles não queiram, mas nós vamos permanecer aqui, para a gente arrebentar com ela. Nós só saímos quando ela acabar. Enquanto ela existir, nós não saímos daqui. E nós viemos do Pernambuco, nós viemos para arrebentar.

Então, é isso que nós vamos fazer. E nós vamos continuar, porque a nossa luta continua, ela não vai parar. Nós somos do Pernambuco e nós não viemos para ficar, nós só viemos para arrebentar.

Então, é isso que estou querendo: que nós “fique” aqui para nós “terminar” com essa ONG, com essa porcaria que quer nos acabar.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - O som precisa aumentar. Está cortando o som. Tem um grupo aqui.

Agora quem vai falar é o Juarez, Rikbaktsa. Cadê o Juarez? O Juarez está por aí? Isso, Juarez, você senta ali.

**O SR. JUAREZ** - Parentes, nós temos 5 oradores inscritos. Qual é a nossa proposta? Ouvir os 5 que ainda estão inscritos, não abrir novas inscrições e voltar ao ritual.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Isso.

**O SR. JUAREZ** - Combinado? (*Manifestações nas galerias.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - É isso aí, e eu também preciso registrar presença, pois deve começar a Ordem do Dia, as votações. E se a decisão do grupo é permanecer, a gente tem que fazer rituais, outras dinâmicas, tá?

Tem esses cinco inscritos que vão falar, e aí a gente parte para o ritual até esperar uma decisão da Mesa.

Juarez.

**O SR. JUAREZ** - Primeiramente, boa tarde a todos, aos parentes que estão presentes aqui na plenária. Eu quero dizer que Mato Grosso está com a questão



desta Portaria nº 215, estamos contra essa portaria, essa PEC, porque isso aí está ofendendo muito as comunidades indígenas do Brasil todo.

Eu quero dizer que, para os lados de Mato Grosso, a questão é muito forte contra a questão mineradora, a questão das madeireiras, e grandes plantios de soja e a questão dos rios que hoje estão secando, não é mais como era antes.

Eu quero dizer que nós vamos permanecer aqui enquanto não se revogar essa portaria.

É isso que eu quero dizer. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Muito obrigado, Juarez. *(Ininteligível.)*

Agora, vamos à Luciula Nauá, do Acre.

**A SRA. LUCIULA NAUÁ** - Boa tarde a todos e a todas. Sou Luciula, do Município de Mâncio Lima, do Estado do Acre. Eu sei que nós estamos aqui por uma causa única, mas todos os que estamos aqui sentimos uma dor. Essa dor a gente quer divulgar para todos vocês que estão aqui, para saberem das dificuldades de cada um que está aqui representando cada povo.

O objetivo é único, como estamos falando. A dor de todos é a mesma. Eu estou aqui, parentes, para dizer a vocês que nós, do povo nauá, não temos terra demarcada. A nossa terra foi embargada pela Justiça, está na Justiça, e a gente é muito discriminada pelo ICMBio, por não termos a nossa terra demarcada. Hoje, o povo nauá está passando dificuldades porque o ICMBio multa a gente só em fazer o local dos terreiros em 260 mil. Então, eu acho um absurdo o que acontece com o povo nauá.

Eu quero dizer a vocês, meus Parlamentares, que vocês olhem, que vocês também já sabem a causa do povo nauá. Nós estamos muito massacrados, somos discriminados por não termos a demarcação da nossa terra indígena. Eu fico muito triste com essas propostas, mas eu quero dizer a todos vocês que o povo nauá está junto.

Nós viemos até aqui e nós queremos levar uma resposta, mas essa resposta que foi dada para nós, eu quero dizer a vocês, meus parentes, que, se eles não resolverem hoje, nós passaremos 45 dias aqui acampados, porque nós viemos preparados.



Meu obrigado. (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Luciula. Nós também agradecemos à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB; às outras entidades regionais — podem trazer, se houver, os nomes das entidades regionais —; ao Conselho Indigenista Missionário — CIMI; ao Instituto Socioambiental — ISA; ao Instituto de Estudos Socioeconômicos — INESC; à Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos; à Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas; e à Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente.

De Mato Grosso do Sul, nós temos os seguintes povos: os guaranis-kaiowás, os terenas, os kadiwéus e os kinikinawas. A delegação de Mato Grosso do Sul é formada por 112 pessoas. Está escrito aqui aldeia Truká-Tupã, de Paulo Afonso. Está por aqui? (*Pausa.*) Quem é? (*Pausa.*) Fale ao microfone.

**(Não identificado)** - Boa tarde, meus parentes e minhas parentes. Boa tarde a todos os que estão aqui nos ouvindo, nessa luta de união, nós, da aldeia truká tupã ainda falta resolver nossas terras. Estamos esperando. Nem casa para morarmos nós temos.

Eu peço que seja resolvida tanta a minha causa como a causa dos meus parentes. Nós pensamos em todos nós, porque o sofrimento de um é o sofrimento de todos.

Muito obrigada. Boa sorte para cada um de nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Padre Ton) - Obrigado. Se o presidente não revogar (*Manifestação da plateia: índio vai ficar!*). Se o Presidente não revogar (*Manifestação da plateia: índio vai ficar!*) Se o Presidente não revogar (*Manifestação da plateia: índio vai ficar!*) Se o Presidente não revogar (*Manifestação da plateia: índio vai ficar!*) Se o Presidente não revogar (*Manifestação da plateia: índio vai ficar!*)

Agora vai falar o Cacique João Nauá. Cadê ele? Pode apertar aí, Cacique. Aperta o negócio aí e faz o teu discurso, a tua fala contra a PEC 215.

**O SR. JOÃO SOUSA DINIZ** - Boa tarde, parentes e parentas. Eu sou o João Sousa Diniz, cacique do povo nauá, do Estado do Acre, Município de Amâncio Lima.

Eu quero aqui fazer uma denúncia contra o que o ICMBio está fazendo com os produtores indígenas do povo nauá. No final do ano 2011, eles aplicaram 14 multas nos nossos produtores, que importaram em 528 mil reais, dinheiro que os



produtores não conseguem arrecadar durante o ano todo, com os seus produtos. Então, resultado disso é que a população indígena não conseguiu mais trabalhar, com medo de ser multada. E aqui é a terceira vez que estou denunciando. Denunciei na FUNAI do meu Município, denunciei na FUNAI do Estado do Acre e agora estou denunciando aqui no Distrito Federal. E até hoje nós não tivemos respostas dessas denúncias. Os índios já foram obrigados a responderem processo por conta disso, reflorestar as nossas matas, quem está protegendo somos nós. Nós estamos sendo obrigados a reflorestar. Uma coisa que a gente vive há anos e anos, cuidando centenas de anos, nós somos obrigados a não mexer, porque o parque nacional foi criado em cima do nosso território, em cima do nosso território, e se diz ser parque nacional, e não repara para as nossas necessidades, que nós precisamos de uma terra demarcada...

**O SR. PRESIDENTE** (Padre Ton) - Isso, companheiro.

**O SR. JOÃO SOUSA DINIZ** - ... uma terra demarcada, não de parque nacional em cima do nosso território. O nosso território faz fronteira com o Peru. Então, aqui eu estou fazendo uma denúncia. E quero que seja atendida.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton) - Obrigado, cacique.

Agora eu vou ter que ir para o plenário porque está tendo votação nominal.

Encerradas as falas, nós vamos passar a coordenação para o movimento indígena e a gente vai lá dar presença, votar e retorna aqui. O encaminhamento é esse: Se o Presidente não revogar (*Manifestação da plateia: índio vai ficar!*) Se o Presidente não revogar (*Manifestação da plateia: ndio vai ficar!*) Se o Presidente não revogar (*Manifestação da plateia: índio vai ficar!*) Se o Presidente não revogar (*Manifestação da plateia: índio vai ficar!*) Isso, vocês só vão sair daqui se vier uma decisão da Mesa pela revogação da criação da Comissão Especial da PEC 215.

Olha, aqui tem médico. Aqui tem o Serviço Médico da Câmara, se alguém passar mal. Tem que coordenar para alguém ir chamar ou levar alguém. Tem uma equipe? Isso. Há o Serviço Médico da Câmara, com médico, com enfermeiros, com remédio também.

**O SR. COORDENADOR** (Neguinho Truká) - Gostaríamos de agradecer ao



Padre Ton pela condução dos trabalhos durante o dia de hoje, pela sua contribuição para com o movimento indígena. Ele conduziu os trabalhos com muita seriedade, colocando-se sempre em defesa de nosso povo.

Então, vamos saudar, com uma salva de palmas, nosso companheiro Padre Ton. *(Manifestação dos convidados.)*

Estaremos aqui esperando seu retorno. *(Manifestação dos convidados.)*

Então, parentes, como nós combinamos, vamos aos rituais. Cadê Marcelo **Pankararu**, a turma do Amazônia? Vamos fazer aquele ritual bem bonito, pedindo força e mostrando aos Deputados que nós ainda permanecemos aqui, firmes e fortes. Ou resolvem, ou nós não saímos. Então, vamos lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Padre Ton)(?) - Maurício, por gentileza.

**O SR. MAURÍCIO DA SILVA GONÇALVES** - Boa tarde a todos. Meu nome é Maurício da Silva Gonçalves. Sou da Tribo Guarani, do Rio Grande do Sul.

*Só gostaríamos de deixar, também, aqui registrado, como povo Guarani-Mbya, da parte do litoral dos seis Estados, que pega do Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, só comunicar a todos vocês, lideranças de todo o País que estão presentes, que nós, do povo Guarani-Mbya, também estamos nesta mobilização, para dizer que estamos juntos. Nosso povo Guarani-Mbya sofre a mesma consequência de sofrimento. A partir do momento que os Deputados e o Governo não atendem à necessidade do povo, certamente que todos os povos indígenas sofrem as consequências. Para nós, Guarani-Mbya, não é diferente.*

*Só para dizer a vocês que estamos juntos nesta caminhada, como sempre estivemos, nós, Guarani-Mbya, desses seis Estados.*

*Sou membro da Comissão Guarani-Gurupá, que, na semana passada, esteve reunida no Rio Grande do Sul, dos seis Estados, onde constituímos, legalmente, nossa organização da Comissão Guarani-Gurupá, dos seis Estados, e onde foram eleitos nossos representantes de cada Estado, dos seis Estados, coordenadores regionais e o Coordenador-Geral, que representa, hoje, esses seis Estados, o Marcos Tupã, que fica em São Paulo.*

*Então, só para trazer este comunicado a vocês, para dizer que nós estamos juntos. Não podemos nos sentir acuados diante de tanta pressão dos Deputados*



*que querem tirar nosso direito. Temos que estar juntos, muito fortes, unidos, como estamos aqui.*

*Eu acho que esse grito de guerra fala muito bem do nosso sofrimento, em cada Estado.*

*Eu só gostaria, também, não poderia deixar de falar, que o povo Guarani-Mbya também está nessa mobilização, nessa caminhada de luta.*

*Parentes, nós estamos juntos e vamos continuar aqui, permanecer, enquanto o Presidente desta Casa não trouxer uma notícia, dizendo que a PEC 215 está revogada.*

*Então, parentes, vamos juntos nesta luta.*

*Era isso.*

*Obrigado. (Manifestação dos convidados.)*

*(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Vamos lá gente, todo mundo com os rituais, para mostrar que a gente está aqui firme, forte e só iremos sair quando resolver o problema. Posso contar com vocês?

**(Não identificados)** - Pode. *(Todo mundo fala ao mesmo tempo.)*

**(Não identificado)** - Então, vamos lá mostrar para que nós viemos.

**O SR. FRANCISCO CAMPEBA** - Boa tarde, Parente. Eu sou Francisco Campeba, representante da Comissão do Amazonas. Eu estava vendo que esse ir e não vir de informação, eu creio que não é bom a gente está muito esperando aqui esse recado, porque nós não viemos aqui para ouvir recado. Por que a gente não se junta e vamos lá, já que estão aqui próximos? Eu creio que a gente indo lá, teria um resultado mais rápido.

Esse é o meu recado.

Obrigado.

**(Não identificado)** - Deputado Zezéu está presente? Vem aqui dar uma palavrinha, por favor.

**O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO** - Boa tarde, companheiros, companheiras, essa é uma luta de afirmação da nossa Nação, da soberania de nosso povo. Nós não podemos estar submetidos agora a uma PEC que vem retirar



direitos dos indígenas, colocando-os à mercê dos ruralistas, daqueles que querem impedir a demarcação das terras indígenas.

Então, quero trazer minha solidariedade pessoal, dos companheiros da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, e dizer que estamos juntos nessa luta pela afirmação do povo brasileiro como um todo e dos índios e seus descendentes, em particular.

Podem contar conosco. E a luta vai ser vitoriosa!

Um grande abraço!

*(Manifestação na plateia.)*

**A SRA. SÔNIA GUAJAJARA** - Gente, agora, cada povo, cada Estado, cada região, vamos nos deslocar ali para a área de fora e vamos tentar ultrapassar a barreira que está montada ali. Tá bom? *(Apupos na plateia.)* Vamos pra lá todo mundo e começar com os nossos rituais.

*(Apupos na plateia.)*

**(Não identificado)** - Aprovo.

**(Não identificado)** - Fica um grupinho sentado, hein? Saia 80%, mas fique 20% aqui dentro.

**(Não identificado)** - Vão fechar a sala.

**(Não identificado)** - Diogo, é você agora. O que você tem a dizer?

**(Não identificado)** - Não vamos esquecer também que precisamos manter esta sala ocupada. Saímos para o ritual, mas mantemos a sala ocupada.

**(Não identificado)** - Sai uma grande parte para o ritual e outro tanto fica aqui debatendo, aproveitando que está ao vivo na Internet, vamos colocar o problema das nossas terras, vamos colocar o que estamos sofrendo, saúde que não está tendo, educação que não está tendo, e vários outros problemas. O Governo brasileiro não está cuidando dos povos indígenas. Está sucateando tudo o que pertence aos povos indígenas.

**(Não identificado)** - Parente, não vamos sair todo mundo. Sai uma pequena parte, as outras ficam aqui dentro. Não podemos desocupar o espaço de forma nenhuma, Parente.

**(Não identificado)** - Eu acho que está na hora de a gente começar avisar às bases a resistência dos Deputados para revogação da PEC nº 215 e começar a



orientar as bases aí, porque está na hora de começar a fazer retomada lá nas bases em protesto à PEC nº 215.

**(Não identificado)** - Quero pedir para todas as lideranças que estão aqui ligar para os seus Estados e mandar fechar BR, fazer retomada. Nós temos que fazer é isso.

**(Não identificado)** - É isso aí.

**(Não identificado)** - Oi, Francinaldo vai falar. Francinaldo Trucá.

**(Não identificado)** - Se o Presidente não revogar...

**(Não identificado)** - A gente não sairá.

**(Não identificado)** - Se o Presidente não revogar...

**(Não identificado)** - Nós vamos (*ininteligível*).

(*Manifestação na plateia.*)

**(Não identificado)** - Boa tarde aos companheiros e irmãos que estão aqui presentes nessa assembleia dos povos, aqui nesta Câmara. Sou índio lá do Estado do Tocantins, onde nós vemos que é preciso estar neste dia para que possamos ter a nossa luta séria, porque vêm acontecendo coisas que nós mesmos colocamos. Não só o branco, nós, índios, demos todo o apoio para que os próprios sejam contra a gente. Esse é um ponto que deveremos cobrar, que é o direito, porque, na verdade, nós somos eleitores que votamos para chegar a esse ponto de eleger os próprios Deputados. Só que esse sentido, essa ideia é planejada sem consultar o próprio dono do território.

Então, eu só quero deixar bem claro que é preciso estar juntos nessa guerra. Essa é uma guerra que já vem de muitos tempos, desde o século XVII. Então, sabemos que é importante cada dia a gente pensar no que é certo para a nossa origem: termos a defesa do nosso território. É importante que aquela convivência daquele povo seja protegida, ela não seja dessa maneira, do jeito que essa população (*ininteligível*) vem enfrentando.

Então, eu quero só deixar aqui bem claro da nossa própria cultura, craôs, quero deixar aqui, da nossa cultura, uma música para vocês ouvirem. Então, eu vou cantar ela.

(*Execução de uma música indígena.*)

Muito obrigado.